UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Raquel Dani Sobral Santos

A construção do estatuto de cidadão para os índios do Grão-Pará (1808-1822)

versão corrigida

São Paulo
2013

RAQUEL DANI SOBRAL SANTOS

A construção do estatuto de cidadão para os índios do Grão-Pará (1808-1822)

versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Professora Doutora Márcia Regina Berbel

São Paulo
2013

Nome: SOBRAL SANTOS, Raquel Dani

Título: A construção do estatuto de cidadão para os índios do Grão-Pará (1808-1822)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Às minhas melhores amigas Naíde e Adelaide, pois, sem elas nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta Dissertação de Mestrado não seria possível sem a excelente formação acadêmica ofertada pelo curso de História da Universidade Federal do Pará o qual frequentei entre 2001 e 2005 e, sem dúvida, sem as aulas, conversas e conselhos dos professores daquela Instituição tudo teria sido mais difícil. Agradeço imensamente aos professores: Décio Guzman, Magda Ricci, Aldrin Figueiredo, Leila Mourão e José Alves Jr. Além deles, meus sinceros agradecimentos aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará, apesar da imperdoável falha pela omissão de seus nomes, pois mesmo com toda a dificuldade para realizar pesquisa no acervo, sempre foram muito solícitos e cordiais em todos os momentos que precisei manusear as fontes.

Ainda no campo das Instituições públicas, gostaria de salientar a enorme e indispensável importância da CAPES pelo patrocínio de boa parte do período de construção do trabalho, foram dois anos de auxílio financeiro financiados, claro, pelo dinheiro público e que foram utilizados com a responsabilidade que se esperava. Espero, sinceramente, que esta pesquisa seja útil e que possa contribuir para por em prática cada vez mais o direito à cidadania na sociedade brasileira.

Meus sinceros agradecimentos à Universidade de São Paulo por ter me permitido usufruir dos cursos ministrados por parte de seus conceituadíssimos docentes e ratificar mais ainda minha admiração, respeito e total confiança na educação pública brasileira. Muito obrigada pelos excelentes cursos professores: João Paulo Garrido Pimenta, Mônica Dantas, Miriam Dolhnikoff, Laura de Melo e Souza, Íris Kantor e Maria Helena Pereira Toledo Machado. Muito obrigada ao Professor André Roberto Machado por ter disponibilizado parte de seu acervo de fontes e indicações de textos importantíssimos para a realização deste trabalho.

Agradeço em especial à professora e orientadora deste trabalho Márcia Berbel pelo rigor na correção desta pesquisa, convivência e diálogos críticos que me fizeram enxergar caminhos para melhor desenvolver o projeto. Muito obrigada por acreditar e confiar na minha capacidade intelectual, e, sem dúvida, suas generosas e competentes orientações foram lições que levarei pela vida.

Gostaria de agradecer, ainda, aos colegas: Lucas Soares, Bruno Sobrinho, Ana, Paula Botafogo e Bruno Bosso pelas sugestões e leituras durante as reuniões de orientação. Agradeço ao querido Ariel Feldman, que além de colega de curso tornou-se um amigo e pude

contar com seu apoio e carinho na busca de obras e fontes durante a pesquisa. Agradeço aos meus amigos por toda a compreensão durante este período de estudo e, um destaque especial à querida Vaninha que me ajudou em momentos muito difíceis neste período de realização deste trabalho. Meu sincero voto de agradecimento, ao querido amigo e companheiro Dan Levy por todos os momentos de concentração e tranquilidade que nossa convivência harmoniosa proporcionou e, sem dúvida, seu apoio foi crucial.

Além dos amigos gostaria de agradecer imensamente o apoio de algumas primas-irmãs como Lilian e Narla que, me ensinaram em deveres de casa na infância e sempre me incentivaram à leitura, à escrita e, principalmente, à busca incansável e inesgotável de conhecimento. Muito obrigada pelas correções de conjugação verbal, sem dúvida, me auxiliam até hoje no redigir redações. Agradeço ao meu irmão Rodrigo por todo o incentivo direto à pós-graduação através de discussões esclarecedoras desde a construção do projeto de pesquisa e, indireto, a partir, de relatos das suas viagens, experiências e dos cursos ministrados junto às comunidades tradicionais de boa parte do Estado do Pará.

Por fim, meus sinceros agradecimentos à minha avó Naíde, que era índia e sempre me encorajou a lutar pelo direito à cidadania e a não desistir da minha História e, minha mãe Adelaide pelo apoio incondicional em todas as decisões tomadas por mim até aqui. Esta Dissertação é para vocês duas.

RESUMO

A pesquisa tem como objeto a construção da cidadania indígena no Grão-Pará face aos estatutos referentes à questão indígena definidos nos debates parlamentares ocorridos nas Cortes em Cádiz (1810-1814) e em Lisboa (1820-1822). O recorte cronológico desta investigação vai de 1808 até 1822. Nesse cenário, um novo pacto se fundamentava na afirmação do cidadão como parte contratante da Nação e, assim, a elaboração sobre as novas condições dos direitos do cidadão constituiu um dos elos principais dessas experiências no espaço ibérico. A partir da reunião das Cortes em Cádiz, no caso espanhol, e em Lisboa, no caso português, ser cidadão constitucional consistia uma ruptura com o passado. Essa nova cultura política consagrou o início de uma revolução legal e administrativa, marcou a implantação do constitucionalismo e do exercício dos direitos do cidadão. Assim, o principal objetivo deste estudo é mostrar que existiu uma expectativa de obtenção de definição do estatuto de cidadão pelos indígenas na Província do Grão-Pará, a partir da difusão das ideias liberais presentes nas revoluções constitucionais ibéricas. Nessa perspectiva, a investigação deste estudo verifica a disseminação da notícia dos indígenas como cidadãos, definida na Constituição espanhola de 1812, em periódicos, entre a população e as tropas militares no Grão-Pará, que eram compostas majoritariamente por “tapuios”, indicando, portanto, um forte indício para as tensões e conflitos sociais da época.

Palavras-chave: Grão-Pará. Tapuios. Direitos do cidadão indígena. Constitucionalismo ibérico.

ABSTRACT

The objective of this research is the building of the Indigenous citizenship in Grão-Pará involving the statutes relating to indigenous issues defined in the parliamentary debates that occurred in the Cadiz Courts (1810-1814) and in Lisbon (1820-1822). The chronological cut of this research goes from 1808 to 1822. In this scenario, a new pact was based on the assertion that the citizen is a contracting party of the Nation and, thus, the elaboration on the the new conditions of citizenship constituted one of the main links of these experiences in the Iberian Region. From the meeting of the Cadiz Courts in the Spanish case and Lisbon in the Portuguese case on, being a constitutional citizen consisted on an opposition to the vassal of the Old Regime in both empires and, therefore, represented a break with the past. This new political culture established the beginning of a legal and administrative revolution, marked the deployment of constitutionalism and the exercise of the rights of citizens. Thus, the main objective of this study is to show that there was an expectation of obtaining the right to a citizenship by the Indians in the Province of Grão-Pará, from the dissemination of liberal ideas present in the Iberian constitutional revolutions. In this perspective, this investigation of this study verifies the dissemination of the news of Indians as citizens, defined in the Spanish Constitution of 1812, in periodicals, among the population and military troops in Grão-Pará, which were mainly composed of “Tapuios”, thereby, indicating a strong evidence to the tensions and social conflicts of the time.

Keywords: Grão-Pará. Tapuios. Indigenous citizenship. Iberian Constitutionalism

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
1 OS TAPUIOS, A QUESTÃO INDÍGENA E AS TROPAS MILITARES EM CAIENA....	14
1.1 Os tapuios e a fronteira amazônica	14
1.2 Os tapuios no Grão-Pará dos Oitocentos	19
1.3 Os tapuios, a vinda da família real para o Brasil e a conquista de Caiena.....	25
2 A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA IBÉRICA: AS CORTES DE CÁDIS, A QUESTÃO INDÍGENA E A PARTICIPAÇÃO DOS TAPUIOS NA PRECOCE ADESÃO DO GRÃO-PARÁ ÀS CORTES DE LISBOA	37
2.1 As Cortes de Cádis e a questão indígena	37
2.2 A repercussão dos direitos do cidadão espanhol no Grão-Pará: a ameaça à boa ordem da sociedade.....	46
2.3 Os tapuios na precoce adesão do Grão-Pará às Cortes de Lisboa	55
3 AS ELEIÇÕES NO GRÃO-PARÁ, AS CORTES DE LISBOA E A POLÍTICA DE FILIPPE PATRONI.....	68
3.1 As primeiras eleições no Grão-Pará: Constituição ou morte	68
3.2 A atuação política de Filippe Patroni e as Cortes de Lisboa: “o vintista exaltado”	82
3.3 A escassez das questões indígenas nas Cortes de Lisboa	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	107
ANEXOS	117
FONTES MANUSCRITAS.....	118
ANAIIS	121

APRESENTAÇÃO

Por razões políticas e sociais, a questão indígena é polêmica e, de certo modo, bastante discutida, embora ainda não esteja esgotada. Para isso, pretende-se ir além dos já excelentes temas corriqueiros nas análises dos processos históricos referentes à Amazônia e seus indígenas, como, por exemplo: *O Directório*; a Adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil e à Revolta da Cabanagem.¹ De fato, é impossível descrevê-la de maneira uniforme devido à sua continental extensão territorial, mas também não podemos afirmar que as movimentações políticas ocorridas no Atlântico² no século XIX foram completamente despercebidas na região, principalmente por contar com uma significativa parcela da população da América portuguesa, e, assim, este estudo pretende compreender essa questão indígena a partir de um período crucial para as sociedades modernas: a crise do Antigo Regime e a afirmação das ideias liberais.

O Grão-Pará foi o primeiro local do Império Luso na América a aderir às Cortes de Lisboa e a última Província a declarar apoio à Independência do Brasil em relação a Portugal; isto, sem dúvida, chamou a atenção de vários historiadores, pois, *a priori*, conclui-se que os fatos indicam extrema fidelidade ao trono português e à defesa do corredor marítimo-econômico entre Belém e Lisboa. Para além do apoio, articulação e disputa do poder existentes entre a elite política e econômica da época, o fato de os indígenas aparecerem como agentes políticos relevantes somente a partir da Revolta da Cabanagem era, no mínimo, intrigante. Ora, se a rebelião explodiu em 1835 com intensa e armada participação dos nativos, tudo leva a crer que a articulação política ocorreu bem antes do período regencial brasileiro. E mais, os índios tiveram, sim, contato com o que de mais moderno circulava entre a sociedade oitocentista ocidental: direitos do cidadão e constituição.

O problema relacionado à construção dos direitos dos cidadãos indígenas na América portuguesa direcionou a incorporação de estudos relacionados aos ideais liberais adotados na Espanha, devido à influência mais do que sabida da experiência constitucional de Cádiz nas Cortes portuguesas reunidas em Lisboa. Além disso, antes do início das reuniões da constituinte de 1812, o índio da América espanhola já era cidadão, e, durante a leitura das fontes, perceber a exclusão das castas pardas, ou seja, de indivíduos livres descendentes em

¹ Ver: CLEARY, David. **Cabanagem**: documentos ingleses. Belém: Arquivo Público do Pará; SECULT, 2002; DEL PRIORI, Marie; GOMES, Flavio (Org.). **Os senhores dos rios**: Amazônia, margens e história. Rio de Janeiro, 2003; MAIA, José; ALENCAR, Decio de (Orgs.). **Terra Matura**: historiografia e história social da Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002.

² TOMICH, Dale. O Atlântico como espaço histórico. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 26, p. 221-240, maio/ago. 2004.

qualquer grau de escravos de origem africana de quaisquer direitos de cidadãos tornou a pesquisa ainda mais inquietante. Na época da elaboração do projeto de pesquisa para esta dissertação, uma das hipóteses levantadas foi relacionada às Reformas Bourbônicas,³ pois, através do relacionamento daquela tradição indigenista espanhola com o reformismo ilustrado, buscou-se a integração do índio à sociedade;⁴ por isso, o tratamento político dado a eles foi diferenciado. Por mais que o fato tenha sido importante, havia algo a mais, pois a particularidade do Império espanhol no tratamento aos nativos não poderia ser explicada tão somente através dos critérios da ilustração.

A ausência de resposta satisfatória sobre o diferenciado tratamento dos indígenas espanhóis na Constituição de Cádiz impulsionou a pesquisa sobre a construção da cidadania indígena no Grão-Pará, pois, tendo esta Província um número significativo de índios, era improvável e quase impossível que esses nativos tivessem ignorado a possibilidade de terem direitos como qualquer outro membro do Império português. Tal desassossego pairou durante o processo de formulação do projeto de pesquisa para esta dissertação, principalmente após leituras de obras historiográficas clássicas e também das mais recentes obras sobre a fronteira amazônica.⁵

Assim, a vinda da família real portuguesa ao Brasil desencadeou o envio de tropas para conquistar Caiena, entre 1808 e 1809, por precaução contra ataques de Napoleão Bonaparte, e tal período foi escolhido como ponto de partida desta investigação pela participação dos tapuios⁶ como militares, nas disputas territoriais e durante conflitos independentistas nas colônias espanholas próximas ao Grão-Pará.⁷ Consequentemente, a repercussão da Revolução Francesa e da adoção dos direitos de cidadãos aos indígenas da América espanhola, através de contato dos indígenas com ideais liberais, elevou o grau de

³ Ver: BRASING, David. A Espanha dos Bourbons e seu império americano. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, v. 1, p. 391-445.

⁴ RIEU-MILLAN, Marie Laure. **Los diputados americanos en las Cortes de Cádiz**: igualdad o independencia. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 107-109.

⁵ BRITO, Adilson Junior Ishihara. **Viva a Liberté!** Cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na Independência do Grão-Pará, 1790-1824. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008; RICCI, Magda. Fronteiras da nação e da revolução: identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840). **Boletín Americanista**, v. 58, n. 58, p. 77-95, Barcelona, 2008.

⁶ MACHADO, André Roberto de Arruda. A difícil tarefa de acomodar a província do Grão-Pará ao Império do Brasil: a atuação dos representantes paraenses no Parlamento do Império do Brasil: 1826-40. **Revista Almanaque Braziliense**. São Paulo, n. 6, nov. 2007.

⁷ “Outra característica do século XIX é o estreitamento da arena em que se discute e decide a política indigenista. Se durante quase três séculos ela oscilava em função de três interesses básicos, o dos moradores, o da Coroa e o dos jesuítas, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, a distância ideológica entre o poder central e o local encurta-se na proporção da distância física.” (CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Fapesp, 1992, p. 133).

ebulição política na Província. A perspectiva aqui é refletir sobre os papéis sociais de setores militares, de soldados a oficiais inferiores. Nas ruas e nos quartéis, os envolvidos em sedições e motins também estavam influenciados pela circulação de ideias e de novas formas de reivindicação provenientes de várias partes da Europa e da América colonial, incorporando-as às antigas tradições de protesto frente às políticas e à estruturação militares do Estado português.

O diferencial desta pesquisa com relação ao Grão-Pará no século XIX, sem ignorar as pesquisas pretéritas, é incluir a influencia dos ideais liberais espanhóis do início dos oitocentos e, além disso, focar na participação dos índios no processo eleitoral e nos debates realizados nas Cortes reunidas em Lisboa, pois, após a convocatória eleitoral, houve de fato uma comunicação aos tapuios sobre a possibilidade de uma constituinte portuguesa e, assim, iniciamos a pesquisa indagando como esta notícia foi recebida pelos nativos. Durante o manuseio da documentação, foi perceptível a efetiva operacional dos tapuios em cargos públicos e, por isso, houve obrigatoriamente a necessidade de recuar o período de análise (que inicialmente era 1812) para 1808.

A pesquisa pretende analisar, de forma integrada, o estatuto de cidadãos aos indígenas definido nos debates parlamentares ocorridos nas Cortes em Cádiz (1810-1814) e em Lisboa (1820-1822). O recorte cronológico desta investigação, de 1808 até 1822, se enquadra em um período único de transformação sistêmica. Isto é, de impérios coloniais atlânticos do Antigo Regime para a afirmação das ideias liberais e formação de Estados nacionais modernos. Foi no espaço dos debates parlamentares, fundado na ideia da nação soberana, em que ocorreu a tentativa de reorganização dos impérios do Atlântico. Esse novo pacto se fundamentava na afirmação do cidadão como parte contratante. Assim, a elaboração sobre as novas condições da cidadania constituiu um dos elos principais dessas experiências no espaço ibérico.

A hipótese central deste estudo é a de que existiu uma expectativa quanto ao estatuto de cidadão indígena na Província do Grão-Pará, a partir da difusão das ideias liberais presentes nas revoluções constitucionais ibéricas. Nessa perspectiva, a investigação deste estudo verifica a disseminação da notícia da cidadania indígena, definida na Constituição espanhola de 1812, em periódicos, entre a população e as tropas militares no Grão-Pará, compostas majoritariamente por tapuios, indicando um forte indício para as tensões e os conflitos sociais da época.⁸

A segunda hipótese está relacionada à análise das Bases Constitucionais Portuguesas

⁸ BARATA, Mário. **Poder e independência no Grão-Pará (1852-1823):** gênese, estrutura e fatos de um conflito político. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

de 1821.⁹ Ao negar a cidadania às populações não católicas do ultramar,¹⁰ entendeu-se que os tapuios não faziam parte dessa exclusão, pois, no Grão-Pará, eles eram considerados “índios civilizados”, ou seja, catequizados. Além disso, eles ocupavam cargos públicos, como, por exemplo, o de juízes ordinários. Por esses motivos, no limite, as Instruções Eleitorais de 1821 estabeleciam os indígenas como cidadãos, pois, para eleger deputados às Cortes em Lisboa, foram adotadas as mesmas Instruções elaboradas nas Cortes de Cádiz e elas incluíam os indígenas nos censos eleitorais.¹¹

As invasões napoleônicas sacudiram metrópoles e colônias ibéricas e contribuíram para uma fase de instabilidade política principalmente na Coroa espanhola. Tais invasões e a prisão do monarca espanhol, de certo modo, tanto aceleraram as reuniões dos setores hispano-americanos mais comprometidos com Madri quanto forçaram o deslocamento destes da América espanhola rumo ao Rio de Janeiro, pois era o “único refúgio da legalidade monárquica no Novo Mundo”.¹²

Em níveis comparativos, as invasões comandadas por Napoleão Bonaparte direcionaram os percursos econômicos e políticos das coroas ibéricas no século XIX.¹³ A família real espanhola foi capturada pelo exército napoleônico impulsionando, assim, o surgimento do movimento *juntista* metropolitano e, conseqüentemente, o processo de independência das colônias americanas. A família real portuguesa transferiu sua corte e seu governo para o ultramar sob a escolta da esquadra britânica e, já em 28 de janeiro de 1808

⁹ “As Bases da Constituição Política da Monarquia Portuguesa foram aprovadas no dia 9 de março de 1821. Trata-se de um pequeno texto, dividido em duas seções: uma declaração de direitos e definições gerais sobre as bases políticas e constitucionais para a organização do Estado”. (BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tamis. **Escravidão e política: Brasil e Cuba: 1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 151).

¹⁰ “[...] A sua exclusão foi explicitamente assumida quando se colocou nas cortes vintistas, o problema da cidadania portuguesa das populações não católicas do Ultramar, como se viu. Nessa ocasião, afirmou-se de forma definitiva que não eram cidadãos portugueses os índios, na América [...]”. (SILVA, Ana Cristina Nogueira da. **A cidadania nos trópicos: o ultramar no constitucionalismo monárquico português (1820-c. 1880)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004, p. 39).

¹¹ “A revolução liberal portuguesa, que antecedeu e acelerou o processo de Independência do Brasil, iniciou, em agosto de 1820, em estreita sintonia com os acontecimentos da Espanha. Incorporou definições, negativas e projeções já amadurecidas durante as sessões parlamentares espanholas desde 1810.” (BERBEL, Márcia Regina. **A Constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823)**. **Revista de Índias**, v. 68, p. 225-254, 2008).

¹² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 12-13.

¹³ “Em 27 de outubro de 1807, a assinatura de um tratado entre França e Espanha, o Tratado de Fontainebleau, seguida por um ultimato de Napoleão Bonaparte e a concentração de tropas francesas na fronteira espanhola obrigaram Dom João a escolher a saída há muito aventada por diversos homens públicos: a retirada da Corte para a parte americana do Império. Vale lembrar, como também fez Laura de Mello e Souza, a manobra, a essa altura, tinha precedentes, pois tanto o rei do Piemonte quanto o das Duas Sicílias, para preservar a coroa ao longo das guerras napoleônicas, já se tinham ausentado “temporariamente de suas capitais e estados”. Nenhum deles, porém, ousou enfrentar a aventura de cruzar um oceano”. (NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Guerra aos franceses: a política externa de Dom João VI e a ocupação de Caiena**. **Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, v. 6, n. 11, p. 70-82, 2011, p. 70).

através de Carta Régia, veio a primeira concessão econômica e política dos Bragança aos ingleses: a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, afastando então, pelo menos de imediato, questionamentos às ordenanças da Casa Real lusitana.¹⁴

Assim, a dissertação será focada em três formas principais de circulação do ideário liberal ibérico no início do século XIX: através das tropas enviadas à ocupação de Caiena, das fluidas fronteiras entre a América espanhola e a América portuguesa, principalmente na Comarca do Rio Negro, e da imprensa periódica.

No primeiro capítulo, a questão indígena será abordada a partir da participação dos nativos no corpo militar da Província e o consequente envio de tropas para a tomada de Caiena, a mando de D. João, em retaliação à invasão de Bonaparte em Lisboa, em 1808. No subitem seguinte, serão apresentadas ao leitor as definições do termo “tapuios” para explicar a diferença de tratamento entre eles e os demais nativos da região. E, finalmente, no último subitem apresentaremos o termo “cidadania” em litígio e a discussão em torno de Cidadão e Constituição no início dos Oitocentos.

No segundo capítulo, a questão indígena será abordada a partir da primeira experiência constitucional ibérica, realizada em Cádiz no início da segunda década do século XIX, devido à crise do mundo espanhol desencadeada pelos acontecimentos de 1808. Além disso, apontaremos a participação efetiva dos tapuios na precoce adesão do Grão-Pará às Cortes de Lisboa, já em 1º de janeiro de 1821.

No terceiro e último capítulo, analisaremos as eleições que aconteceram no Grão-Pará em 1821 para a escolha de deputados que seriam enviados às Cortes de Lisboa. Durante este processo veio à tona o jovem estudante Filipe Patroni, que mensurou o sucesso de sua carreira política na possibilidade de ser eleito um dos representantes oficiais da Província. O último subitem deste capítulo servirá para testar a principal hipótese desta pesquisa, a de que os tapuios da Província do Grão-Pará estavam cientes de uma nova cultura política e esperavam que os possíveis direitos estivessem presentes na futura Constituição.

Quanto à natureza das fontes, inicialmente pensou-se que a metodologia a ser utilizada estaria relacionada com novos estudos sobre o início do século XIX, através da contribuição da análise do discurso dos deputados nas Cortes de Cádiz, Madri e Lisboa; porém, a partir de ofícios, cartas privadas, decretos e outros documentos de cunho governamental internos do Pará, a pesquisa foi direcionada para outros vieses interpretativos. As primeiras atividades desenvolvidas foram as leituras do acervo de códices existentes no Arquivo Público do Pará

¹⁴ BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tamis. Op. cit., p. 99-128.

(APEP) para consulta no Setor de Microfilmagem, referentes ao período de 1808 a 1822, e, após o exame de qualificação, outras fontes foram anexadas a partir da gentil doação de cópias pelo Professor André Machado. Em seguida, foi feito o mapeamento e leitura de todos os debates nas Cortes de Cádiz e de Lisboa sobre direitos dos cidadãos indígenas e os projetos de “civilização dos indígenas”, analisando-se as soluções encontradas nesses dois casos constitucionais. Com isso, o intuito foi compreender a relação entre o recrutamento das tropas militares no Grão-Pará, a difusão das ideias liberais e a reivindicação da cidadania pelos indígenas e entender a ebulição política vivida na Província do Pará no período.

Além disso, também foram utilizados como fontes os cronistas da época, como, por exemplo, o Major Antônio Ladislau Monteiro Baena, e viajantes, como: o príncipe Adalberto da Prússia, Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates, Johnn Baptist Von Spix e Carl Friedrich Von Martius, Daniel P. Kidder.¹⁵ Recuperamos ainda, monografias, dissertações e teses sobre o período, as quais ofereceram um panorama mais amplo para este estudo.

¹⁵ WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939; BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004; BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979; SPIX, Johnn Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Von. **Estada na Cidade e Santa Maria de Belém do Grão-Pará**. In: **Viagens pelo Brasil: 1817-1820**: v. 1. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981; ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil: Amazonas-Xingu**. Brasília: Senado Federal, 2002. Coleção “O Brasil visto por estrangeiros”, n. 382.

1 OS TAPUIOS, A QUESTÃO INDÍGENA E AS TROPAS MILITARES EM CAIENA

1.1 Os tapuios e a fronteira amazônica

A cidade de Belém, hoje capital do Pará, mas por muito tempo — entre 1820 e 1870 — considerada a capital da Amazônia portuguesa e a entrada principal de imigrantes. Neste período já circulavam panfletos e ideias políticas e contava, em 1820, com 24.500 habitantes. Além dos imigrantes europeus, principalmente portugueses, a cidade também recebia um número expressivo de tapuios e, segundo José Ribamar Bessa Freire, Belém funcionava “como uma fábrica que transformava índios ‘mansos’ [...] em ‘civilizados’ e ‘caboclos’”.¹⁶ Além disso, o autor ainda afirma que, devido ao fato de os índios fazerem os trabalhos que normalmente eram feitos por escravos negros, a elite branca julgava Belém como um “oásis civilizatório”, pois os índios selvagens eram catequizados e, assim, civilizados, aprendiam o português.¹⁷

Em 1820, o território da Província do Grão-Pará era o mais extenso do Reino do Brasil, mas não era o mais populoso. A extensão dele era praticamente a de toda a Amazônia, pois também abrangia a Capitania de São José do Rio Negro.¹⁸ Segundo levantamento constatado em “Ensaio corográfico sobre a Província do Pará”, em 1823, a Província contava com uma população de 149.854 habitantes, dos quais 29.977 eram escravos.¹⁹ Somente os “índios civilizados” faziam parte da contagem populacional e os “não civilizados” ficavam

¹⁶ FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: Eduerj; Atlântica, 2004, p. 187.

¹⁷ Ibidem, p. 186-189.

¹⁸ “A Província do Gram-Pará compreende todo o vasto espaço que decorre desde a Foz do rio Oyapok, que divide-a da Guinana Franceza, até a Povoação de S. Francisco Xavier do rio Turiassú, seo ultimo limite com a Provincia do Maranhão. Confina pelo Norte com a mesma Guianna Franceza, e o Oceano, ao sul com o Perú, e as Provincias de Goiaz e Mato Grosso, a L’este com Maranhão, e a Oeste com a Columbia: está entre a Linha Equinoccial e o paralelo de 7º de latitude austral, com duzentas e cincoenta léguas de comprimento Leste Oeste, e centro e vinte de largura. [...] Os Estrangeiros se aclimam facilmente, e em algumas partes se experimenta frio: com frequencia se encontram pessoas de mais de cem annos de idade, especialmente entre os Indios” (SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. **Corografia paraense ou descrição física, histórica e política da província do Grão Pará**. Salvador: Typografia do Diario, 1833, p. 11).

¹⁹ Os dados levantados por Antonio Baena serão utilizados como referência para esta pesquisa: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Belém, Typografia de Santos e Menor, 1839. “São justamente as obras corográficas no limiar do século XIX que indicam interessantes caminhos para o estudo dos elementos elencados como constitutivos da província e do Império brasileiro. A corografia de Baena nos chama atenção por estabelecer uma descrição geográfica e política da província paraense, onde seu autor busca inseri-la no contexto nacional e procura ‘erguer ao menos a ponta do véu, que encobre uma Província tão vasta e importante pelos germes da grandeza’.” (BARROS, Michelle Rose Menezes. **Germes de grandeza**: Antonio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma Província do Norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006, p. 14).

fora de qualquer classificação.²⁰

O considerável e precioso território, que hoje forma a Província do Grão-Pará, he o mais boreal do Brasil; pois na direcção de Norte a Sul estende-se da foz do rio Oyapock á latitude de cachoeira de Santo Antonio do Rio Madeira entre o Parallelo aquilonar quatro grãos trinta minutos: e está compreendido entre os meridianos orientaes á Ilha do Ferro trezentos e cinco grãos, e trezentos e trinta e um grãos e quarenta e um minutos: sendo o primeiro destes meridianos correspondente á cachoeira do Uviá na foz do Cumiari, e o segundo á foz do rio Turiassú.

Os terminos politicos desta Provincia são ao Occidente o Perú, e ao Norte a Caribana Hespanhola, os territorios do Essequibe, Demerari, Barbice, Surinam, e Guyana Franceza.

Os terminos naturaes são ao Norte e Leste o Oceano Atlantico.²¹

Antonio Ladislau Monteiro Baena elaborou seu ensaio corográfico sobre a Província do Pará, em 1832, após ser convocado para organizar a estatística do território.²² Tal obra, já consagrada pela historiografia, foi publicada em 1839 e é rica em fontes de arquivos paroquiais, cartórios e câmaras municipais, além de apresentar dados demográficos, econômicos, da administração pública e rica narrativa sobre a natureza paraense.²³ Na contagem de Baena, os indígenas na mesma época e região eram 32.751 indivíduos, número este bem menor que os registrados por viajantes como Spix e Martius,²⁴ os quais estimavam, para a década de 1820, uma população superior a 100 mil homens. Segundo esses viajantes, tal diferença numérica se explicava porque a contabilização dos indígenas no censo populacional era feita somente com base em dados paroquiais, ou seja, eram incluídos apenas os indígenas que faziam parte da catequese.²⁵

A capital da Província, Belém do Pará, a Ilha do Marajó e Cametá (nordeste da província) já apresentavam condições para um “surto local de civilização”²⁶ desde a abertura

²⁰ Ainda que não seja possível precisar a real dimensão desta população, os tapuios (índios destribalizados) habitavam expressamente vilas, povoados do interior e a cidade de Belém na Província do Grão-Pará. (MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra da mola real das sociedades: a crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)**. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 61-64).

²¹ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico...**, 1839. Op. cit., p. 3.

²² “Em maio de 1818, Baena, o ‘quartel-mestre’ até então, foi nomeado a ajudante (tenente) do Corpo de Artilharia do Pará. Em 1820, foi promovido a sargento-mor da 4ª Companhia do Corpo de Artilharia, sendo um ano depois nomeado a cavaleiro da Ordem de Aviz. É, portanto, já presente no Pará que lhe foram atribuídas nomeações militares e civis como resultado de sua atuação. A hierarquia militar foi galgada paulatinamente no contexto de seus serviços militares.” (BARROS, Michelle Rose Menezes. Op. cit., p. 16).

²³ Ibidem, p. 14-16.

²⁴ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Von. Op. cit., Johann Baptist Von Spix e Karl Friedrich Phillip Von Martius eram alemães e fizeram uma única expedição ao Brasil, a científica austro-bávara, entre 1817 e 1820. Spix era zoólogo e Martius, botânico.

²⁵ MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra...** Op. cit., p. 61-64.

²⁶ Essa expressão é utilizada pelo historiador Mário Barata para afirmar que mesmo sendo o Rio de Janeiro sede da Corte do Regente D. João de 1808, a Província do Grão-Pará estava em contato com correntes diversificadas

dos portos em 1808 e da tomada de Caiena em 1809, pois, inevitavelmente, o contato de seus habitantes com ideias oitocentistas francesas, inglesas e norte-americanas foi intensificado.²⁷ Tais ideias teriam direcionado o “surto liberal”²⁸ vivido em 1821, que propiciou a adesão do Grão-Pará à Revolução Constitucional portuguesa e, conseqüentemente, à reivindicação indígena por cidadania.

O recenseamento colonial mais completo do Grão-Pará data de 1778 e não há alteração em sua configuração durante a primeira metade do século XIX; por isso, pela falta de censos mais abrangentes e detalhados, o conhecimento sobre o quadro populacional da Província ficou prejudicado.²⁹ A historiadora Shirley Maria Nogueira afirma que:

[...] esse recenseamento definiu os mais ricos a partir da posse de mais de 10 escravos e uma quantidade expressiva de assoldados e agregados, basicamente mercadores e latifundiários. Dos 21 ricos, dentre os cabeças de famílias de Belém, 11 possuíam emprego de oficiais das tropas auxiliares. Entre os segundos mais ricos, 20 eram auxiliares, exercendo cargos de alta patente dentro do Exército.³⁰

Mesmo com escassez de censos mais abrangentes, as referências sobre a sociedade paraense dos Oitocentos não deixam de enfatizar o peso e a força populacional que os tapuios tiveram no período. Ao contrário do resto do Brasil, durante a colonização portuguesa, os índios foram utilizados como mão de obra constante mesmo com o *boom* do tráfico negreiro no Atlântico; isso, por sua vez, demarcou os conflitos sociais e políticos, pois as populações indígenas eram controladas por colonos, religiosos e pela administração metropolitana.³¹

Além de utilizar os tapuios como mão de obra, contando com a imensa quantidade de índios no Grão-Pará, a Coroa portuguesa também possuía outras diretrizes para controlar e defender a colônia. A ocupação do território era a meta para garantir desenvolvimento

da metrópole e havia uma ampla circulação de ideias, periódicos e livros que preocupava o poder local. (BARATA, Mario. Op. cit., p 20).

²⁷ Ibidem, p 20.

²⁸ Essa expressão é utilizada pelo historiador Mário Barata para afirmar que mesmo sendo o Rio de Janeiro sede da Corte do Regente D. João de 1808, a Província do Grão-Pará estava em contato com correntes diversificadas da metrópole e havia uma ampla circulação de ideias, periódicos e livros que preocupava o poder local. (Ibidem, p. 20).

²⁹ CARDOSO, Alanna Souto. **Apontamentos para História da Família e Demografia Histórica da Capitania do Grão-Pará (1750-1790)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p. 43-44.

³⁰ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da Independência (1790-1850)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009, p. 51

³¹ Ver: COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

econômico e, assim, a expansão da fronteira foi inevitável; além disso, civilizar a nação também fazia parte da administração do Estado português.³² As disputas territoriais sempre tiveram destaque no processo de colonização e de definição das fronteiras na Amazônia e os nativos não ficaram de fora desses processos.

No final do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, o Grão-Pará possuía contato intenso com Portugal, Caribe, Goiás e Maranhão, ou seja, portugueses, espanhóis, ingleses e franceses eram mais íntimos do que cariocas e soteropolitanos.³³ Ao contrário da agroexportação de açúcar ou de café, a Amazônia foi via econômica importante por ter tráfico de espécies vegetais e de escravos, pontos fundamentais para a economia portuguesa e brasileira da primeira metade do século XIX.³⁴ A troca de produtos e dinheiro nas fronteiras delimitadas pelos governos europeus era quase institucionalizada.³⁵

Assim, não cabendo aqui fazer uma discussão teórica sobre áreas fronteiriças e tampouco sobre o binômio fronteira-revolução, sob muitos aspectos, o Grão-Pará só pode ser entendido como uma zona de fronteiras.³⁶

As vidas dos que moravam nesta região não cabem somente na língua portuguesa e nem no parco conceito de identidade nacional brasileira. Elas demonstram a necessidade premente de rearticular estas e outras histórias de vida sob outras lógicas e problemas historiográficos.³⁷

Todavia, mais do que um contato com a Revolução Francesa, esta pesquisa focará também no contato fronteiriço dos nativos do Grão-Pará com a América espanhola. Isso em muitos aspectos os aproximava, pois as colônias hispânicas também utilizavam os indígenas nos trabalhos braçais, administrativos e econômicos. Como já é sabido, o Grão-Pará sempre priorizou a mão de obra indígena em detrimento da escrava negra, o que direcionava o governo local a ter um tratamento diferente do restante do Brasil.

A partir destes questionamentos a pesquisa foi encaminhada para a observação das representações e das experiências, pois a maior dificuldade com a documentação relacionada aos indígenas é mostrar essa participação no cenário abrangente de “diversos conflitos e

³² COELHO, Mauro Cezar. Op. cit.

³³ RICCI, Magda. Fronteiras... Op. cit., p. 93.

³⁴ Ibidem, p. 93.

³⁵ “As fronteiras entre os países ibéricos caracterizaram-se sempre por uma certa fluidez, na medida em que, à margem das relações oficiais que nem sempre eram pacíficas, se processaram contactos entre as populações de ambos os lados das linhas divisórias.” (DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 226).

³⁶ Ver: BRITO, Adilson Junior Ishihara. Op. cit., p. 65-75.

³⁷ RICCI, Magda. Fronteiras... Op. cit., p. 93.

coesões de interesses”.³⁸ Sem deixar de destacar, ainda, o papel da imprensa que disseminou novos valores e novo vocabulário político inspirado no Iluminismo para a vida pública.³⁹

Apesar de ser considerada uma zona “periférica” em relação ao nordeste e sudeste brasileiros nos séculos XVIII e XIX, a região correspondente ao Grão-Pará, trazia junto com o tempo e o espaço de suas fronteiras a mistura de muitas línguas, costumes e crenças, além de, incertezas políticas e sociais e, portanto, segundo Magda Ricci “nem sempre esteve à margem no cenário sul americano e europeu”.⁴⁰ Tal zona fronteiriça⁴¹ proporcionou a maior aproximação com Portugal, Caribe, Goiás, Espanha e Maranhão em detrimento das administrações de Salvador e Rio de Janeiro.

Assim, com tantas idas e vindas de navios carregados não apenas de produtos manufaturados, mas também de ideais políticos, através de livros, periódicos e pensamentos referentes ao período, a monumental fronteira da Província se juntou aos pontos de contato com a América espanhola.⁴²

Não esqueçamos que a questão indígena desde o período colonial sempre foi pautada por disputas territoriais e conflitos relacionados à mão de obra, que de fato sempre nortearam as políticas portuguesas referentes às comunidades indígenas. Durante os Oitocentos, a necessidade de expandir a fronteira amazônica e, consequentemente, de legitimar o poder real português sobre os nativos nos direcionaria a questionar o modo como essas populações

³⁸ PEREIRA, Vantuil. **Ao soberano Congresso**: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831). São Paulo: Alameda, 2010, p. 26.

³⁹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Liberalismo político no Brasil**: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Bastos Paschoal; PRADO, Maria Emilia (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial**: origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: Revan; UERJ, 2001, p. 79.

⁴⁰ RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do Novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Os senhores dos rios**: Amazônia, margens e história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 175. “Sob muitos aspectos o Grão-Pará só pode ser entendido como uma zona de fronteiras. As vidas dos que moravam nesta região não cabem somente na língua portuguesa e nem no parco conceito de identidade nacional brasileira. Elas demonstram a necessidade premente de rearticular estas e outras histórias de vida sob outras lógicas e problemas historiográficos.” (RICCI, Magda. Fronteiras... Op. cit., p. 94).

⁴¹ “A fronteira é uma representação que pode estar desenhada a partir de um repertório sortido de referenciais construídos por uma sociedade para melhor se organizar e ordenar o mundo a sua volta, dentro de certo padrão de racionalidade, disposto naquilo que se convencionou chamar de “imaginário social”. Por isso, pensar nesses limites nos leva, primeiramente, a pensar os limites entre “nós”, uma comunidade imaginária formada, e os “outros”, considerados exteriores ao conjunto de valores e códigos de comportamentos elaborados internamente para dar sentido à realidade.” (BRITO, Adilson Junior Ishihara. Op. cit., p. 46-47).

⁴² “No Pará, os escravos e libertos tinham uma longa trajetória de lutas. Eles ficaram em anarquia latente ou explícita durante toda a década de 1820 e 1830. Era uma mão de obra cara e difícil de ser controlada no contexto revolucionário. Além disso, a questão das fronteiras com as Guianas e o Caribe de um lado e com o mundo hispânico que se tornava independente do outro, tornava a situação muito mais delicada.” (RICCI, Magda. Fronteiras... Op. cit., p. 91). “[...] os boatos que corriam no interior da sociedade paraense, vindos das fronteiras para a capital da província e vice-versa, deixam de ser simples comentários sem qualquer lógica, como muitas vezes aventavam as autoridades civis e militares do Grão-Pará, para serem apropriações possíveis do intrincado jogo político feita pela numerosa camada letrada da sociedade.” (BRITO, Adilson Júnior Ishihara. Op. cit., p. 45).

reagiram às novas ideias liberais no início dos Oitocentos. Assim, esta pesquisa é uma tentativa de demonstrar que a questão indígena vai muito além do binômio “catequese e civilização”, o que nos direciona à conclusão de inabilidade política e cultural dos nativos.

A historiografia que trata da questão indígena paraense no início do século XIX apresenta conflitos, dilemas e impasses promovidos pela disputa de mão de obra na Província do Pará e a relação com políticas indigenistas que discutiam se deviam exterminar os nativos ou atraí-los. Em uma leitura preliminar de fontes dos códices da época, foi possível perceber que os tapuios foram muito mais que coadjuvantes no período que sacudiu o Grão-Pará com tensões e conflitos sociais.

Portanto, a disputa territorial do XIX não foi apenas um problema de controle militar, mas também político, administrativo e ideológico construído através das relações sociais no interior do Grão-Pará. Além disso, segundo Manuela Carneiro da Cunha:

a percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios, ela parece ser costumeira. É significativo que dois eventos fundamentais — a gênese do homem branco e a iniciativa do contato — sejam frequentemente apreendidos nas sociedades indígenas como produto de sua própria ação ou vontade.⁴³

Deste modo, o subitem seguinte tem como principal objetivo apresentar o significado do índio aqui pesquisado: o Tapuio no Grão-Pará no século XIX.

1.2 Os tapuios no Grão-Pará dos Oitocentos

A questão indígena no século XIX já foi bastante analisada pelos estudiosos das ciências humanas; porém, o período de recorte desta pesquisa foi estabelecido pela absoluta falta de análise legislativa entre 1808 e 1822. O que aparece nas obras está relacionado ao Diretório, lei colonial que regulou a ação colonial portuguesa na Amazônia, à abolição deste em 1798 e, depois, ao projeto sobre catequese e civilização dos índios enviado às Cortes de Lisboa, em 1822, e à Assembleia Constituinte do Brasil, em 1823, por José Bonifácio de Andrada e Silva, os quais, de fato, resumem os projetos políticos para regular os nativos. Porém, os primeiros vinte anos dos Oitocentos ficaram no vácuo da explicação no que tange à

⁴³ CUNHA, Manoela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Fapesp, 1992, p. 8.

construção dos direitos dos cidadãos indígenas brasileiros. Assim, este subitem fará um breve retrospecto sobre os indígenas do norte do Brasil.

Não cabe aqui rever as explicações sobre o Diretório, mas retomar alguns aspectos para explicar que a discussão sobre leis e liberdade já rondava as comunidades indígenas antes do século XIX.⁴⁴ Para Rita Heloísa de Almeida, o *Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário* foi uma lei colonial que vigorou de 1757 a 1798 para regular a ação da expansão portuguesa na Amazônia e sua análise também serve como fonte para entender a base do pensamento filosófico europeu para construção dos projetos políticos referentes às áreas coloniais.⁴⁵ Para Carlos de Araújo Moreira Neto, o Diretório regulamentava o índio como súdito do rei e submetia as comunidades indígenas aos interesses coloniais.⁴⁶

O diretório, aprovado pelo rei, vigorou de 1757 a 1798. As misérias provocadas por ele, direta ou indiretamente, são nefandas. Por fim, D. Francisco de Souza Coutinho teve compaixão dos índios e conseguiu a revogação. Chegava tarde a medida salvadora: o mal estava feito. Em 1850, o Pará e o Amazonas eram menos povoados e menos prósperos que um século antes; as devastações da Cabanagem, os sofrimentos passados por aquelas comarcas remotas de 1820 a 1836 contam entre as raízes a malfadada criação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.⁴⁷

Assim como para Capistrano de Abreu, acima citado, para a maioria dos autores o Diretório foi o anúncio do movimento armado e tenso entre portugueses e índios, pois aldeamentos foram envoltos à exploração, dizimação e aportuguesamento dos indígenas da Amazônia e todo o desconforto que a política indigenista causou aos nativos explodiu com participação ativa dos tapuios na revolta da Cabanagem. Para o governo português, o Diretório tinha um único e amplo objetivo: “civilizar” os nativos, ou ainda, um plano de colonização.⁴⁸

Para a historiadora portuguesa Ângela Domingues, a política direcionada aos indígenas durante o mandato de Francisco Xavier de Mendonça Furtado — governador do

⁴⁴ Ver: ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Directório dos índios**: um projecto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Brasília: Universidade de Brasília, 1997; DOMINGUES, Ângela. Op. cit.; COELHO, Mauro Cezar. Op. cit.

⁴⁵ ALMEIDA, Rita Heloísa de. Op. cit., p. 14-234.

⁴⁶ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia**: de maioria a minoria. 1750-1850. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 20-27.

⁴⁷ ABREU, João Capistrano Honório de. **Correspondência**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1954, p. 276. Ver também: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. cit., p. 20.

⁴⁸ MENDONÇA, Marcos Carneiro. **A Amazônia na era pombalina**: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759: t. 1. Rio de Janeiro, IHGB, 1963.

Grão-Pará e Maranhão —, o *Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário* foi uma tentativa de distanciar os nativos do sistema imposto pelas missões jesuíticas através de um projeto político e, além disso, perdurou como discurso político e estrutura legislativa colonial por cinquenta anos.⁴⁹

Para o antropólogo Carlos Araújo Moreira Neto, o Diretório Pombalino foi o principal resultado das reformas políticas do Marquês de Pombal e sistematizou o esforço da Coroa portuguesa para a integração, sem intermediários, dos indígenas aldeados ao sistema colonial.⁵⁰ Dessa maneira, a historiadora Iris Kantor identifica a relevância da questão indígena nesse momento, seguindo a perspectiva de compreender a política pombalina como forma de integrar o indígena ao restante da sociedade, pois a não interferência dos jesuítas, definida pela Reforma, teria proporcionado oportunidades de elevação do status civil do indígena e de “enobrecimento das origens mestiças dos clãs mais antigos estabelecidos na América portuguesa”.⁵¹ Ou seja, o Diretório dos Índios criou uma espécie de “elite aborígene” no Grão-Pará, que era formada por juízes, meirinhos, sargentos-mores, alferes e vereadores existentes em vilas e aldeias criadas pelo Capitão General da Província Francisco Mendonça Furtado.⁵²

No caso do Grão-Pará, os tapuios ocupavam quase todas as atividades desenvolvidas na Província, inclusive na cidade de Belém, e representavam um contingente expressivo de homens livres.⁵³ Além disso, eram distribuídos conforme as necessidades e a critério do governo, o que Caio Prado Jr. chamou de “evidente escravidão disfarçada”.⁵⁴ A lei de 1798 ainda determinava o recrutamento de índios nas milícias para posteriormente serem distribuídos nas tropas de 1ª e 2ª linhas.⁵⁵ No restante das colônias, homens brancos e pardos livres eram preferencialmente recrutados às tropas; porém, devido à necessidade de corpos

⁴⁹ DOMINGUES, Ângela. Op. cit., p. 15-65.

⁵⁰ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. cit., p. 20-166.

⁵¹ KANTOR, Iris. A academia brasílica dos renascidos e o governo político da América portuguesa (1759): contradições do cosmopolitismo acadêmico luso-americano. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 326.

⁵² NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit.; DOMINGUES, Ângela. Op. cit., p. 169-177.

⁵³ Ainda que não seja possível precisar a real dimensão desta população, os tapuios (índios destribalizados) habitavam expressamente vilas, povoados do interior e a cidade de Belém na Província do Grão-Pará. (MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra...** Op. cit., p. 61-64).

⁵⁴ “A apreciação de estarem ou não ocupados ficava naturalmente entregue ao arbítrio das autoridades; a lei [Carta Régia de 1798] nada prevê a respeito. Esta definição do índio a um determinado serviço, forma evidente de escravidão disfarçada, é o que a lei chama de “apenar” os índios. [...] marcavam-se mesmo a ferro os cativos, nivelando-os assim aos escravos africanos.” (PRADO JÚNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 99-100).

⁵⁵ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 63.

militares para a guerra com a Guiana Francesa,⁵⁶ em 1808, homens de cor, índios, cafuzos e mamelucos foram recrutados no Pará às tropas militares.⁵⁷ Shirley Nogueira aponta ainda uma “outra correspondência [de 1810] para o rei D. João, [na qual o intendente] João Severino Maciel da Costa pedia mais rigor com o efetivo militar que era formado em sua maioria por índios”.⁵⁸

A utilização dos indígenas como mão de obra escrava era uma das fontes de riqueza do Grão-Pará e, na letra da lei, a escravidão desta parcela da população estava abolida desde 1755 e, portanto, os índios passariam a ter direito de receber salários em troca de sua prestação de serviços. Não necessariamente este pagamento era feito em dinheiro e, como solução, a entrada de escravos negros no Grão-Pará aumentou significativamente.⁵⁹ Obviamente, a tentativa de integração servil do tapuio na sociedade colonial, como queria a legislação pombalina, não foi harmoniosa, principalmente porque é mais do que sabido que os indígenas não aceitavam trabalhar para os colonos — fossem ou não remunerados. Assim sendo, o engajamento indígena em relação aos serviços do governo ou particulares teve outro resultado: revoltas indígenas em várias partes da Amazônia.⁶⁰

A Carta Régia de 1798 aboliu o Diretório e a principal justificativa para tal ato foi a problemática com relação à mão de obra. Nessa Carta, determinava-se que a servidão indígena voltou a vigorar, assim como o comércio com os índios, a exploração de suas terras e premiações aos colonos que promovessem a catequese e auxiliassem na civilização dos nativos.⁶¹ Além disso:

[o] ponto de partida do texto era a restituição dos direitos aos índios aldeados — em especial, à liberdade — para que ficassem sem diferença dos outros vassalos. A nova condição poderia ser aferida na medida em que os índios alcançassem a capacidade de fazer frente às demandas de um vassalo comum: sustentar-se por meio de um ofício, pagar os dízimos e manter-se em prontidão para a defesa dos territórios coloniais.⁶²

⁵⁶ SOUZA JÚNIOR, José Alves. **Constituição ou revolução**: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820/23). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

⁵⁷ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 146.

⁵⁸ APEP. EC, Códice n. 653. Ofício, 7 maio 1810. Correspondência de diversos com o governo. Ver também: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 147.

⁵⁹ AHU, Pará, cx. 22 (742). Bando promulgado por João Pereira Caldas regulando o salário dos índios, de 30 de maio de 1773. Ver também: DOMINGUES, Ângela. Op. cit., p. 44; VIRGOLINO-HENRY Anaisa; AZEVEDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

⁶⁰ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. cit., p. 19-36.

⁶¹ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. cit., p. 19-36.

⁶² SAMPAIO, Patrícia M. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia Portuguesa. In: GOMES, Flávio dos Santos; DEL PRIORE, Mary. **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2003.

Segundo Carlos de Araújo Moreira Neto, no clássico “Índios da Amazônia: de maioria a minoria”, os tapuios eram índios reduzidos à vida civil remanescentes das antigas missões, ou seja, índios submetidos aos *descimentos*, portanto, destribalizados e catequizados, principalmente, pelos jesuítas.⁶³ Estes nativos também eram chamados de “caboclos” ou “índios crioulos”, uma espécie de definição do índio genérico que havia “abandonado seus hábitos e lealdades tradicionais” e, por isso, tinham maior proximidade com os brancos, sendo considerados dóceis, diferentemente dos tapuios do restante do Brasil.⁶⁴ De forma conclusiva:

O tapuio pode ser definido como membro de um grupo indígena que perdeu socialmente o domínio instrumental e normativo de sua cultura aborígene, substituindo-a por elementos de uma ou várias outras tradições culturais, que se misturam aos traços residuais da língua e da cultura originais.⁶⁵

A historiadora Maria Luiza Marcílio⁶⁶ sintetizou os tapuios através de uma resenha do clássico livro de Carlos Araújo Moreira Neto (“Índios da Amazônia: de maioria a minoria”) e, categoricamente, afirmou:

A trajetória dramática dessa categoria forjada pela colonização e evangelização, o Tapuio é objeto de estudo particular e pioneiro. O Tapuio é diferente do mestiço e do sertanejo. Ele é o índio ainda, só que índio genérico, desprovido de sua identidade étnica, de sua possibilidade de entender-se ligado ao seu povo, à sua tribo, às suas crenças e tradições mais profundas.⁶⁷

A expressão “tapuia” é resultado da tentativa dos europeus de sintetizar as variadas etnias existentes no Brasil do século XVI; assim, dividiram os indígenas em duas categorias: Tupi e Tapuia.⁶⁸ Os índios que faziam parte da categoria Tupi eram os que ocupavam o litoral brasileiro, desde o Maranhão até Santa Catarina, de maior contato com os europeus da época, basicamente representados por portugueses, franceses e castelhanos.⁶⁹ Já os da categoria Tapuia eram todas as outras etnias pouco conhecidas pelos colonizadores e, por ser uma

⁶³ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. cit., p. 38-46.

⁶⁴ Ibidem, p. 51-54.

⁶⁵ Ibidem, p. 79.

⁶⁶ Professora Titular de História na Universidade de São Paulo e Diretora do Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina na Universidade de São Paulo.

⁶⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza. Índios da Amazônia: de maioria a minoria. **Diário de Bordo: Resenhas**, 23 jun. 2011. Resenha de: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de maioria a minoria. 1750-1850. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 252-253.

⁶⁸ MONTEIRO, John Manuel. **Os negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 19.

⁶⁹ Ibidem, p. 19-20.

categoria abrangente e a antítese da sociedade Tupi, de certo modo, o desconhecido soava como selvagem e pejorativo.⁷⁰

Para John Monteiro, um padrão bipolar condicionou e marcou a trajetória das pesquisas, interpretações e percepções sobre a história das comunidades indígenas. A partir do binômio Tapuia/Tupi, várias bipolarizações surgiram para tal padrão, como, por exemplo, as oposições bravo/manso, bárbaro/policiado e selvagem/civilizado. Para além das interpretações históricas e/ou antropológicas, esse padrão bipolar influenciou diretamente nas formulações de políticas direcionadas aos indígenas.⁷¹

Segundo André Machado, esses tapuios eram índios destribalizados e também eram chamados de índios civilizados ou caboclos. **A eles especificamente estava designado o trabalho compulsório, ou seja, trabalhar forçado mesmo que com remuneração, desde a legislação de 1798.** Além disso, a partir daquele momento passaram a ser considerados súditos do rei de Portugal, deixando de estarem sujeitos a qualquer tipo de tutela.⁷² No Grão-Pará, os tapuios também eram classificados como índios catequizados que viviam tanto nas missões jesuíticas, dedicando-se às lavouras, quanto nas vilas, com domicílio fixo, trabalhos na administração pública e até mesmo propriedades.⁷³ Outra função será apresentada no subitem seguinte: a intensificação do serviço militar do índio no Grão-Pará do século XIX, principalmente após a vinda da família real para o Brasil em decorrência das invasões napoleônicas.

⁷⁰ Ibidem, p. 19-20.

⁷¹ MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.

⁷² MACHADO, André Roberto de Arruda. A difícil tarefa... Op. cit.

⁷³ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. cit., p. 19-30.

1.3 Os tapuios, a vinda da família real para o Brasil e a conquista de Caiena

Mais do que uma novidade historiográfica, o período do envio de tropas para conquistar Caiena, entre 1808 e 1809, será abordado nesta pesquisa devido à intensa participação dos tapuios,⁷⁴ como militares, nas disputas territoriais e nos conflitos independentistas nas colônias espanholas próximas ao Grão-Pará. Consequentemente, a repercussão da adoção do estatuto de cidadãos aos indígenas da América espanhola, após a reunião das Cortes de Cádiz entre 1810 e 1814, aconteceu através de contato dos tapuios, muitos deles proprietários, com ideais liberais publicados em panfletos e periódicos da época e, assim, elevou o grau de ebulição política na Província do Grão-Pará.

A ocupação da Península Ibérica pelas tropas napoleônicas trouxe graves problemas econômicos para a então Capitania do Grão-Pará,⁷⁵ que era acostumada ao comércio intenso com Lisboa muito mais do que com o Rio de Janeiro, e, assim, percebeu com a transferência da Corte portuguesa às terras fluminenses uma ameaça às suas exportações.⁷⁶ Com o decreto de 10 de junho de 1808, o governo dos Bragança declarou guerra à França através da conquista de Caiena⁷⁷ e, com isso, foi gerada, enfim, uma alternativa econômica aos

⁷⁴ O tapuio pode ser definido como membro de um grupo indígena que perdeu socialmente o domínio instrumental e normativo de sua cultura aborígine, substituindo-a por elementos de uma ou várias outras tradições culturais, que se misturam aos traços residuais da língua e da cultura originais. (MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. cit., p. 79). Como explica o historiador André Machado: “Está se designando genericamente como tapuios, os índios destribilizados que viviam espalhados pelas aldeias, povoados e pela cidade do Grão-Pará e que podiam ser chamados, em função do grau crescente de incorporação à cultura dos brancos, de tapuios, índios civilizados e caboclos. Pela legislação de 1798, esses indígenas podiam ser obrigados ao trabalho compulsório em obras públicas e particulares, ao mesmo tempo em que passavam a ser considerados como súditos do rei de Portugal, sem qualquer tutela”. (MACHADO, André Roberto de Arruda. A difícil tarefa... Op. cit. E, para John Manuel Monteiro: “Diferentemente do restante da colônia, os tapuios foram no Grão-Pará classificados como índios que viviam nas missões e vilas, dedicados à lavoura e com domicílio fixo”. MONTEIRO, John Manuel. **Os negros...** Op. cit., p 19-23).

⁷⁵ “Nas terras da antiga Capitania do Grão-Pará, conquistada em 1615 por Francisco Caldeira Castelo Branco, situada entre os rios Acoty-Peru e Tocantins, surgiu a primeira povoação portuguesa da Amazônia, ou seja, a cidade de Santa Maria de Belém do Gram-Pará. Nas áreas em torno deste núcleo localizado na região denominada Zona Guajarina, formada pelas bacias dos rios Acará, Capim e Guamá, foram edificadas diversos engenhos, como o citado Murtucu, com 40 a 50 escravos; ou então, o Madre de Deus, de Eduardo Angelim, que chegara a possuir 72 cativos. Na verdade, desde o período colonial, na região de Belém, tanto em seu espaço urbano, quanto em suas cercanias, concentrava-se boa parte da população escrava da Província. [...] Já nas primeiras décadas do século XIX, Vicente Salles, pela leitura dos dados constantes de Baena, aponta que, precisamente em 1823, existia [...] uma população de 12.471 viventes compreendendo 5.643 brancos (45,9%); 5.719 escravos africanos ou crioulos (45,2%); e, 1.109 pretos, índios e mestiços livres (8,9%). Assim sendo, [...] o espaço urbano de Belém comportava uma população escrava negra e de homens livres mestiços, pretos e índios superior ao número de brancos, destacando-se o coeficiente de cativos.” (BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará: sécs. XVII-XIX.** Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 58-59).

⁷⁶ SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p 96-97.

⁷⁷ “A Guiana Francesa, nos seus limites atuais — portanto sem considerar o Contestado franco-lusitano e depois franco-brasileiro, atual Amapá —, tem aproximadamente 90.000 Km. No fim do século XVIII, no entanto, só estava ocupada uma faixa costeira bastante estreita que ia do rio Iracoubo, a oeste, até o rio Oiapoque, a leste, com uma fraca irradiação na direção do atual Amapá, constituída por missões religiosas, postos militares, centros

comerciantes do norte da colônia através da necessidade de abastecimento das tropas reais.⁷⁸

A declaração de guerra ao Imperador dos franceses exposta no decreto de 10 de junho de 1808 reflete a perspectiva de conflitos vivida no Atlântico após as invasões napoleônicas. Devido à proximidade territorial, a Vila de Chaves, localizada na Ilha Grande de Joanes,⁷⁹ serviu de quartel-general das tropas invasoras portuguesas. Foram recrutados índios e mestiços para o corpo militar, alguns desses voluntariamente sob a promessa de viajar para uma terra rica e com a possibilidade de arrecadar muito dinheiro.⁸⁰ Em 1809, Caiena foi tomada pelas tropas paraenses em nome de Portugal, permanecendo sob o domínio desta monarquia até 1817. Partiu sob o comando do tenente-coronel Manoel Marques d'Elvas um destacamento inicial de 600 homens que compunham o Corpo de Voluntários Paraenses.⁸¹

Segundo Arthur César Ferreira Reis, existia uma obstinação francesa em chegar ao rio Amazonas e realizar uma expansão territorial sobre terras de domínio português, e, portanto, o clima de guerra não foi uma novidade entre os vizinhos do norte na América do Sul.⁸² Assim, para o autor, foi instaurado clima de intranquilidade e má vizinhança devido às incertezas de limites de demarcações da região amazônica entre as monarquias lusa e francesa desde o início da colonização.⁸³

O mesmo autor ressalta ainda que, durante o período em que D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho, irmão de D. Rodrigo de Souza Coutinho, foi governador da Capitania do Pará entre 1790 e 1803, defendeu a necessidade de conquistar Caiena, principalmente após o

pesqueiros e criação extensiva de gado.” (FLAMARION, Ciro Santana Cardoso. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas**: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro, 1984, p. 15).

⁷⁸ COELHO, Geraldo Mártires. **Letras e baionetas**: novos documentos para a história da imprensa no Pará. Belém: Cultural; Cejup, 1989; COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: Cejup, 1993; SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 96-97.

⁷⁹ Atual Ilha de Marajó, localizada na foz do rio Amazonas, no arquipélago do Marajó, foi denominada *Ilha Grande de Joannes* durante o período colonial. (FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagens Filosóficas ao Rio Negro**. Belém: MPGE; CNPq, 1983). “Em 23 de dezembro de 1665, a Coroa doava a Capitania de Ilha Grande de Joannes ao súdito português Antonio de Souza de Macedo, sendo a sua primeira povoação denominada de Monforte ou Joanes. Quase um século depois, em 29 de abril de 1754, a dita Capitania reverteu ao domínio da Coroa. Nesta época, entretanto, a conquista e ocupação portuguesa da Ilha de Joanes ou Marajó, antigamente chamada de Ilha dos Nheengaibas, já havia sido iniciada, destacando-se o trabalho missionário dos jesuítas junto aos índios Aruã ou Aruac, notadamente o padre Antônio Vieira. [...] a prosperidade dos negócios levados a cabo pelos padres da Companhia de Jesus havia despertado o protesto propositadamente exagerado dos colonos contra “o absoluto domínio e jurisdição” dos referidos missionários da Ilha de Marajó, onde os jesuítas eram acusados pelos colonos de fazer uso do trabalho de 3.000 índios para coleta do ‘cravo, cacau e outros produtos valiosos’.” (BEZERRA NETO, José Maia. Op. cit., p. 75).

⁸⁰ APEP. Códice UD 017-354. Doc. 18, p. 21. Termos do interrogatório do réu Bento Manuel. Correspondência de diversos com os governadores. 1811-1812. Ver também: SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit. O documento foi revisto para este estudo e, atualmente está arquivado com número diferente do acima citado devido à reorganização do Arquivo Público. Trata-se do Documento Códice n. 655.

⁸¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Síntese de história do Pará**, Belém-Pará: Amada, 1972, p. 73-74.

⁸² REIS, Arthur César Ferreira. **Portuguêses e brasileiros na Guiana Francesa. Cadernos de Cultura**. Brasília: Ministério da Educação e Saúde; Departamento de Imprensa Nacional, 1953.

⁸³ *Ibidem*, p. 4-5.

movimento revolucionário francês de 1789, pois temia a expansão de ideais liberais, e proibiu a leitura de livros oriundos da França, que apresentavam os princípios da ideologia “herético-política”.⁸⁴ Porém, naquele momento, não houve autorização do reino português para realizar a campanha de invasão à Guiana Francesa.

Em 1808, a mudança de posicionamento luso alterou-se radicalmente, pois, após a transferência forçada da Corte do Regente D. João à América, D. José Narciso de Magalhães e Meneses, na época capitão-general, solicitou ajuda aos comerciantes locais para enfrentar os gastos com a preparação das tropas bem como o pagamento dos soldos dos militares em 1º de outubro.⁸⁵ A economia de guerra deu um novo fôlego aos proprietários de terras e comerciantes do Grão-Pará, preocupados com a mudança da sede das decisões da monarquia portuguesa, principalmente os a pecuária e os pesqueiros da Ilha do Marajó intensificaram suas exportações.⁸⁶

A participação inglesa na guerra contra Napoleão foi além da escolta no traslado da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, pois a força naval que seguiu à ocupação de Caiena foi comandada pelo oficial inglês Jaime Lucas Yeo.⁸⁷ Cabe ressaltar que o início do século XIX foi uma época marcada por uma série de tensões, que provocaram sensíveis mudanças na Capitania, principalmente em sua capital, a partir da entrada efetiva de vários negociantes ingleses devido à Abertura dos Portos às Nações Amigas de Portugal em 1808.⁸⁸

Assim, a atração gerada nos ingleses pelo Porto de Belém aumentou o fluxo de comércio da capital que, além de com a Europa, passou a negociar regularmente com Estados Unidos e Antilhas.⁸⁹ O agitado comércio portuário foi percebido e descrito pelos viajantes Spix e Martius, que sublinharam a densa participação de índios nas transações comerciais.⁹⁰ Porém, como de costume, portugueses e estrangeiros de origem francesa e inglesa detinham o monopólio das exportações e, obviamente, enriqueceram através da extração e

⁸⁴ “A correspondência de Souza Coutinho sobre a matéria guarda-se em vários códices da Seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará. Também na Biblioteca Nacional há peças importantes a respeito.” (REIS, Arthur César Ferreira. *Portuguêses e brasileiros...* Op. cit., p. 6).

⁸⁵ *Ibidem*, p. 9-10; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 183.

⁸⁶ APEP. EC, Códice n. 655. Ofício, mar. 1811. Correspondência de diversos com o governo. Ver também: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit.

⁸⁷ APEP. Códice n. 751. Ver também: REIS, Arthur César Ferreira. *Portuguêses e brasileiros...* Op. cit., p. 10; NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 183.

⁸⁸ SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 27.

⁸⁹ GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. *As casas e as coisas: um estudo sobre a vida material e domesticidade nas moradias de Belém (1808-1850)*. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Belém, 2006, p. 133-150.

⁹⁰ “Logo que chegavam as canoas do comércio dessas regiões, animavam-se as ruas da cidade, veem-se índio, meninos nus, atarefados a carregar os preciosos artigos para a alfândega, e dali para os diversos armazéns espalhados pela cidade. Fora dessa época, porém, não é a praça menos morta do que Maranhão, onde se limitando quase só algodão e arroz, que recebe do interior; esses artigos são embarcados nos armazéns, situados junto ao porto.” (SPIX, John Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Von. *Estada na Cidade...* Op. cit., p. 48).

comercialização das drogas do sertão e de outros produtos cultivados na região amazônica, em detrimento das comunidades indígenas.⁹¹ A invasão de Caiena, portanto, além de aumentar o domínio da Coroa portuguesa na América, também multiplicou fortunas de um grupo pequeno de descendentes de oriundos da metrópole.⁹²

Com o intuito de aumentar a renda da Corte portuguesa instaurada em terras brasileiras, a partir da ocupação da capital da Guiana Francesa foi determinada a cobrança de impostos junto aos franceses e colonos de Caiena, bem como que se “transplantasse ao Pará e daquela Capitania para as demais do Brasil, a maior quantidade possível das espécies vegetais que os franceses haviam aclimatado ali, como cravo da Índia, canela, pimenta, cana de açúcar de Otahity, particularmente a noz moscada”.⁹³ As instruções foram postas em prática pelo então nomeado governador militar Manoel Marques, que compôs seu governo com franceses de projeção local e sem “contaminação da ideologia liberal”.⁹⁴

Quase um mês depois da nomeação do governador militar, em 10 de junho de 1809, ele foi subordinado a um intendente geral e ambos tornaram-se subordinados ao capitão-general do Grão-Pará. Em consequência desse fato, na Guiana “integravam-se o corpo territorial e político até onde chegava a jurisdição da autoridade maior do Pará”.⁹⁵ O documento abaixo nos relata que o intendente tomou posse em janeiro de 1810 e expôs à população as vontades do príncipe regente que, segundo Arthur César Ferreira Reis, queria fazer a felicidade dos colonos.⁹⁶

João Severino Maciel da Costa, Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar. [...]: Fui Servido Nomear-vos com a graduação que consta pelo Decreto da data desta, que baixa à Meza do Desembargo do Paço, para Intendente Geral da Colonia de Cayena e Guiana Franceza, afim de que transportando-vos logo ali, e considerando-vos como chefe da Magistratura, fixeis o exercicio que podeis ter na Administração de Justiça, segundo estipulado pela Capitulação, e que igualmente de accôrdo com o Governador e Capitão General do Pará e com o Governador que Fui Servido Nomear para a Mesma Colonia, procureis dirigir a sua Fazenda, e a sua Policia de modo, que rezultem a tranqüilidade e felicidade d’ella, e os meios de sustentar a Fôrça Armada, — que fica guarnecendo; e que possais concorrer com o Governador e Capitão General do Pará e com o Governador da Colônia, a tomar todas as providencias, afim que a sua defesa contra o Inimigo da Minha Real Corôa, seja tão effectiva como espero da fidelidade

⁹¹ ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. *Estudos Econômicos*, v. 15, n. especial, 1985, p. 161.

⁹² MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra...* Op. cit., p. 81-83.

⁹³ APEP. Códice n. 751. Ofício de 18 de maio de 1809. Ver também: REIS, Arthur César Ferreira. *Portuguêses e brasileiros...* Op. cit., p. 20.

⁹⁴ APEP. Códice n. 644. Ofício de 18 de maio de 1809.

⁹⁵ APEP. Códice n. 644. Ofício de 10 de junho de 1809.

⁹⁶ REIS, Arthur César Ferreira. *Portuguêses e brasileiros...* Op. cit., p. 16.

do Comandante, e da vossa, zelando vós todos os Direitos da Conquista, e impedindo que possa haver maquiçoens contra a segurança, e tranquilidade da mesma Colonia. [...]. Escrita no Palacio do Rio de Janeiro em dez de Junho de mil outo centos e nove. – Príncipe.⁹⁷

O texto acima apresenta a insistente ideia de não hostilidade por parte dos habitantes de Caiena em relação às tropas portuguesas enviadas do Grão-Pará, porém como já apontou José Alves de Souza Júnior, os documentos revisitados mostram o oposto.⁹⁸ Os franceses armaram seus escravos e juntaram força de resistência, mas foram vencidos pela falta de apoio da sua metrópole, ou seja, não aceitaram de forma pacífica a ocupação do território.⁹⁹ Na tentativa de manter a segurança e a tranquilidade que o Príncipe D. João havia solicitado, o então governador militar Manoel Marques *convidou* alguns líderes franceses da colônia para compor seu governo, além de permitir viagem para todos os portos da América portuguesa e para a Inglaterra.¹⁰⁰

O recém-chegado intendente João Severiano Maciel da Costa encontrou Caiena mergulhada em *abusos no exercício da causa pública*.¹⁰¹ Denúncias de comércio irregular de armas apreendidas dos franceses, roubos de armazéns, abusos de poder devido a prisões de soldados sem justificativas plausíveis, comercialização de vinho e cachaça no Palácio do Governo são algumas das acusações feitas por oficiais, destacados na ocupação, endereçadas ao governador da Capitania.¹⁰²

Ao descrever a Guiana Francesa, Arthur César Ferreira Reis salientou a longa jornada de disputas territoriais ocorridas no norte da América do Sul entre as mais importantes metrópoles europeias dos séculos XVIII e XIX:

O extenso litoral entre o Orenoco e o Amazonas foi objeto de larga e sangrenta disputa entre espanhóis, holandeses, ingleses, franceses e portugueses que ambicionavam levantar ali, ante o noticiário fabuloso de viajantes que se haviam deixado levar pelo informe exagerado do gentio, trechos dos impérios ultramarinos que criavam. Na Guiana, seria o El

⁹⁷ APEP. Códice n. 644. Correspondência de 10 de junho de 1809.

⁹⁸ SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 97-100.

⁹⁹ APEP. Códice n. 642. Doc. 87. Ofício de 20 de fevereiro de 1809 do Governador do Grão-Pará ao Comandante do Regimento e Quartel da Vila de Chaves. Correspondência dos governadores diversos. 1808-1810. Livro 2. de Registro de Offícios.

¹⁰⁰ APEP. Códice UD 09-647. Doc. 38. Ofício de 9 de julho de 1808 do Governador Interino de Caiena ao Governo do Grão-Pará. Correspondência de diversos com os governadores. 1809-1810.

¹⁰¹ REIS, Arthur César Ferreira. Portugueses e brasileiros... Op. cit., p. 26; SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 100.

¹⁰² APEP. Códice UD 015-683. Doc. 09. Ofício de 15 de abril de 1810 do Intendente Geral da Polícia de Caiena ao Governador do Grão-Pará. Correspondência de Diversos com os Governadores. 1810-1818. Ver também: SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit.

Dorado famoso. Descobri-lo e dominá-lo constituiria, portanto, empresa de rendimentos imediatos e sensacionais.¹⁰³

Porém, ter descoberto e dominado Caiena não foi um excelente empreendimento para o Grão-Pará, pois, pelo menos no que tangeu aos portugueses que a invadiram, em 1808, não houve rendimentos sensacionais, apesar do lamento dos guianeses quando Portugal devolveu a colônia à França em 1817.¹⁰⁴ Como podemos ver na citação:

A 21 de novembro de 1817, às 11 horas da manhã, em solenidade efetuada no forte do Castelo, que levantáramos para a defesa de Caiena, formados dois destacamentos, o francês e o nosso, de cem homens cada um, foi içada a bandeira portuguesa, sob salva de 21 tiros de artilharia. A seguir, arreada essa mesma bandeira, foi novamente içada com a francesa, sob nova salva de 21 tiros de artilharia.

Estavam presentes ao ato o comandante das forças francesas, que vinha assumir o governo da colônia, com o posto de tenente-general, Conde Carra de Sant-Syr, e o secretário do governo militar luso-brasileiro, tenente José da Silva Mafra, mais tarde senador do Império. Manoel Marques, gravemente enfêrmo, não pudera comparecer.

Registrou-se, então, qualquer coisa de inédito, de espantoso: Os colonos franceses que assistiram à cerimônia, choravam de pesar com a nossa retirada. Carra de Sant-Syr, pasmo, dirigiu-se ao tenente Mafra. E lhe disse: “é espantoso, Senhor Secretário, que franceses, vendo drapejar as cores nacionais, signo da dominação francesa, vertam lágrimas de saudades pela dominação anterior. Faço votos por que, ao término de minha administração, receba demonstrações semelhantes”.¹⁰⁵

A explicação para tamanho pesar por parte da população pode estar relacionada com o esquecimento da França para com os problemas sociais e econômicos dos colonos guianeses. Além disso, tanto a Guiana quanto a Amazônia lusa foram ocupadas por razões políticas e militares, apresentando dificuldades de penetração e aproveitamento bem maiores do que as outras regiões, e estiveram, assim, em condições de inferioridade figurando como áreas periféricas da América portuguesa.¹⁰⁶

A difícil tarefa de assegurar o território necessitava da introdução dos índios como

¹⁰³ REIS, Arthur César Ferreira. *Portuguêses e brasileiros...* Op. cit., p. 3.

¹⁰⁴ “Registrou-se, então, qualquer coisa de inédito, de espantoso: os colonos franceses que assistiram à cerimônia choravam de pesar com a nossa retirada. Carra de Sant-Syr, pasmo, dirigiu-se ao Tenente Mafra.” (REIS, Arthur César Ferreira. *Portuguêses e brasileiros...* Op. cit., p. 30). “Esta conquista não foi mais que uma especulação comercial em favor do Brasil, que prejudicava nosso estabelecimento. Os conquistadores trataram o país com resguardos que formam singular contraste com os usos e bens da administração francesa que lhes sucedeu. O sequestro dos bens dos ausentes foi a única medida de rigor que eles lhes fizeram experimentar. Fora disso, em sua administração nada houve de hostil contra a colônia, e antes a verdade nos obriga a reconhecer que seus interesses gerais nunca foram melhor apreciados.[...]” (Testemunho do colono Vidigal, apud FLAMARION, Ciro Santana Cardoso. Op. cit., p. 159).

¹⁰⁵ REIS, Arthur César Ferreira. *Portuguêses e brasileiros...* Op. cit., p. 29-30.

¹⁰⁶ FLAMARION, Ciro Santana Cardoso. Op. cit., p. 115.

colonos e, para isso, era exigido que estes passassem pelo processo de “aportuguesamento”. Porém, a transformação dos índios em colonos necessitava dar liberdade aos nativos e identificá-los como portugueses. As palavras de ordem do projeto expansionista português — dilatar a Fé e o Império — aliaram-se à ideologia da Companhia de Jesus e, na Provisão de 1680, reafirma-se a ordem real de alinhar a Amazônia aos princípios originais da colonização, além de reconhecer os nativos como “verdadeiros” donos das terras e tirá-los da condição de escravos, tornando-os trabalhadores assalariados quando prestassem serviços ao Estado e aos colonos, em no máximo dois meses.¹⁰⁷ Assim, a Companhia de Jesus garantia o monopólio dos descimentos¹⁰⁸ e da conversão dos indígenas.¹⁰⁹

Para Beatriz Perrone-Moisés:

Constantes e incentivados ao longo da colonização (desde o Regimento de Tomé de Sousa de 1547 até o Diretório Pombalino de 1757), os descimentos são concebidos como deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos portugueses. [...] [índios] “descidos”, isto é, trazidos de suas aldeias no interior (“sertão”) para junto das povoações portuguesas; lá devem ser catequizados e civilizados, de modo a tornarem-se “vassalos úteis”, como dirão os documentos do século XVII.¹¹⁰

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, os índios não tinham participação expressiva na sociedade guianense, pois, desde o início da colonização, o governo francês decretou que os nativos seriam considerados franceses após serem pacificados.¹¹¹ A maioria esmagadora da população era formada por escravos negros e a decisão revolucionária de abolir a escravidão foi posta em prática em 14 de junho de 1794, ligando muitos ex-escravos ao “serviço da República”: como soldados, marinheiros e trabalhadores nas obras públicas. A escravidão foi restabelecida em 1802; porém, mesmo que o processo de abolição tenha sido limitado (1794-1802), uma parte dos negros ex-escravos adquiriu propriedades, organizou grupos de resistência, libertou familiares e pôde escapar da vida cativa.¹¹²

Portanto, as expectativas políticas da população livre pobre da sociedade guianense, da

¹⁰⁷ D’AZEVEDO, J. L. **História de Antonio Vieira**. Lisboa: Livraria Clássica, 1918. Apêndice documental, p. 397-400.

¹⁰⁸ “Trata-se de convencer os índios do “sertão” de que é de seu interesse aldear-se junto aos portugueses, para sua própria proteção e bem-estar.” (PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os principais da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Fapesp, 1992, p. 118).

¹⁰⁹ “Ley do primeiro de Abril de mil seiscentos e oitenta”. (MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. cit. Apêndice documental, p. 153-155).

¹¹⁰ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Op. cit., p. 118.

¹¹¹ FLAMARION, Ciro Santana Cardoso. Op. cit., p. 51.

¹¹² “Em 1808, a Guiana Francesa contava com 12.355 escravos (85% da população total de 14.445 habitantes), dos quais 8.366 ativos (67% do total de escravos)” (Ibidem, p. 69-81).

qual parte era mestiça e negra, aproximavam-se dos projetos políticos de setores militares das tropas enviadas a Caiena, cuja maior parte era formada por tapuios e *homens de cor* livres. As tropas de ocupação eram mantidas em precárias condições inclusive com relação ao abastecimento de alimentos.¹¹³ A ordem Circular de 10 de fevereiro de 1810 determinava o recrutamento de indígenas para as tropas em Caiena, o que aumenta a confirmação de hipótese já levantada em outros trabalhos recentes de que havia mistura de cores entre os homens de 1ª linha.¹¹⁴

Os negociantes do Grão-Pará tornaram-se credores do governo, pois forneciam mercadorias para o abastecimento de Caiena e, além disso, adiantavam o dinheiro dos soldos atrasados para evitar mais insatisfação no interior das tropas.¹¹⁵ As dificuldades financeiras agravaram-se ao ponto de ser facilitado pelo governo o tráfico de alimentos como, por exemplo, carne.¹¹⁶ Porém, era cada vez mais comum o atraso no pagamento dos soldos, os castigos frequentes, a não substituição por outros soldados e a escassez alimentícia, e tal cenário contribuiu taxativamente para um clima de tensão constante.¹¹⁷

Devido à dificuldade de abastecimento na colônia francesa, tornaram-se corriqueiras as denúncias de desordens, roubos e violências contra a população da cidade praticados por soldados das tropas invasoras.¹¹⁸ Em 9 de junho de 1809, houve uma rebelião de soldados contra ordens do governador. Liderada pelo sargento-mór Manuel José Xavier Palmeitim, e com a ajuda dos irmãos franceses Grimard, questionou os castigos aplicados à tropa, o atraso de dois meses do soldo, a diminuição da ração do hospital militar, além de pedir a substituição do brigadeiro Manoel Marques.¹¹⁹

Assim, o período de invasão e ocupação de Caiena foi crucial à politização e reivindicação dos soldados frente à Coroa portuguesa, pois, em 1811, ocorreu um levante militar que visava, de fato, à tomada de poder. Suas principais metas: alterar as políticas do Estado tanto com relação às tropas de ocupação quanto aos setores menos privilegiados.¹²⁰ Obviamente os interesses de oficiais (subalternos, superiores e oficiais gerais) e soldados

¹¹³ APEP. Códice UD 647. Doc. 06. Ofício de 28 de novembro de 1809 do Governador de Caiena ao Governo do Grão-Pará. Correspondência de Diversos com os Governadores. 1808-1810.

¹¹⁴ APEP. EC, Códice n. 661. Ofício 10, fev. 1810. Correspondência da Junta com diversos.

¹¹⁵ APEP. Códice UD 015-353. Doc. 96. Ofício de 9 de dezembro de 1815 do Intendente Geral da Polícia de Caiena ao Governo do Grão-Pará.

¹¹⁶ APEP. Códice n. 449. Doc. s/n. Ofício de 29 de janeiro de 1811 do Intendente Geral de Caiena ao Governo Interino do Grão-Pará.

¹¹⁷ SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 100-105.

¹¹⁸ APEP. Códice n. 647. Doc. s/n. Ordem do dia 20 de novembro de 1809. Correspondência de diversos com os governadores. 1808-1810.

¹¹⁹ APEP. Códice n. 647. Doc. s/n. Ofício de 10 de setembro de 1809 do Governador do Grão-Pará ao Governador de Caiena.

¹²⁰ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 318-319.

tornaram-se diferentes ao longo das sedições principalmente por não haver um único projeto político devido à formação variada da tropa. O grupo dos oficiais era composto por brancos e europeus e o grupo dos soldados e sargentos era formado por mestiços e homens de cor.¹²¹

Provavelmente, o contato com soldados franceses ainda permanentes em prisões até 1810 influenciou a politização das tropas de ocupação. Além deles, havia os soldados irlandeses e marinheiros ingleses que foram acusados de promover motins, divulgar ideias revolucionárias que vinham da Europa, que se somavam às existentes na América, e comparar serviço militar como uma forma de cativeiro.¹²² Dessa forma, em Caiena, os soldados conviviam com homens livres, libertos e cativos dispostos a apoiá-los em levantes de cunho radical.¹²³

Após a autorização do governo de remover apenas a oficialidade das tropas de ocupação, sem surpresas, ocorreu o levante de 5 de março de 1811, cujas metas eram: assassinar oficiais superiores, tomar posse das munições e eleger um novo governo com aliança com os franceses.¹²⁴ O convencimento à adesão dos soldados foi feito através de cartas enviadas aos membros da tropa e, segundo Shirley Nogueira:

Eles também tentaram persuadir pessoalmente vários soldados, além de contarem com a ajuda de uma preta que servia refeições para soldados. O comunicado do levante feito ao ansepeçada Pedro Rodrigues pela preta Maria aponta a possibilidade de os soldados contarem com a ajuda de *pretos* de Caiena para o planejamento do levante, o qual pode ter sido também gestado na casa da preta Maria, apesar de ela informar que havia sido comunicada por uma mulher de seu conhecimento e sua amizade — provavelmente uma mulher da mesma cor e condição de Maria. Essa casa era um comércio onde, provavelmente, muitos soldados faziam refeições, provavelmente uma cantina ou uma taberna, um local ideal para se divulgar o levante.¹²⁵

Como a tropa portuguesa era composta majoritariamente pela “canalha indiana”, o governo buscou apoio da sociedade civil da cidade de Caiena com a justificativa de defender suas propriedades privadas da sedição. Após sufocarem a rebelião, novamente, os motivos alegados para ela foram promessas não cumpridas como: enriquecimento no momento do

¹²¹ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 320.

¹²² LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 34-38; p. 121-122. Ver também: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 188.

¹²³ REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. A ocupação de Caiena. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**: t. 2: o Brasil monárquico: v. 1: o processo de emancipação. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.

¹²⁴ APEP. Códice n. 655. Doc. s/n. Relação das pessoas que, segundo informações, parecem ser autores da conspiração ou terem nela parte. 1811. Correspondência de diversos com o governo do Grão-Pará. 1811-1812.

¹²⁵ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 191.; SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 107-108.

recrutamento em 1808 e a não substituição da tropa por outra. Com o intuito de não favorecer um terceiro ato sedicioso, Manoel Antonio de Lima, cabo de esquadra do 1º Regimento; Bento Manoel, soldado do 2º Regimento; Domingos Pascal e o cabo de esquadra João Hilário foram fuzilados a mando do intendente, conforme Regulamento Militar de 1805.¹²⁶ O Regulamento determinava a morte por enforcamento de qualquer cabeça de motins ou que tivesse parte, ou concorresse para tal delito, ou soubesse que se ordenou e não delatasse a tempo seus agressores.¹²⁷

Assim, constatamos que o clima de tensão e conflito vivenciados em Caiena durante a ocupação portuguesa se deu muito mais com relação às tropas de ocupação portuguesa do que quanto à reivindicação do território pelo governo francês. Os problemas com os soldados não foram resolvidos mesmo com toda a repressão pós-levante de 1811, pois os roubos, deserções e prisões de soldados somente aumentaram.¹²⁸ Portanto, os oito anos na Guiana Francesa ajudaram os militares, na maioria oficiais inferiores e soldados, a adquirirem experiências para pleitearem melhores condições de trabalho junto ao Estado português e articulação política para destituírem poderosos governantes.

Em 1814, foi determinado pelo governo que todos os índios que habitassem em locais com companhias militares seriam obrigados a se alistar, aumentando, assim, o clima de tensão e maior deserção nas tropas.¹²⁹ Porém, nem todos os tapuios que compuseram as tropas de ocupação de Caiena foram obrigados a servir, pois, de certa forma, alguns perceberam vantagens na carreira militar para ascender socialmente.¹³⁰ O alistamento indígena em tropas de infantaria e em serviços públicos no Grão-Pará não é novidade. Spix e Martius relataram tais deslocamentos para os quais os índios eram requisitados:

diversas vezes por ano, bandos inteiros de jovens, tirados dos aldeamentos no interior e da Ilha do Marajó, e remetidos para cidade, além de receberem

¹²⁶ APEP. Códice n. 655. Doc. 22. Ofício de 5 de março de 1811 do Governador de Caiena ao governo de sucessão do Grão-Pará. Correspondência de Diversos com o Governo do Grão-Pará. 1811-1812.

¹²⁷ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 194.

¹²⁸ APEP. Códice n. 661. Ofício de 1º de maio de 1812.

¹²⁹ APEP. Códice n. 661. Correspondência da Junta com Diversos. Ofício de 4 de maio de 1814. “Em correspondência de 13 de outubro de 1813, a Junta Provisória pedia a prisão de três indivíduos por deserção do 1º Regimento de 1ª linha de Belém. Para facilitar a identificação deles, a Junta os descreve como sendo dois pardos e um *tapuia*, e estavam em uma canoa de 25 a 30 palmos.” (NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 148).

¹³⁰ “No Pará, Mendonça Furtado, em 1755, determinava ‘Que aqueles índios que passassem a oficiais e chegassem a capitães, e daí para cima, gozassem dos privilégios que competiam aos seus postos’. Ele, ainda, estabelecia que os *numbramentos* dos indígenas não precisavam ser aprovados para ter validade. Todavia, o pedido de confirmação da promoção dos indígenas era feito ao rei, pois foi nos livros de *cartas-patentes* que as encontramos — esses livros eram de rogação ou corroboração de patentes. Apesar dessas solicitações, todos os nomeados podiam exercer os postos para os quais fossem indicados até que chegasse a sanção de suas patentes”. (Ibidem, p. 138).

a diária de vinténs [...] casa e comida [...] esse sistema traz [...] grandes desvantagens, pois arrancando a robusta mocidade à lavoura e da vida conjugal nos aldeamentos, às vezes durante anos [...].¹³¹

Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva e István Jancsó, ocorreram mudanças nos levantes militares a partir do século XVIII com o envio de tropas portuguesas e das ilhas dos Açores ao Brasil, pois deixaram de reivindicar pagamentos de soldo, melhores alimentos ou diminuição de abusos físicos para ganhar formas políticas seguidas na Europa como, por exemplo, questionar a monarquia e a forma de governo.¹³² Para tanto, em 1817, as tropas de ocupação de Caiena retiraram-se e os militares retornaram ao Grão-Pará e, após os anos na *fronte*, ganharam maior destaque com relação aos demais membros da tropa. Além de emblemas diferenciando-os dos demais, os comandantes Manuel Marques e Rodrigues Barata fizeram parte dos que participaram do golpe que culminou na adesão do Pará à reunião das Cortes de Lisboa de 1821.¹³³

Assim, a invasão das tropas de Napoleão Bonaparte aos territórios dos Bragança e dos Bourbons desencadeou disputas territoriais envolvendo a Capitania do Pará, a qual incorporou um enorme contingente de tapuios às suas tropas da ocupação de Caiena. Consequentemente, devido à falta de apoio, o atraso no pagamento dos soldos da corporação militar fez da Guiana Francesa um caldeirão.¹³⁴

Para além dos excelentes trabalhos existentes sobre tal convulsão política, as abordagens historiográficas têm dado ênfase somente ao contato dos tapuios com ideais liberais provenientes da Revolução Francesa, deixando de lado a repercussão da adoção da cidadania pelos indígenas da América espanhola através da reunião das Cortes de Cádiz, em 1810. Nesse sentido, sem descartar análises pretéritas e, de fato, incorporando-as, esta pesquisa analisará, no capítulo seguinte, a primeira experiência ibérica através das Cortes de

¹³¹ SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Von. *Estada na Cidade...* Op. cit., p. 28.

¹³² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Unesp, 2005, p. 155; JANCÓS, István. A sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (Orgs.). **História da vida privada na América portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 388-445, p. 388-389.

¹³³ ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. A influência da Revolução Francesa no Grão-Pará. In: CUNHA, José Carlos C. (Org.). **Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia**. Belém: UFPA/UNAMAZ, 1992. Série Cooperação Amazônica.

¹³⁴ “As precárias condições em que eram mantidas as tropas de ocupação em Caiena, em decorrência das dificuldades de abastecimento, faziam com que fosse constante um clima de intranquilidade dentro delas. Os gêneros com que comumente as tropas eram abastecidas constituíam-se de carne seca, peixe seco, arroz, azeite, sal e, principalmente, farinha, alimentação básica de índios e mestiços, que resistiam à alteração dos seus hábitos alimentares, pois quando recebiam como ração pão e biscoito de farinha de trigo, vendiam-nos ou trocavam-nos por outra comida”. (APEP. Códice n. 647. Doc. 06. Ofício de 28 de novembro de 1809 do Governador de Caiena ao Governo do Grão-Pará. Correspondência de diversos com os governadores. 1808-1810. Ver também: SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit.).

Cádiz e qual foi seu entendimento voltado à questão indígena no início do século XIX.

2 A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA IBÉRICA: AS CORTES DE CÁDIS, A QUESTÃO INDÍGENA E A PARTICIPAÇÃO DOS TAPUIOS NA PRECOCE ADESÃO DO GRÃO-PARÁ ÀS CORTES DE LISBOA

2.1 As Cortes de Cádis e a questão indígena

O contato dos tapuios com ideais liberais durante sua participação como militares em disputas territoriais — como, por exemplo, a conquista de Caiena em 1808 e os conflitos independentistas nas colônias espanholas próximas — ajudam a testar e comprovar as hipóteses levantadas nesta pesquisa. Como já é sabido, tais independências fizeram parte da crise do mundo espanhol desencadeada pelos acontecimentos de 1808 e, também, incentivaram novas formas de sociabilidade política.¹³⁵

O *vazio de legitimidade* vivido pelo Império espanhol, após a prisão do monarca pelos franceses, provocou uma série mudanças sociais e políticas difíceis de serem controladas, as quais incluíam desde a reafirmação de lealdade à monarquia até a vontade de autonomia local.¹³⁶ O historiador espanhol Manuel Chust considera esse fato como uma novidade no mundo ibérico, pois a crise política iniciada em 1808, a partir das invasões napoleônicas, pode ser considerada como incentivadora do surgimento de conceitos de autonomia e independência no contexto do mundo atlântico hispânico e, também, como incentivadora, no debate constitucional posterior, da relação entre nação, soberania e território, convertendo-os nos principais problemas a serem resolvidos pelas Cortes de Cádis.¹³⁷

Assim, a reunião para formulação da Constituição espanhola de 1812 foi organizada em meio à crise do sistema colonial e em um cenário turbulento: guerra, deposição do monarca espanhol e a tomada da maior parte do território peninsular ibérico pelos exércitos napoleônicos. Portanto, a aliança com a Inglaterra foi fundamental para manter a resistência ao invasor e concluir os trabalhos constituintes.¹³⁸ Destaca-se que as Cortes espanholas reunidas em Cádis, iniciadas em 1810 e durando até 1814, consolidaram a representação colonial na repactuação do Império.

¹³⁵ OLVEDA, Jaime. **Los discursos opuestos sobre La independencia de la Nueva España**. Madrid: Fundacion Mapfre, 2008, p. 18-20.

¹³⁶ A expressão “*vazio de legitimidade*” é utilizada pelo historiador espanhol Josep Maria Fradera para explicar a momento da prisão de Fernando VII pelas tropas napoleônicas. (FRADERA, Josep Maria. A cultura de “castas”... Op. cit., p. 77-108).

¹³⁷ CHUST, Manuel. **La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz (1810-1814)**. Mexico: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira- Valencia; Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Autónoma de México, 1999.

¹³⁸ BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tamis. Op. cit., p. 80-163.

A Constituição elaborada em Cádiz, também conhecida por Constituição espanhola de 1812 ou La Pepa, aprovada em 18 de março de 1812 pelas Cortes Gerais Extraordinárias, foi o primeiro documento constitucional aprovado na Península Ibérica.¹³⁹ Oficialmente, essa Constituição esteve em vigor durante dois anos, até o dia 24 de março de 1814, quando foi revogada pelo regresso do rei Fernando VII à Coroa espanhola. Foi restaurada por duas vezes, de 1820 a 1823, durante o “Triênio Liberal”, e de 1836 a 1837. O texto constitucional elaborado em Cádiz serviu de profunda influência no desenvolvimento do constitucionalismo espanhol, português e latino-americano.¹⁴⁰

A Constituição espanhola de 1812 aboliu as instituições senhoriais, a Inquisição, o tributo indígena e declarou o controle do Estado sobre a Igreja.¹⁴¹ Criou um Estado unitário com as mesmas leis para cada parte da Monarquia espanhola e restringiu a autoridade do rei ao confirmar às Cortes o poder de decisão.¹⁴² Todos esses fatores contribuíram de forma incontestável para a formação de uma nova cultura política no Espaço Atlântico.¹⁴³

A política oitocentista, carregada de ideais liberais, instaurou um novo estatuto político para as comunidades indígenas de forma a incluí-las na Monarquia.¹⁴⁴ O primeiro constitucionalismo espanhol, de forma hábil, ao mesmo tempo em que referendou uma ideia revolucionária sobre direitos dos cidadãos, a partir do critério liberal, também reforçou sua legitimidade fazendo uso de valores e usos tradicionais, tais como a ideia de *vecino* — termo utilizado no mundo espanhol para designar o indivíduo leal à comunidade local e cuja

¹³⁹ BERBEL, Márcia Regina. Cortes de Cádiz: entre a unidade da nação espanhola e as independências americanas. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (Orgs.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: Nova Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 18.

¹⁴⁰ CHUST, Manuel. Op. cit., p. 46. “[...] as formulações estabelecidas em Cádiz, e retomadas em Madri [...] adquiriram uma verdadeira dimensão ibérica e alcançaram o Império português: os projetos para a unidade de uma Nação de dimensão transatlântica integraram as formulações das Cortes portuguesas de 1821 e 1822 e informaram a formação do Brasil independente. Unidade nacional, demandas por autonomia e unidade monárquica foram então debatidos sob o impacto dos resultados hispano-americanos.” (BERBEL, Márcia Regina. Cortes de Cádiz... Op. cit., p. 47).

¹⁴¹ O’PHELAN GODOY, Scarlett. Los diputados peruanos en las Cortes de Cádiz y el debate sobre el tributo, la mita y la ciudadanía indígena. **Revista de Historia Iberoamericana – HIB**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://revistahistoria.universia.net/pdfs_revistas/articulo_171_1340980159250.pdf>. Acesso em: 21 out. 2013.

¹⁴² RODRIGUEZ, Jaime E. Una cultura política compartida: los orígenes del constitucionalismo y liberalismo en México. In: CHUST, Manuel; MÍNGUEZ, Victor (Eds.) **El Imperio sublevado: monarquía y naciones en España e hispanoamérica**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004, p. 212-214.

¹⁴³ “As condições geográficas, como as materiais e sócio-históricas, governam o potencial para as relações de interdependência que podem vir a constituir o Atlântico como zona da economia-mundo. Fornecem meios naturais e humanos a serem transformados em recursos econômicos de acordo com as necessidades e capacidades da economia-mundo capitalista”. (TOMICH, Dale. Op. cit., p. 228).

¹⁴⁴ “No era cuestión de superioridad, sino de exclusividad: civilizar para el ingreso en el universo constitucional de la nacionalidad y la ciudadanía no significaba, desde el punto de vista de los liberales hispanoamericanos, suplir una cultura con otra, sino adquirirla por vez primera”. (VALDÉS, José M. Portillo. **Crisis atlántica: autonomía e independencia en la crisis de la monarquía hispana**. Madrid: Fundación Carolina; Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos, 2006, p. 255).

presença na população fosse presumidamente perpétua¹⁴⁵ — e de “República de los Indios”.¹⁴⁶

Dessa maneira, o presente capítulo observará a transformação jurisdicional da condição do indígena no Império hispânico, que, tendo considerado cidadão a partir da Constituinte de 1810–1812, influenciou os tapuios do norte do território luso na América. No caso do Império espanhol — a partir do Direito de Conquista, e tal como está descrito na Carta testamentária de Isabel, a Católica —, os indígenas eram vassalos incluídos no Império através das “Republicas de los Indios”.¹⁴⁷ Depois da experiência nas Cortes em Cádiz, esses “vecinos” se tornaram cidadãos e, como tal, participavam da Monarquia, imbuídos de direitos políticos.

Capítulo II – De los españoles:

Art. 5. Son españoles:

*Primero: Todos los hombres libres nacidos y avecindados en los dominios de las Españas, y los hijos de éstos.*¹⁴⁸

Como já foi dito anteriormente, os indígenas foram considerados *vecinos* devido à importância e ao significado do nascimento e da ascendência que eram dados tanto para as comunidades nativas quanto para os peninsulares, o que nos direciona a entender porque os índios já estavam incluídos como cidadãos antes do início dos debates. Essa mudança de paradigma político será mapeada e analisada nos discursos dos deputados nas Cortes de Cádiz, de modo a aprofundar a compreensão da especificidade da condição do indígena na América espanhola que os tornou cidadãos.

¹⁴⁵ “[...] en España la Constitución de Cádiz adoptó una definición de los españoles y la ciudadanía española que estaba basada en discusiones de los siglos XVII y XVIII concernientes a la vecindad y la naturaleza. Más que definir la nación en términos culturales, lingüísticos o étnicos, la Constitución describía a los españoles como las personas que residían de forma permanente en territorios hispanos tanto en el Viejo como en el Nuevo Mundo, e incluía o excluía a personas de esta comunidad usando la tradicional distinción entre miembros permanentes y extranjeros transeúntes. Esta distinción permitió la inclusión de los indios — que realmente eran nativos de la región — y la exclusión de los africanos — que habían sido llevados allí contra su voluntad — de la ciudadanía española”. (HERZOG, Tamar. **Vecinos y extranjeros: hacerse español en la edad moderna**. Madrid: Alianza, 2006, p. 210).

¹⁴⁶ “[...] las comunidades indígenas fueron concebidas como asociaciones basadas en el cumplimiento de deberes, que a su vez generaban el derecho a disfrutar de beneficios. Tanto las autoridades españolas como las indígenas insistían en que la residencia creaba lazos entre los recién llegados y la comunidad, lazos que acababan siendo tan importantes y significativos como el nacimiento y la ascendencia.” (Ibidem, p. 104-105).

¹⁴⁷ “Existen muchas indicaciones de que a mediados del siglo XVII y especialmente durante el XVIII, la vecindad castellana se estaba introduciendo en la república indígena. [...] Originariamente, a los indios se les clasificaba como miembros de comunidades en virtud de su nacimiento y su ascendencia. Esta clasificación se utilizaba para determinar deberes, particularmente pagar tributos y contribuir con trabajo (repartimiento)”. (Ibidem, p. 103-104).

¹⁴⁸ ESPANHA. **Constitución Política de la Monarquía Española (1812)**. Capítulo 2, art. 5.

Capítulo IV: De los ciudadanos españoles

*Art. 18. Son ciudadanos aquellos españoles que por ambas líneas traen su origen de los dominios españoles de ambos hemisferios, y están avecindados en cualquier pueblo de los mismos dominios.*¹⁴⁹

A inclusão dos indígenas e de seus filhos com espanhóis, a partir de sua residência e nascimento em território hispânico, representa, então, a validade de um compromisso assumido pela Monarquia espanhola. De certa forma, desde as políticas ilustradas do século XVIII, o Império espanhol teve projetos voltados à integração do indígena à sociedade colonial, no intuito de integrá-lo e torná-lo útil à sociedade. Assim, partindo dessas reflexões, na primeira metade do século XIX, as definições sobre o estatuto de cidadãos indígenas nos debates parlamentares ibéricos, desde as definições adotadas em Cádiz, estiveram relacionadas a três questões principais: (i) à “civilização” dos índios e as políticas de integração social, (ii) às políticas de tributação e (iii) ao processo eleitoral relacionado com a representatividade dos deputados americanos nas Cortes.

O primeiro debate para definir o estatuto legal dos indígenas teve como questão principal a integração do nativo à sociedade, o qual permeou a herança da tradição indigenista espanhola que tinha como lema: “civilizar” ou “espanholizar” os índios. Para Marie Laure Rieu-Millan as políticas direcionadas aos índios elaboradas durante os debates nas Cortes de Cádiz foram ricas e coerentes, pelo menos quando comparadas às políticas relativas às castas pardas.¹⁵⁰

De certo modo, a tensão dos debates esteve focada na questão política da representação, ou seja, na quantidade de representantes americanos e peninsulares, pois, incluindo os indígenas e as castas nas bases da população representável, automaticamente

¹⁴⁹ ESPANHA. **Constitución Política de la Monarquía Española (1812)**. Capítulo 4, art. 18.

¹⁵⁰ “A lo largo de los debates la palabra “castas” se ha empleado prácticamente en el sentido de “castas pardas”, es decir las castas raciales con algún aporte de sangre africana, los que la Constitución llamó más precisamente “españoles que por cualquier línea traen origen del África”. Se decía ‘las castas’ para designar al grupo social que formaban, y a veces ‘los castas’, en masculino, para designar a los individuos pertenecientes a este grupo, y más concretamente a los hombres, de los que se discutía el derecho a la ciudadanía. En las Cortes, la palabra ‘castas’ se empleó ambigüamente. En rigor, la sociedad colonial estaba compuesta de una gran variedad de ‘castas’ raciales. En los cuadros demográficos de su Ensayo político, Humboldt suele distinguir entre ‘españoles’, ‘indios’ y ‘castas de mezcla’, en las que incluye todas las variedades de mezclas raciales. En las Cortes, en cambio, se distinguió entre ‘naturales’ (españoles, indios, y mestizos de ambos) y ‘originarios de África’, designados erróneamente como ‘castas’. Es posible que los peninsulares, que habían leído a Humboldt, fueran víctimas de esta confusión, y pensaran eliminar a muchos más habitantes de América al excluir a las ‘castas’ de la representación; así lo expone Mier (Historia de la Revolución, t. 2, p. 675-676): Humboldt incluye en las ‘castas de mezcla’ a los mestizos puros de españoles e indios, ciudadanos por derecho según todos los decretos de las Cortes; los ‘pardos’ propiamente dichos no eran tantos”. (RIEU-MILLAN, Marie Laure. Op. cit., p. 107-108).

elevant-se-ia o número de deputados das províncias ultramarinas em relação aos europeus.¹⁵¹ A discussão sobre igualdade de representação nas Cortes entre os deputados da península e os americanos acarretou em debate importante sobre o estatuto jurídico dos índios e sua qualidade de cidadãos.¹⁵²

O Deputado Ramón Feliú, suplente pela Província do Peru, discursou sobre o tema de igualdade de representação e, como já foi dito, essa temática aumentava a tensão política em meio à tentativa constitucional de reordenamento do Império espanhol. Ele questionou a presença de deputados e eleitores indígenas por não serem detentores de luzes e, por isso, incapazes de ilustrar, entender e representar a máxima do governo e da alta política. Todavia, exaltou os nativos como heroicos, sábios, humildes, fiéis, austeros e possuidores de raras virtudes sociais.¹⁵³

De forma geral, as reivindicações relacionadas à política referente aos indígenas introduzidas nos debates pelos deputados *criollos* eram por eleições populares com participação dos nativos e quantidade de deputados proporcional à população.¹⁵⁴ Assim, o direito dos indígenas tornarem-se cidadãos foi questionado por alguns deputados peninsulares que alegaram incapacidade natural e legal do índio.¹⁵⁵

Durante a sessão de 23 de janeiro de 1811, o deputado eleito por Sevilla Sr.

¹⁵¹ “Los indios, cristianizados desde el siglo XVI, manumitidos de la esclavitud que no emancipados de su explotación, quedaban aparte. Había un consenso. Ambas fracciones los incluían con censo para engrosar el porcentaje de diputados. Absolutistas, como López Lisperguer, impregnados del paternalismo de las Leyes de Indias, pretextaban que los caciques manipularían su representación: ‘Si, Señor, hay sugetos que pueden representar aquí. Los caciques, á quienes se les ha conservado por sus riquezas y por su autoridad la nobleza y parte, á lo menos, de aquella dignidad con que fueron hallados, son muy capaces, y porque ayudán á los españoles á exigir mejor las contribuciones, se les ha conservado alguna distinción aparente’.” (DSC, 25 jan. 1811, p. 432. Ver também: CHUST, Manuel. Op. cit., p. 72-73).

¹⁵² As sessões relativas a discussão constituinte sobre Representação nas Cortes de Cádiz ocorreram em: 9 de janeiro de 1811; 11 de janeiro de 1811; 16 de janeiro de 1811; 18 de janeiro de 1811; 23 janeiro de 1811; 25 janeiro de 1811; e 30 janeiro de 1811.

¹⁵³ Diário das Sessões Constituintes de Cádiz, 11 jan. 1811.

¹⁵⁴ Sessões das Cortes de Cádiz: 23 jan. 1811; 25 jan. 1811; 30 jan. 1811; 1º fev. 1811; 07 fev. 1811.

¹⁵⁵ Discurso do deputado Sr. Valiente na sessão das Cortes de Cádiz em 23 de janeiro de 1811. “los insidiosos instrumentos de un catolicismo histérico dejaron de servir en lo esencial para depurar a criptojudíos para serlo de advertencia y señalamiento de la degradación que suponía la mezcla con sangre impura de grupos, no necesariamente hostiles al catolicismo, pero lejanos en cualquier caso al perfil del cristiano viejo. Se trataba, como puede verse, de una proyección genuinamente etnocéntrica. Esta aversión se diversificó para prevenir sobre todo la mezcla con descendientes de africanos, objeto de una centenaria suspicacia por parte del mundo español en América, quizás por su posible contagio del Islam. En este punto, en cualquier caso, el etnocentrismo se desliza suavemente hacia una posición racialmente motivada. Quizás por esta razón, el mundo criollo (que no se reconoce en esta palabra por haberse asociado antes a los esclavos que hablan castellano; como los indios que se resisten igualmente a ser reducidos a esta absurda categoría) es tan susceptible al riesgo de matrimonio desigual. La simple sospecha de contaminación por la incorporación de tantas personas de sangre no limpia erosiona, sin duda, la capacidad de competir en igualdad de condiciones en el acceso a una administración indiana que los discrimina desde siempre de los oficios de mayor nivel.” (FRADERA, Josep Maria. A cultura de “castas”... Op. cit., p. 17).

Valiente¹⁵⁶ discursou e descreveu a população indígena como naturalmente estúpida e sem conhecimento do *castellano*,¹⁵⁷ ou seja, para ele, o nativo tornava-se automaticamente manipulado pelos deputados das províncias da América e, portanto, impossibilitado de exercer o direito do voto.¹⁵⁸

*Desde el principio del admirable descubrimiento de las Indias, constantemente se han estimado los españoles nacidos en aquellos dominios sin obstáculo alguno, en razón de lugar, para optar según su mérito a los mismos empleos y dignidades que los nacidos en Europa; y aun con respecto a los indios y sus descendientes legítimos sin mezcla de mala raza, todavía son más llenos de consideración, de privilegios y de precauciones, dirigidas todas a su felicidad. [...] En este estado de incapacidad y minoría legal sería absurdo habilitarlos para las interesantes funciones de intervenir en las Cortes.*¹⁵⁹

No dia 1º fevereiro de 1811, os deputados iniciaram a votação referente à Igualdade de Representação da América e Espanha que, porém, não foi concluída. Em 7 de fevereiro de 1811, três deputados americanos — Sr. La Serna, Sr. Mendiola e Sr. Morales Duárez — iniciaram o debate pedindo resolução da proposta pendente. Após várias intervenções de representantes peninsulares, o deputado pelo Vice-Reino do Peru, Sr. Vicente Morales Duárez, fez uma extensa defesa sobre o direito ao voto dos índios e sobre a igualdade de representação quando apresentou um estudo detalhado sobre a situação de cadastro dos nativos e a possibilidade de fazer o censo dos índios.¹⁶⁰ O cadastro dos indígenas, ao contrário das castas, era feito regularmente, segundo este deputado, para o melhor levantamento tributário do Império espanhol, e, assim, estava resolvido o problema da heterogeneidade da população americana apontado pelos peninsulares como empecilho à contagem exata dos grupos sociais.¹⁶¹

Após a apresentação desse estudo cadastral e, portanto, a apresentação da quantidade populacional indígena, seguiu-se a votação e os deputados aprovaram a Igualdade de Representação de ambos os hemisférios; porém, tal aprovação não foi aplicada às eleições para as Cortes de Cádiz. Nessas eleições, a partir do censo populacional, os indígenas foram incluídos na base do pleito, mas não tiveram direito ao voto. Assim, o direito à igualdade

¹⁵⁶ O deputado sevilhano Sr. Valiente conheceu parte das terras da América espanhola antes de os debates das Cortes de Cádiz se iniciarem; por isso, suas ideias sobre os índios eram levadas em consideração pelos demais parlamentares. (RIEU-MILLAN, Marie Laure. Op. cit., p. 112-113).

¹⁵⁷ Língua que evoluiu a partir de dialetos do latim, inicialmente falada no centro-norte da Península Ibérica, o qual se localizava o Reino de Castella, e que se espalhou para o sul da Península em meados da Idade Média.

¹⁵⁸ Sessão das Cortes de Cádiz: 23 jan. 1811.

¹⁵⁹ Ibidem. Discurso do deputado eleito por Sevilla Sr. Valiente.

¹⁶⁰ Sessão das Cortes de Cádiz: 7 fev. 1811.

¹⁶¹ RIEU-MILLAN, Marie Laure. Op. cit., p. 112-116.

passaria a valer em convocatórias futuras.¹⁶²

A abolição do tributo indígena foi outra questão importante para a definição do estatuto jurídico dos nativos e sua qualidade de cidadãos, pois foi a primeira medida concreta e legal de incorporação dessa parcela da população à nação espanhola.¹⁶³ No entanto, tal medida não eximia o índio do pagamento de taxas ao Estado, ou seja, ao incorporá-los no texto da Constituição Política da Monarquia Espanhola como cidadãos, automaticamente deveriam cumprir com os deveres ligados a um Estado liberal — e pagar impostos como os demais espanhóis era um deles.

O secular tributo cobrado aos naturais da América tinha valor de contrato e significado de obediência ao Rei do Império espanhol. Em troca, os índios recebiam novas igrejas construídas e atenção judiciária necessária para defendê-los de abusos administrativos — ou seja, teoricamente, parte da cobrança era utilizada em benefício dos nativos. Os assuntos relacionados à abolição do tributo indígena e ao *repartimiento* de terras foram inicialmente discutidos na Corte Soberana na sessão de 12 de março de 1811.¹⁶⁴

A enorme diversidade que compunha a América apareceu nos debates das Cortes, pois, ao mesmo tempo em que o Vice-Rei da Nova Espanha, Francisco Javier Venegas, adotou a medida de abolição do tributo, uma parte considerável dos deputados ligados às autoridades coloniais, principalmente andinas, foi contrária à abolição da cobrança de taxas aos nativos. Assim, perderiam grande parte dos recursos financeiros provinciais e sua principal renda estaria ameaçada.¹⁶⁵

¹⁶² Sessão das Cortes de Cádis: 7 fev. 1811.

¹⁶³ “*La abolición del tributo era una etapa necesaria para la asimilación de los indígenas; este impuesto exigía la permanencia de su estatuto particular y de modos de vida diferentes, por razones meramente prácticas de percepción fiscal. Pero la abolición no significaba que los indios quedarían exentos de todo impuesto. Las Cortes preveían una reforma fiscal para todo el imperio, que se aplicaría a todos los españoles, incluidos los indígenas*”. (MILLAN, Marie Laure. Op. cit., p. 117-122. As questões relacionadas à tributação indígena foram discutidas nas Sessões dos dias: 12 mar. 1811 e 13 ago. 1813; O’PHELAN GODOY, Scarlett. Op. cit.).

¹⁶⁴ “*Porque sobre fundarse en un Real decreto, no solo no perjudica á tercero alguno, sico que la miseria en que habian vivido hasta ahora los indios que forman el número más considerable de habitantes del país, exigia aquel alivio conforme al espíritu de regeneracion y reforma que anima en el día al Gobierno en beneficio de los ciudadanos: segundo, que la exencion hecha en Méjico debia extenderse á todas las provincias de América, informando el Ministerio de Hacienda del medio mas oportuno para resarcir la Real Hacienda á los dueños de encomiendas en donde haya algunas: tercero, que la exencion de tributos hecha en favor de los mulatos debia tambien ampliarse á toda la América, no solo por los abusos de su cobranza, sino por ser justa: cuarto, el Real decreto citado, á más de la libertad de tributos, contiene tambien el repartimiento de tierra y aguas; por tanto, cuando el virey en su bando declara que la exencion del tributo y demás gracias concedidas en el mismo Real decreto á los indios naturales del reino, deben entenderse extensivas á las castas, parece les concede repartimiento de tierra y aguas*”. (Sessão das Cortes de Cádis: 12 mar. 1811).

¹⁶⁵ “*Pero el argumento esencial contra la abolición es que el tributo da unos ingresos de 1.258.721 pesos anuales en el virreinato de Perú, quedando 788.036 pesos para la real hacienda. La mita, prosigue la Contaduría, es necesaria para obligar a los indios a trabajar y para luchar contra “su natural inclinación al ocio y vagamundancia”*”. (RIEU-MILLAN, Marie Laure. Op. cit., p 117).

Segundo Marie Laure Rieu-Millan e Fray Cesáreo de Armellada,¹⁶⁶ o tributo indígena foi abolido pelas Cortes praticamente sem discussão e, para Rieu-Millan, esse fato foi surpreendente, pois a medida foi tomada sem levar em conta o prejuízo que essa abolição causaria à economia hispânica.¹⁶⁷ Para o historiador Portillo Valdés, no entanto, abolir o tributo foi uma forma que os deputados encontraram para inserir o índio como parte do corpo da nação e, assim, fazer com que eles desaparecessem cultural ou fisicamente.¹⁶⁸ Porém, conclui-se que o tributo indígena foi abolido para dar lugar aos novos impostos que o modelo liberal espanhol, através da sua Constituição, apresentaria aos seus cidadãos.

Capítulo II: De los españoles

*Art. 8. También está obligado todo español, sin distinción alguna, a contribuir en proporción de sus haberes para los gastos del Estado.*¹⁶⁹

Na sessão de 20 de junho de 1811, o deputado suplente pelo Vice-Reino do Peru, Sr. Dionisio Inca Yupangui,¹⁷⁰ elogiou o decreto que aboliu o tributo indígena, *hipoteticamente*, para conseguir maior apoio em seu campo eleitoral. Segundo Manuel Chust, o deputado peruano conseguiu prestígio dentro das Cortes após discursar na sessão de 16 de dezembro de 1810 reivindicando liberdade individual aos índios e defender a propriedade individual e, além disso, propondo a divisão de terras andinas.¹⁷¹ Disse o deputado que, apesar de não ser, intitulava-se índio:

Señor, el decreto de V. M. de abolición del tributo personal de los indígenas americanos ha derribado hasta los cimientos aquel muro fuerte, que por espacio de tres siglos puso en inmensa separación a los habitantes del antiguo y nuevo mundo. Rompióse ya con sola una palabra de V. M. la

¹⁶⁶ ARMELLADA, Fray Cesáreo de. **La causa indígena americana en las Cortes de Cádiz**. Madrid: Cultura Hispanica, 1959.

¹⁶⁷ RIEU-MILLAN, Marie Laure. Op. cit., p. 118; ARMELLADA, Fray Cesáreo de. Op. cit., p. 41-46.

¹⁶⁸ PORTILLO VALDÉS, José Maria. **Crisis atlántica: autonomía e independencia en la crisis de la monarquía hispana**. Madrid: Fundación Carolina; Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos, 2006, p. 212-255.

¹⁶⁹ ESPANHA. **Constitución Política de la Monarquía Española (1812)**. Capítulo 2, art. 8.

¹⁷⁰ O deputado Sr. Inca Yupangui foi suplente pelo Vice-Reinado do Peru e ficou famoso nas Sessões das Cortes por se intitular descendente direto dos Incas. Ele também foi chamado pelos demais deputados hispânicos como: Inga, Inca Yupangui, Dionisio Ucho Inca Yupangui, Demetrio, Inca y Bernal e, pelos historiadores: *indio*, *inca*, *indígena*, *indio noble*, *cacique* ou *curaca*. “*Un expediente personal de Dionisio indica que es el “nieto legítimo por línea recta de Varón del Inca Huayna Cápac duodécimo y último Emperador del Perú”*”. “*El Consejo Real de Indias nos ratifica” el testimonio de Dionisio. Dionisio reclama ser “primer Vasallo” del rey, denominación lograda “más por premio de la virtud y habilidad que de la sangre”, incidiendo en el papel cumplido por sus antecesores familiares en defender la autoridad del rey. En su reseña familiar, afirma que su padre fue don Domingo Inca, capitanes su abuelo don Ucho Quispe Topa Inca. Fue miembro de una familia muy ligada a las armas. Es muy probable que según indica una fuente del Museo Naval español, naciera en 1760.*” (PÁUCAR, Samuel A. Villegas. La participación de Dionisio Inca Yupangui en las Cortes de Cádiz, 1810-1814. **Tiempos, Revista de Historia y Cultura**. Lima, n. 4, nov. 2009, p. 51-72.

¹⁷¹ CHUST, Manuel. Op. cit., p. 118-119).

*piedra de escándalo, que alejaba el afecto de tan dignos ciudadanos, y se borraré para siempre, si V. M. lo quiere, la línea divisoria, injusta y degradante, que obligándolos a girar en círculos desiguales, parece los precisaba a fijar sus corazones en centros también desiguales. Feliz 12 de marzo, que va a derramar el consuelo y la prosperidad entre aquellos inocentes Hermanos. Yo, en nombre del imperio de los quéchuas, al que la naturaliza me ligó con altas relaciones, no puedo dejar de felicitar a V. M. por una providencia tan sabia y liberal, ni puedo desentenderme del interés que me cabe en que tenga pronta y expedita ejecución del Decreto o Ley abolutiva del tributo, porque de lo contrario se frustraría su objeto, y continuaría verificándose literalmente la observación de Solórzano, quien dice que los mayores beneficios para el indio se convierten en su daño.*¹⁷²

O agradecimento coberto de elogios do deputado suplente Sr. Inca Yupangui não condizia com o pensamento das autoridades andinas. O vice-rei do Peru, Fernando de Abascal, aplicou formalmente o decreto de abolição; porém, criou outro decreto similar, “provisório e voluntário”, exclusivo aos indígenas, com a justificativa de vir a faltar financiamento às guerras contra insurgentes, bem como ao bom funcionamento administrativo.¹⁷³ Assim, ao mesmo tempo em que os deputados não discutiam detalhadamente a abolição tributária indígena, principal fonte de renda das antigas autoridades coloniais, os administradores das províncias americanas manifestavam-se contra e preparavam novas formas de impostos.

Por questões históricas, as quais não convêm explicitar neste estudo, existia uma obrigação contínua de pagamentos entre os índios e o mundo peninsular europeu, e a razão pela qual os nativos foram incluídos como cidadãos na Constituição de Cádiz está longe de ser filantrópica. Ao discutir a questão tributária tão presente no modelo de Estado liberal, os deputados de ambos os hemisférios não ignoraram o volume do pagamento de tributos dos naturais da América. Assim, seguindo o sistema liberal, os índios deixaram de ser súditos e se tornaram cidadãos da Monarquia Constitucional espanhola na teoria e na prática, por serem legítimos pagadores de impostos.¹⁷⁴ Dessa maneira, os deputados espanhóis presentes nas Cortes de Cádiz, no início do século XIX, transformaram os vassallos indígenas em cidadãos, com direitos e deveres próprios do Estado liberal.¹⁷⁵

¹⁷² Sessão das Cortes de Cádiz: 20 jun. 1811.

¹⁷³ A.G.I. Estado 74; Lima, 741. B. N. Lima, Mss 11670, 9738, apud RIEU-MILLAN, Marie Laure. Op. cit., p. 118, 199.

¹⁷⁴ “No obstante, la razón principal con que se argumentó en favor de la aprobación del decreto de 6 de agosto de 1811 tenía un calado que afectaba también a la posición de la propia corona respecto al vasallaje: se trataba de liquidarlo para que la nación pudiera emerger. La razón era de una simpleza tal que la convertía en principio constitucional esencial: cualquier impuesto no consentido era impropio de hombres libres.” (PORTILLO VALDÉS, José María. *Crisis atlántica...* Op. cit., p. 229).

¹⁷⁵ FRADERA, Josep María. *Filipinas: la colonia más peculiar: la hacienda pública en la definición de la política colonial, 1762-1868*. Madrid: CSIC, 1999, p. 138.

2.2 A repercussão dos direitos do cidadão espanhol no Grão-Pará: a ameaça à boa ordem da sociedade

A inclusão dos índios como cidadãos na América espanhola, em 1812, provavelmente repercutiu no interior das tropas enviadas a Caiena e por toda a Capitania do Grão-Pará, pois, apesar de poucos e concisos, mas densos, há registros de circulação de periódicos e livros “incendiários”, tanto com a publicação da Constituição de Cádiz, na íntegra, quanto com a publicação e disseminação de ideais liberais. O período entre 1812 e meados de 1817 foi bastante conturbado no norte do Brasil, principalmente devido à invasão cada vez mais sentida a Caiena, ao interminável recrutamento de índios para compor as tropas que ainda ocupavam a Guiana Francesa e à ausência de um capitão-general após a morte, em 20 de dezembro de 1810, de José Narciso de Magalhães de Meneses.¹⁷⁶

Assim, durante a ocupação de Caiena, entre 1809 e 1817, a notícia do estatuto do cidadão indígena, definido na Constituição espanhola de 1812, foi relatada na íntegra através de publicações das sessões constituintes. Ofícios diversos da política colonial ibérica e, inclusive, decretos relativos à questão indígena estabelecidos pelas Cortes espanholas eram transcritos pelo periódico *Correio Braziliense* em língua portuguesa — a seguir, um exemplo¹⁷⁷:

Decreto das Cortes a favor dos Índios da América e Ásia.

Tendo chamado mui particularmente toda a soberana atenção das Cortes geraes, e extraordinarias os escandalosos abusos, que se observam, e inumeráveis vexações, que se executam com o Indios primitivos naturaes da America e Asia, e merecendo ás Cortes aquelles dignos súbditos uma singular consideração, por todas as suas circunstancias; ordenaõ que os Vice-Reis, Presidentes das Audiencias, Governadores, Intendentes, e mais Magistrados, a quem respectivamente corresponder, se applichem com particular diligencia, e attenção, a cortar de raiz tantos abusos reprovados pela religião, a razaõ saã, e a justiça: prohibindo com todo o rigor, que debaixo de nenhum pretexto, ainda que pareça racional, pessoa alguma constituida em authoridade ecclesiastica, civil, ou militar, nem lhe cause prejuizo o mais leve na sua propriedade, do que deveraõ cuidar todos os

¹⁷⁶ Entre 1810 e 1817, o Grão-Pará foi governado por uma Junta Interina de Sucessão, constituída pelo arcediogo Antonio da Cunha, coronel Joaquim Felipe dos Reis e desembargador ouvidor da Comarca do Pará, Dr. Antonio Maria Carneiro e Sá. (MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Reedição, ano 6, v. 4, 1922. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973, p. 16; APEP. EC, Códice n. 650. Ofício, 20 ago. 1812. Correspondências de diversos com o governo).

¹⁷⁷ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 196-197; JANCÓS, István. *Independência, independências*. In: JANCÓS, István. (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005, v. 1, p. 17-48.

Magistrados, e Chefes com uma vigilancia a mais escrupulosa. [...] Ordenam tambem que os protectores dos Indios se esmerem em cumprir devidamente a sagrada incumbencia de defender a sua liberdade pessoal, seus privilegios, e de mais isenções, ao mesmo tempo que, bem instruidas as Cortes de quanto parecer mais necessario e conveniente nesta materia, procedam aos regulamentos e disposições sucessivas, que se julgarem opportunas. Por ultimo ordenam as Cortes, que se faça circular este Decreto a todos os Curas Parochos em todos os pontos da America e Asia, para que, depois de lido por tres dias consecutivos na Missa do dia, o transmittam a cada uma das Sociedades dos Indios, e conste por paternal, com que a Nação inteira, representada pelas Cortes geraes e extraordinarias; se occupa da felicidade de todos, e cada um delles. [...]

Alonso Cañedo, Presidente – José Martins, Deputado Secretario – José Aznarez, Deputado Secretario. Dada na Real Ilha de Leaõ a 5 de janeiro, de 1811 – Ao Conselho de Regencia.¹⁷⁸

As notícias sobre as políticas do governo espanhol voltadas à defesa da propriedade e liberdade dos indígenas circularam no Grão-Pará já em 1811, ou seja, em plena reunião das Cortes espanholas em Cádiz. Ao mesmo tempo, o governo do Grão-Pará sofreu alterações significativas, pois José Narciso de Magalhães e Meneses, que havia governado a Capitania desde 1806, morreu em 1810 e, a partir de então, uma Junta Provisória dirigiu a Capitania até 1817 e deu continuidade à permanência de tropas para ocupação de Caiena.

Os componentes da Junta Provisória eram majoritariamente comerciantes, fato este justificado por questões históricas e geográficas do Grão-Pará, pois o comércio havia se tornado o meio de maior arrecadação da região e tinha maiores relações econômicas com Lisboa do que com o Rio de Janeiro — sede da Corte portuguesa desde 1808.¹⁷⁹ As despesas com as tropas em Caiena só aumentavam e, no intuito de diminuir os constantes levantes e deserções, em 22 de abril de 1812 o governo reforçou o cumprimento da Lei de 1798, que exigia o pagamento pelos oficiais das tropas para confirmarem suas patentes; assim, o percentual de índios oficiais diminuiu consideravelmente.¹⁸⁰ Além da exigência de meio soldo para confirmar altos postos militares, no intuito de sanar pagamento atrasados às tropas, também foram distribuídos títulos nobiliárquicos entre comerciantes que contribuíam com o governo e, para maior descontentamento da população, a Junta autorizou a criação de novos impostos e aumentou o valor dos já existentes.

¹⁷⁸ CORREIO BRAZILIENSE, n. 33, p. 114-115, fevereiro de 1811. **Correio Braziliense ou o Armazem Literario**. Londres: W. Lewis, Paternoster, 1808-1822. 175 fasc. Mensal. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/060000-033#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 21 out. 2013.

¹⁷⁹ Componentes da Junta Provisória, segundo Antônio Ladislau Baena: bispo Dom Manoel de Almeida de Carvalho, brigadeiro governador de Caiena Manoel Marques, desembargador Ouvidor da Comarca do Pará: Joaquim Clemente da Silva Pombo. Ver: BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969, p. 286.

¹⁸⁰ APEP. EC, Códice n. 650. Ofício, 22 abr. 1812. Correspondências de diversos com o governo.

As deserções entre os soldados das tropas enviadas à Guiana eram constantes devido à falta de comida, de pagamento e, principalmente, por causa das péssimas condições de alojamento. A demora do pagamento do soldo atingiu também a alta patente das tropas e eram constantes os requerimentos remetidos ao príncipe regente com reclamações e cobranças.¹⁸¹ Em Belém, sede da Capitania, não era diferente, pois, em outubro de 1813, há registro de pedido de prisão de três indivíduos acusados de deserção do 1º Regimento de 1ª Linha, aos quais a Junta descreve como: dois pardos e um tapuia.¹⁸²

A quantidade de índios nas tropas militares na Guiana era enorme e, ainda assim, em 4 de maio de 1814, a Junta de Governo determinou que todas as localidades com companhias militares fizessem o alistamento de todos os índios obrigatoriamente.¹⁸³ O medo da destruição da *boa ordem da sociedade* foi constantemente divulgado entre as autoridades do Grão-Pará; aliás, em 1814, houve denúncia de um “partido de índios” no interior da região, o que resultou em prisões de índios envolvidos.¹⁸⁴

“Memórias sobre as despesas com fardamento e salários das tropas da Capitania do Pará”,¹⁸⁵ de 1814, é uma fonte documental importante para entendermos melhor a relação entre as tropas militares do norte do Brasil e a Corte portuguesa. Nela, é comum a reclamação dos militares ao príncipe regente devido aos atrasos de pagamento de soldos e à falta de envio de dinheiro para a manutenção básica dos quartéis:

1º Ainda não foi á Thezouraria Geral das Tropas desta Corte o Avizo do Sr D. João de Almeida para refaze ajustamento de contas dos Fardamentos que tem vencido os Officiaes, Officiaes Inferiores, Soldados Tambores que vaó servir na Capitania do Para.

[...]

3º Em Poder de V. Ex^a para huma consulta do Conselho Ultramarino sobre a declaração dos soldos que devem vencer os Officiaes Despachados, queira V. Ex^a servir-se de expedida para os dittos officiaes ebterem as suas Patentes.

¹⁸¹ AHU. Projeto Resgate. Disco 1, n. 158, 106.

¹⁸² APEP. EC, Códice n. 663. Correspondência da Junta com Diversos. Ofício de 11 de outubro de 1813.

¹⁸³ APEP. EC, Códice n. 661. Correspondência da Junta com Diversos. Ofício de 4 de maio de 1814.

¹⁸⁴ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 202-203. “Provavelmente a palavra partido é a mais repetida expressão utilizada nos documentos que descrevem o Pará da década de 1820. De maneira geral, os homens do período insistiram em dizer que a Província estava dilacerada pelo conflito aberto entre os vários partidos, mas poucos se atreveram a fazer uma análise que classificasse toda a diversidade representada por esses grupos políticos.” (MACHADO, André Roberto de Arruda. *As esquadras imaginárias: no extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil*. JANCÓS, István. (Org.) **Independência: história e historiografia**. São Paulo, Hucitec, 2005, p. 314).

¹⁸⁵ AHU. Projeto Resgate. Disco 1, n. 158, 116. Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Pará (1805-1815). Conselho Ultramarino.

4ª O Mestre dos Ferreiros e o dos Carpinteiros que estaó nomeados para hirem ser vir no trem da Capitania do Pará ainda naó receberaó suas Ajudas de Custo que solecitaó. [...].¹⁸⁶

No entanto, a Corte sabia da importância das tropas militares da Capitania do Pará para o controle territorial e governamental do norte da América portuguesa no início do século XIX. Além disso, durante o período de ocupação de Caiena, entre 1809 e 1817, o governo português pedia relatórios sobre a repercussão dos acontecimentos da Europa na Guiana Francesa. Em janeiro de 1816, há um ofício do brigadeiro e governador de Caiena, Manuel Marques, para o secretário do governo português, D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, acusando-o de ter recebido informações sobre o Congresso de Viena realizado em 1814 e 1815.¹⁸⁷

O Congresso de Viena, em 1815, foi a tentativa para o restabelecimento da paz na Europa e para a reformulação do sistema internacional, tendo sido um momento crucial de definição da política externa do Império português.¹⁸⁸ Obviamente, o governo do Rio de Janeiro enviou vários pontos a serem discutidos no Congresso; porém, o ponto que interessa neste trabalho está ligado ao formal estado de guerra de Portugal com a França devido à ocupação da Guiana Francesa por tropas portuguesas desde a invasão napoleônica à Península Ibérica.

Segundo Valentim Alexandre, dentre outros pontos, a questão da Guiana nas instruções do governo português mostravam-se “claramente inadequadas em relação ao que se passava na Europa”.¹⁸⁹ Enquanto isso, no interior das tropas, os militares continuavam com salários atrasados, comida insuficiente e estadia precária, o que auxiliava sistematicamente no descontentamento dos soldados que tinham participação ativa em todos os setores administrativos do Grão-Pará: os tapuios. Assim, levantes e deserções foram registrados em grande quantidade.¹⁹⁰

As discussões durante o Congresso de Viena acarretaram um acordo para a devolução da Guiana Francesa ao governo francês, em 9 de junho de 1815; porém, a redefinição da fronteira continuou em negociação e, somente em 5 de setembro de 1816, D. João autorizou a retirada das tropas de Caiena, que ocorreu um ano depois do acordo fechado.¹⁹¹ Assim, os

¹⁸⁶ AHU, ACL, CU 013. Projeto Resgate. Disco 1, n. 158, 116.

¹⁸⁷ AHU, ACL, CU 013, cx. 147, D. 11.228. Projeto Resgate. Disco 2, n. 159, 0172.

¹⁸⁸ Ver: ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993, pt. 5, cap. 1.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 299.

¹⁹⁰ Ver: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit.

¹⁹¹ Ver: WEHLING, Arno et al. Dossiê “Tomada de Caiena”. **Revista Navigator**, v. 6, n. 11, 2011. Trata-se de

documentos oficiais não eram mais remetidos ao Governo de Sucessão Provisória das Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro e Cayenna. Deste modo, ao mesmo tempo em que a notícia de retirada das tropas foi encarada com alívio pelos militares ocupantes da Guiana, para o governo do Grão-Pará o sentimento de tensão e a vigilância em relação aos regressantes foram intensificados, principalmente aos tapuios, que eram constantemente acusados de possíveis levantes devido ao contado excessivo com os ideais liberais durante o período de ocupação ao território francês.

Como já foi dito, José Narciso de Magalhães e Menezes governou o Grão-Pará desde 1806 até a sua morte em 1810, e os territórios do Grão-Pará, Rio Negro e Cayenna foram governados por uma Junta Provisória até a posse de Antônio José de Souza Manuel de Menezes, o Conde de Vila Flor, como Governador e Capitão-General, em outubro de 1817, com apenas 25 anos de idade.¹⁹² O Conde, antes de ser nomeado, participou ativamente da força militar enviada para sufocar a Revolução Pernambucana. Como se sabe, após tal Revolução, a coroa portuguesa intensificou sua política contra o governo e uma das medidas foi a escolha de homens de sua confiança para governar as Capitanias do norte e nordeste do Brasil.¹⁹³

Portanto, a nomeação do Conde de Vila Flor, em 1817, não foi uma coincidência, pois, com a política da coroa portuguesa de fortalecer militarmente as fronteiras do norte do Brasil, com as colônias espanholas em campanha de emancipação, no intuito de impedir a disseminação de ideais liberais, o jovem militar foi a melhor escolha.¹⁹⁴ Assim, ainda que

textos apresentados em Seminário do IHGB e publicados pela Revista Navigator, sob autoria de Arno Wehling, Ciro Flamarion Cardoso, Ismênia de Lima Martins, Claudio Skôra Rosty, Nivia Pombo, Ronaldo Lopes de Melo, Lúcia Maria Bastos P. Neves. Ver também: LIMA, Manoel de Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996; PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva, Barão do Rio Branco. **Tratados de limites**: v. 3: Guiana Francesa. Rio de Janeiro: MRE, 1945.

¹⁹² Antônio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Vila Flor, era comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada e Brigadeiro da Cavalaria do Exército. Tomou posse do governo do Pará em 19 de outubro de 1817 e partiu de licença para o Rio de Janeiro em 1º de julho de 1820. Ver: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico...** Op. cit., p. 420. O governo de Antônio José de Souza Manuel de Menezes, Conde de Vila Flor, teve início em outubro de 1817 e terminou em julho de 1820. Ver: BARATA, Mário. Op. cit., p. 26.

¹⁹³ “1817 foi o mais amplo e, mesmo em uma breve duração, mais bem-sucedido movimento contra a soberania real em toda a história do Reino de Portugal. [...] Em suma, o cotidiano e a memória política dos agentes do poder do Estado e dos povos a eles submetidos estavam marcados por esta experiência política tão radical que fora a de 1817”. (BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCÓS, István. (Org.). **Independência: História e Historiografia**. 1a. ed. São Paulo: Editora Hucitec / FAPESP, 2005, v. 1, p. 17-48).

¹⁹⁴ “[...] *fronteiras*, que não estão fixas no campo social que o elabora, porque esse mesmo social não é unívoco, mas composto por grupos variados com interesses também diferentes. No caso que estamos aventando, as fronteiras também são construções diversas dos sujeitos que habitam seus limites, povoam e contornam suas linhas imaginadas em traçados vários, antes de serem propriamente elaborações do poder político institucionalizado na cartografia espacial confeccionada pela governança da província do Grão-Pará. Partindo desse debate, a intenção primeira é a de abordar as fronteiras como, e, sobretudo, fabricações enredadas nas

limitadas, mas suficientes, as fontes, a partir de 1817, confirmam as hipóteses desta pesquisa sobre o medo de possíveis levantes devido à participação ativa dos tapuios, ou, também, devido à repercussão da Constituinte hispânica realizada em Cádiz e consequente adoção da cidadania indígena, já em 1812.

Em menos de um mês de sua posse, o jovem governador ordenou a devolução da Guiana aos franceses em 8 de novembro de 1817, e, conseqüentemente, iniciou-se o retorno das tropas invasoras — que ocupavam Caiena desde 1809 — ao Grão-Pará, não só para cumprir as ordens da coroa, mas também para diminuir o clima de tensão que pairava sobre a elite paraense. O Conde de Vila-Flor decretou:

que todos os soldados pertencentes às tropas de ocupação usassem uma braçadeira negra com a inscrição de um “C” em tinta branca, com a justificativa de, assim, prestar-lhes uma homenagem, permitindo-lhes receber o reconhecimento da população da Capitania do Grão-Pará.¹⁹⁵

Obviamente, o conde foi obrigado a prestigiar a soldadesca, recém-chegada da Guiana, pois era latente o medo de transferir o clima de tensão somado às constantes rebeliões vividas no interior das tropas para a Capitania e, além disso, ao mesmo tempo em que explodiam lutas de emancipação nas colônias espanholas, aumentava a necessidade de defesa das fronteiras portuguesas na América.¹⁹⁶ Desta forma, este “c” também pode ter sido utilizado para identificar esses tapuios provenientes da ocupação e, assim, facilitar o controle do governo sobre eles.

A elite paraense estava vivendo um período de adaptação ao novo governo local e a sensação de abandono por parte da monarquia portuguesa, após sete anos sem capitão-general, era grande. Tomamos como exemplo uma carta escrita por Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, o famoso paraense Filipe Patroni, figura emblemática no período da Adesão à Constituinte portuguesa de 1821 por defender a participação de negros como eleitores.¹⁹⁷ Já em 1817, ano do envio da carta, Patroni tentava convencer o amigo Salvador Rodrigues — presbítero secular e capelão da Catedral de Belém — da importância dos estudos para a formação de homens de talento e, para tanto, defendia viagens com o intuito de

variadas práticas políticas não institucionais, desenhadas pelos sujeitos históricos no seu cotidiano de vida e de sobrevivência. Assim, os limites territoriais que definem um espaço deixam de ter aquele aspecto mais comum de linha imaginária traçada no limite do território para ganhar a riqueza da territorialidade, ou seja, das variadas produções a que esse mesmo território estava sujeito”. (BRITO, Adilson Junior Ishihara. Op. cit., p. 47).

¹⁹⁵ SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 107-108.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 107, 108.

¹⁹⁷ PARENTE, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel. **Dissertação sobre o direito de caçoar**: carta a Salvador Rodrigues do Couto. São Paulo: Loyola; Giordano, 1992.

observar e absorver conhecimentos com a intenção de melhorar a sua terra natal. Dizia ele:

Amigo, estou em Lisboa; tenho visto terras diferentes, outras gentes, outros costumes; e é por isso que concebo o projeto de recordar-vos os interesses das viagens. [...] Meu Amigo, não posso ouvir dizer aos nossos Patrícios que, por falta de dinheiro, não se atrevem a sair do Pará: não é este o motivo; a única razão é porque queremos sempre passar com pompa e ostentação [...] Eis aí, meu Amigo, o resultado do nosso abandono: os *Tapuios* só querem ter dinheiro, quanto baste para beber cachaça [...] Conclui pois, Amigo, se convém ou não afastarmo-nos por algum tempo dos ares pátrios, e entretanto ficai advertido de que o vasto Império do Brasil todo ele é um tesouro; porém está oculto; é preciso pôr toda a diligência para o descobrir.¹⁹⁸

Para Patroni, o povo paraense era desleixado com relação ao modo de trabalho e, ao contrário da Europa, local escolhido pelo autor para comparar com o Grão-Pará, era nítida a influência dos hábitos e culturas provenientes do maior grupo instalado ali: os índios. Patroni não se conformava com a falta de ambição dos jovens conterrâneos e dizia que a única pretensão dessas pessoas era casar, continuar morando com seus pais, “gastar toda a vida em plantar mandioca, arroz, milho e algodão. [...] Nasce, vive e morre estúpido”.¹⁹⁹ Ele era defensor ferrenho dos bons estudos e da busca do conhecimento; além disso, abominava a *mesmice* em que viviam os jovens homens do Grão-Pará devido à falta de instrução.

[...] os Brancos, vexados de exercer uma profissão desairosa, deixam só para os Roceiros todas estas delícias que o País oculta. Se os ofícios de caçador e pescador não fossem reputados incompatíveis com a Nobreza dos Nacionais, a cidade seria mais farta e o peixe não custaria tão caro. [...] Decorrem os anos, porém nas ideias não há mudança: os pais transmitem aos filhos as mesmas maneiras de pensar; e aquilo mesmo que há de bom cede ao poder do tempo; e deste modo, em vez de prosperarmos, infelicitamo-nos cada vez mais.²⁰⁰

Ao mesmo tempo em que Patroni escrevia a Carta carregada de sentimentos de indignação tanto pela falta de instrução e de estudos quanto pela falta de vontade de crescimento intelectual dos jovens paraenses, as notícias dos processos de independências das colônias espanholas preocupavam o governo do Grão-Pará. O acesso ao ideário liberal preocupou a administração colonial; por isso, o Conde de Vila Flor enviou “Instruções”, em 27 de junho de 1818, ao encarregado do Governo da Capitania de São José do Rio Negro, Manoel Joaquim dos Paços, a fim de impossibilitar o contato da população com os moradores

¹⁹⁸ Ibidem, p. 75-76.

¹⁹⁹ PARENTE, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel. **Dissertação sobre...** Op. cit., p. 86.

²⁰⁰ Ibidem, p. 88.

das Províncias espanholas e, para isso, exigiu a conservação das Fortalezas nas Fronteiras, além de reforço com maior número de tropas militares, tanto de Linha quanto de Milícias.²⁰¹

2º Por nenhum modo Vm^{ce}. consinta as mais pequenas relações dos Povos daquela Capitania com os das Províncias insurgidas espanholas, empregando todos os meios que lhe forem possíveis para cortar toda a comunicação que possa haver entre eles.

3º Para isto deverá Vm^{ce}. ter sempre as Fortalezas das Fronteiras em estado de poderem obstar a quaisquer tentativas que possam fazer algumas partidas dos Insurgentes, reforçando com maior número de tropa, tanto de Linha como de Milícias aqueles pontos que precisarem mais procurando fazer respeitar a integridade de nosso Território, e sustentando os direitos de El Rei Nosso Senhor.

4º É especialmente necessário que Vm^{ce} tenha as mais exatas notícias e informações do progresso do espírito revolucionário nos países limítrofes da Capitania, na força armada que tem naquelas fronteiras, movimentos, e direção dos Corpos, e das disposições, hostis ou pacíficas a nosso respeito.²⁰²

Em outro Ofício, de 28 de março de 1819 ao governador do Rio Negro, o Conde de Vila Flor enfatizou a sua preocupação em defender ideologicamente a Província e especificou a ordem para que todos os espanhóis e demais emigrados fossem enviados a Belém, com devidas informações²⁰³. A vigilância sobre os rios da Amazônia aumentou e foi oficialmente permitido que botes ou navios estrangeiros fossem inspecionados para apreender cartas ou papéis sem expressa licença do conde. “Não só todos os Espanhóis emigrados que ali se acharam, ou nas Fronteiras, mas também todos aqueles que forem emigrando.”²⁰⁴

O capitão-general, além de ordenar vigilância de rios e emigrados no Grão-Pará, iniciou ataques à imprensa como tática de sua defesa ideológica em favor à coroa portuguesa. O medo da circulação de periódicos²⁰⁵ aumentou a partir da chegada das tropas enviadas à Guiana, pois o governo temia o alastramento dos ideais liberais absorvidos pelos integrantes da *soldadesca* regressante.²⁰⁶

²⁰¹ APEP. Códice n. 693. Ofícios extraídos do Livro do 1º e 2º Registro da Secretaria Particular do Ilm. e Exm. Sr. Conde Vila Flor. Iniciado em novembro de 1817. Ver também: BARATA, Mário. Op. cit., p. 28.

²⁰² APEP. Códice n. 693. Ofícios extraídos do Livro do 1º e 2º Registro da Secretaria Particular do Ilm. e Exm. Sr. Conde Vila Flor. Iniciado em novembro de 1817. Ver também: BARATA, Mário. Op. cit., p. 28.

²⁰³ APEP. Códice n. 693. Ver também: BARATA, Mário. Op. cit.

²⁰⁴ APEP. Códice n. 693. Ver também: BARATA, Mário. Op. cit.

²⁰⁵ “A compreensão da imprensa do início dos Oitocentos sob essa ótica indico, portanto, um circuito no qual a palavra imprensa estava inserida e não uma espécie de papel sagrado ou exclusivamente ‘elitista’, já que seus conteúdos podiam relacionar-se de forma dinâmica com a sociedade, apesar dos diferentes públicos a que cada periódico podia pretender alcançar, o que se verifica por certa variedade de linguagem, estilo e preço. A fronteira entre manifestações letradas e orais pode, em alguns casos, ser revitalizada”. (MOREL, Marco. *Independência no papel: a imprensa periódica*. In: JANCSÓ, István. **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Fapesp; Hucitec, 2005).

²⁰⁶ Termo utilizado pela historiadora Shirley Nogueira (NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit.).

Então, no intuito de frear a “politização” das tropas, majoritariamente formada por índios, foi proibida a entrada dos periódicos: *O Português*²⁰⁷ e o *Correio Braziliense*.²⁰⁸ De fato, este último periódico circulava no Pará desde 1806, e já havia sido proibido pelo governador José Narciso de Magalhães e Menezes, que esteve no poder de 1806 a 1810, o que nos induz a confirmar a hipótese de que houve uma aparente tensão social e preocupação com uma possível expectativa quanto à obtenção dos direitos de cidadão ao indígena na Província do Grão-Pará a partir da difusão das ideias liberais presentes nas revoluções constitucionais ibéricas, principalmente, porque, há registros de circulação do *Correio Braziliense* no Grão-Pará até 1822.²⁰⁹

O periódico *O Portuguez* possuía uma temática claramente política, tendo sido consideradopositor ao governo até a Revolução do Porto de 1820, além de ter sido escrito em Londres e introduzido clandestinamente em Portugal.²¹⁰ O redator de *O Portuguez* fazia análise da vida pública portuguesa e relacionava-a com as novidades dos acontecimentos políticos e sociais da Europa no período, como, por exemplo: informações sobre as Cortes de Cádiz, a morte de Napoleão Bonaparte, discussões diversas do Parlamento Inglês, discursos do presidente dos Estados Unidos da América e emancipação das mulheres.²¹¹ Além da entrada de periódico na Província, a partir da Abertura dos Portos às Nações Amigas, vários navios ingleses atracaram nos portos do Grão-Pará e, conseqüentemente, aumentou a circulação de estrangeiros e de ideias liberais na Capitania.²¹²

Segundo a historiadora portuguesa Maria Helena dos Santos, o redator de *O*

²⁰⁷ “A ida do rei e da corte para o Brasil fez nascer, em Londres, *O Correio Braziliense* (1808). A derrota de Massena e o “consulado” de Beresford, acolitado pelos *governadores*, fez nascer **O Portuguez**.” (SANTOS. Maria Helena C. dos. *Imprensa periódica clandestina no século XIX: “O Portuguez” e a Constituição. Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, v. 16, n. 61-62, p. 429-445, 1980, p. 430-432).

²⁰⁸ “Edital em que S. Mag^o manda proibir a entrada e publicação do Periódico intitulado **O Português** – “Como é notório, o sentido de ‘publicação’, aí, é o de difusão, isto é, o de tornar público. O documento está no citado Códice 628”. (APEP. EC, Códice n. 693. Ofício datado em 30 de outubro de 1818. Ver também: BARATA, Mario. Op. cit., p. 29).

²⁰⁹ “Os exemplares do **Correio Braziliense** apreendidos no Pará eram referentes aos meses de julho à novembro de 1822 e traziam propostas que apontavam para a irreversibilidade do processo de independência e para a necessidade de se garantir que tal processo causasse o menor dano possível à sociedade brasileira”. (Arquivo Público do Pará. Códice n. 740. Doc s/n. Ofícios de 6 nov. 1822 e de 2 fev. 1823 da Junta de Governo do Pará ao Ouvidor Geral da Província). Ver também: SOUZA JR., José Alves. Op. cit., p. 233.

²¹⁰ O periódico **O Portuguez** foi editado em Londres pelo redator João Bernardo da Rocha Loureiro entre 1814 a 1822 e 1823 a 1826. (SANTOS. Maria Helena C. dos. Op. cit.).

²¹¹ “Que o rei faça uma revolução e já! Porque, se o rei a não fizer, a fará o povo! Como deve ser iniciada esta *revolução*? As palavras de ordem são: CORTES! CONSTITUIÇÃO! LIBERDADE!” (*O Portuguez*, apud SANTOS. Maria Helena C. dos. Op. cit.).

²¹² “Também não se deve esquecer que com a “Abertura dos Portos” aumentou a circulação de estrangeiros na cidade de Belém, sendo que, desde 1820, a capital paraense passou a abrigar vice-consulados da França e da Inglaterra. Por todos estes poros chegavam informações que estimulavam gestos de rebeldia”. (MACHADO, André Roberto de Arruda. *As esquadras imaginárias...* Op. cit., p. 114).

Portuguez, João Bernardo, entusiasmou-se em traduzir a Constituição de Cádiz, pois, para ele, seria um exemplo a Portugal: “Os constituintes de Cádiz, em 1812, haviam escrito uma Constituição que ‘dava a liberdade à Espanha’. Era um exemplo verdadeiramente aliciante. Os Espanhóis, à margem do rei, fazem uma Constituição, libertam a Espanha e o rei e criam um país novo”.²¹³

Devido a proibições e à rígida vigilância sobre a circulação de impressos e acontecimentos políticos e sociais no Grão-Pará, ordenadas pelo Conde de Vila Flor, parte da elite local intensificou a oposição ao governante. Acusações referentes a abuso de poder, atos desonestos e benefícios aos negociantes, trocadas entre o juiz de fora da Ilha do Marajó, o ouvidor geral da Capitania e o governador de armas e enviadas através de ofícios e representações, eram constantemente enviadas ao Governo sediado em Belém.²¹⁴ Tais conflitos aceleraram a saída do Conde do Grão-Pará, que se licenciou do governo em junho de 1820 sob a desculpa de confirmar laços matrimoniais no Rio de Janeiro.²¹⁵

Com a saída do Conde de Vila Flor, em junho de 1820, o Grão-Pará passou a ser governado por um Governo Provisório até a adesão às Cortes de Lisboa em 1º de janeiro de 1821. Assim, o período de junho de 1820 a janeiro de 1821 foi de acirrada disputa política local, tendo sido consagrado pela historiografia como: “vazio de poder” ou “vácuo de poder”²¹⁶ — ou seja, para muitos historiadores, este foi o motivo do pioneiro grito de adesão às Cortes Constituinte da Nação Portuguesa. Dessa forma, os tapuios do Grão-Pará puderam vislumbrar uma possível adoção da condição de cidadãos, principalmente após a repercussão da Constituição espanhola de 1812 pelos tapuios militares em periódicos do período e pela utilização das instruções eleitorais de Cádiz para eleger deputados à Constituinte reunida na cidade de Lisboa em 1821.

2.3 Os tapuios na precoce adesão do Grão-Pará às Cortes de Lisboa

Após a saída do Conde de Vila Flor do governo do Grão-Pará, em 30 de junho de 1820, o cenário político da Capitania ficou bastante turbulento e, em longa escala, a tensão foi

²¹³ SANTOS, Maria Helena C. dos. Op. cit.

²¹⁴ APEP. Códice n. 798. Doc s/n. Representação de setembro de 1819 ao Conde de Vila Flor; APEP. Ofício de 26 de julho de 1820 do Desembargador Ouvidor da Ilha do Marajó ao Governo de Secessão do Grão-Pará. Ver também: SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 114-115.

²¹⁵ MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra...* Op. cit., p. 122.

²¹⁶ Ibidem; SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit.; RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, v. 1.

constante até a explosão do movimento dos cabanos,²¹⁷ que contou com a participação maciça das camadas populares: índios, negros e mestiços. Segundo a historiadora Magda Ricci: “Os negros do Pará, junto com mestiços e índios da Amazônia que fizeram a Cabanagem de 1835 tinham consigo experiências revolucionárias outras, que chegaram ao Pará, vindas de longe no tempo e no espaço de suas fronteiras”.²¹⁸

Antes da partida, o Conde deixou um ofício no qual constava: justificativa para se ausentar, pontos sobre sua sucessão e, ainda, o nome dos interinos que governariam a Capitania durante sua licença.²¹⁹ No dia 1º de julho do mesmo ano, o coronel Nabuco de Araújo, secretário do governo, enviou ofícios para os futuros membros da Junta Interina do Governo: arcediogo Antonio da Cunha, ouvidor Antonio Maria Carneiro e Sá e coronel Joaquim Felipe dos Reis, este último eleito presidente da Junta em 10 de julho de 1820.²²⁰

A disputa política pelo comando maior da Capitania foi intensificada após a nomeação e posse dos membros indicados pelo Conde de Vila Flor. Antonio Maria Carneiro e Sá — membro da Junta Provisória — foi criticado, por vários integrantes da elite local, por omissão nos julgamentos de diversos casos de abuso de poder no interior da Capitania, sob a acusação de recusa em dar parecer sobre as representações encaminhadas, pois mantinha fortes laços de amizade com os denunciados.²²¹ Esse quadro de disputa política entre os membros da elite paraense foi acentuado enquanto em Portugal, como já é sabido, eclodiu a Revolução Constitucionalista do Porto, em 24 de agosto de 1820.

Na análise dos membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, o Vintismo foi, de uma forma singular, apenas um “movimento que se circunscrevia ao processo recolonizador intentado pelas Cortes”.²²² Tal concepção esteve presente, no gênero da História Política, em alguns trabalhos relevantes para a história da Província do Grão-Pará e com expressivos resultados no que diz respeito à reunião de massa documental, sendo este o principal motivo de sua utilização. São eles: “Motins políticos”, de Domingos Antônio Raiol²²³ e “D’Adesão do Grão-Pará à Independência”, de Palma Muniz.²²⁴

²¹⁷ “Cabanos era o termo utilizado como alcunha dos homens que viviam em casas simples, cobertas de palha. O mesmo nome cabano também significa um tipo de chapéu de palha comum entre o povo mais humilde na Amazônia.” (RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007).

²¹⁸ RICCI, Magda. Fronteiras... Op. cit., p. 93.

²¹⁹ Arquivo Público do Pará. Cód. manuscrito n. 616. 1803-1822. Ofício de 30 de junho de 1820. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 16-17.

²²⁰ Arquivo Público do Pará. Cód. manuscrito n. 616. 1803-1822. Ofício de 10 de julho de 1820. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 16-17.

²²¹ SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 114-115.

²²² COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes...* Op. cit., p. 20.

²²³ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins...* Op. cit.

Embora não se concorde com a abordagem geral dos autores, existem transcrições de fontes importantíssimas para o problema aqui pesquisado no que se refere ao Grão-Pará. Essas são obras que abrangem a conjuntura política da Província do Pará entre 1821 e 1835. Vale ressaltar a análise do período de 1822: para ambos os trabalhos, o período Constitucional iniciou-se no Império português através das Cortes de Lisboa.

O historiador André Roberto Machado reinterpreta o período da Regeneração portuguesa de 1820 na Província do Grão-Pará e sua posterior incorporação ao Império brasileiro ao reavaliar a análise que tem sido feita pelo prisma de alinhamento ou não da província ao “sistema do Rio de Janeiro”. Além disso, ao analisar o processo de formação do Estado e da nação brasileiros e a efetiva participação dos “tapuios”, André Roberto Machado apresenta o Decreto de 1821 que convocou as eleições de deputados às Cortes de Lisboa e repetiu as Instruções eleitorais elaboradas nas Cortes em Cádiz. De acordo com esse autor, o processo eleitoral na Província do Grão-Pará excluiu grande parte do contingente populacional tapuia ao utilizar o censo de 1799 e ignorar o de 1816, no qual constava maior contingente de indígenas, em total descumprimento da ordem estabelecida pelos liberais de Lisboa.

Existia um paradoxo que pairava entre parte dos membros da elite paraense: caso aderissem à instalação das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, reatariam a intensidade política e comercial perdida desde a saída da Família Real portuguesa de Lisboa, com sua transferência para o Rio de Janeiro, a partir de 1808 e, assim, a Capitania do Pará deixaria de enfrentar inúmeros problemas comerciais e políticos por extrema dificuldade de comunicação com o sudeste brasileiro.²²⁵ Porém, se acontecesse retaliação da Coroa portuguesa a quem aderisse ao constitucionalismo português, os envolvidos seriam julgados e violentamente punidos, como aconteceu no Recife em 1817. Por isso, até 1º de janeiro de 1821, todas as reuniões referentes à adesão do Grão-Pará ao Movimento Vintista foram feitas em extremo sigilo, com ares de conspiração, principalmente por não contar com o total apoio da elite política e econômica local.²²⁶

²²⁴ MUNIZ, João de Palma. Op. cit.

²²⁵ “[...] o caso do comerciante lisboense Matteus Rodrigues Lima que escreveu a Joaquim José Lopes Godinho, no Pará, advertindo-o a suspender qualquer remessa de mercadorias para Portugal, enquanto a Coroa não se definisse quanto à decretação do Bloqueio Continental por Napoleão; Manoel Fernandez de Vasconcellos, negociante paraense, recebeu a mesma advertência por carta que lhe fora escrita do Maranhão por Jacinto José da Cunha, que por sua vez cumpria ordens de seu sócio em Lisboa Manoel Fernandez.” (SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 132-133).

²²⁶ As reuniões aconteciam na loja de comércio de José Baptista da Silva, que era tenente de milícias e sobrinho de D. Fr. Caetano Brandão junto com o Alferes Domingos Simões da Cunha e o Alferes cirurgião Joaquim Carlos Antonio de Carvalho e, posteriormente, Coronel João Pereira Villaça e Francisco José Rodrigues Barata. Ver: MUNIZ, João de Palma. Op. cit.

Obviamente, sem o apoio total dos membros da elite paraense, era necessário reforço armado para colocar em prática as longas e diversas reuniões feitas em sigilo durante os últimos meses do ano de 1820²²⁷. Assim, a inclusão dos tapuios no processo de adesão às Cortes de Lisboa foi uma consequência natural, pois, eles formavam o maior grupo que atuava no serviço militar da Capitania do Grão-Pará no período e, como veremos na citação abaixo, as tropas militares lideraram a proclamação da adesão à reunião das Cortes de Lisboa no Grão-Pará:

Proclamação:

A Junta Provisional do Governo desta Capitania, depois de haver prestado o competente juramento de obediência e fidelidade à Religião Católica Romana, a El-Rei nosso senhor, à Constituição e às Cortes que a fizerem, julga do seu primeiro e mais sagrado dever fazer constar a todos os habitantes do Pará e Rio Negro, **que no dia 1º do corrente reunidos na praça de Palácio o povo e os regimentos de 1ª e 2ª linha, por um unânime impulso e conspiração de vontade devido à veemência e grandeza dos males que há longo tempo suportavam, proclamaram entre mil vivas a Constituição e o Augusto nome d’El-Rei, o Sr. D. João VI, nosso único e adorado monarca, para que, a exemplo da Capital, todas as Vilas, animadas dos mesmos nobres sentimentos, continuem e façam ressoar pelo órgão dos seus representantes aquelas mesmas vozes e aclamações que o entusiasmo e patriotismo começaram nesta Cidade, prestando o referido juramento de inalterável obediência à Santa Religião que professamos a El-Rei nosso senhor, à Constituição, às Cortes que a fizerem e à Junta do Governo, novamente instalada em virtude da escolha livre e concorde do povo e da tropa da Capital.** [grifo nosso]

[...] Em uma palavra, a justa confiança da Junta Provisional, na decidida felicidade e honra dos habitantes, e reciprocamente a destes nas boas intenções do Governo, deve ser o único penhor da nossa futura felicidade. **Viva a Religião! Viva El-Rei nosso senhor! À Constituição e às Cortes que a fizerem!** [grifo nosso]

Palácio do Governo, 3 de janeiro de 1821.

[grifo nosso]

O vigário capitular Romualdo Antonio de Seixas, presidente – O Juiz de fora Joaquim Pereira de Macedo, vice-presidente – O coronel Giraldo José de Abreu – José Roiz de Castro Góes – Francisco Gonçalves Lima – Francisco José de Faria – João da Fonseca Freitas.²²⁸

O documento acima, escrito pela Junta Provisória de Governo, confirma que as tropas militares participaram ativamente do processo de adesão à reunião das Cortes em Lisboa e, essas corporações militares eram compostas de forma expressiva por tapuios. Ao receberem

²²⁷ “Para o sucesso desse núcleo inicial era fundamental ter algum controle sobre as tropas armadas e por conta disso foi capital a cooptação para este movimento do Coronel Francisco José Rodrigues Barata e do Coronel João Pereira Vilaça, comandantes, respectivamente, dos Regimentos de 2ª e de 1ª linha”. (MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra...** Op. cit., p. 123).

²²⁸ APEP. Códice n. 724. Correspondência da Junta Provisória com diversos. Doc. 3 de janeiro de 1821.

notícias da adesão do Grão-Pará à convocação das Cortes em Lisboa, a ideia dos tapuios de se tornarem cidadãos, eleitores e elegíveis ganhou força também, já que o 1º grito de adesão à Constituinte foi dado por um alferes de milícias.²²⁹ De fato, o apoio das tropas militares na Proclamação da adesão às Cortes era fundamental, pois, reunindo índios, mestiços, homens brancos pobres, levados à condição de soldados pelo *antipático* sistema do recrutamento forçado, as fortalezas e quartéis constituíam-se em verdadeiros barris de pólvora, onde se trocavam experiências e problemas comuns.²³⁰

Apesar da ausência de fontes que comprovem o juramento à Constituição de Cádiz no Grão-Pará, já em 1º de janeiro de 1821, tudo indica que os homens responsáveis pelo grito de adesão à convocação para eleição às Cortes de Lisboa, incluindo tapuios militares, sabiam o que significava aderir à provável constituinte e, principalmente, devido ao conhecimento de ideais liberais em suas experiências recentes em Caiena e na fronteira com a América espanhola, o apoio destes indígenas foi aparente desde o primeiro dia do movimento revolucionário.²³¹ Além de constituir uma expressiva parcela da população de homens livres da região, os tapuios esperavam que a decisão de transpassá-los de vassallos a cidadãos, como aconteceu com os “vecinos” na América espanhola, traria melhores condições de trabalho, direitos e a abolição do trabalho compulsório.

Antes de analisar o processo eleitoral no Grão-Pará, em 1821, faz-se necessário perceber como repercutiu o movimento vintista na Capitania para entender por que o Grão-Pará aderiu pioneiramente às Cortes de Lisboa. Assim, para além da “politização” das tropas militares, a precoce adesão também pode ser relacionada com o surgimento da Imprensa no Pará. Segundo Coelho, estava “[...] voltada contra as formas com que, segundo os vintistas locais, o despotismo e a tirania triunfaram sobre os direitos dos cidadãos”.²³²

Para Coelho, o movimento Vintista atuou sobre as bases da sociedade portuguesa e, entre 1820 e 1823, construiu um arcabouço jurídico que fomentou extrema agitação política

²²⁹ “Quanto ao alferes Domingos Simões da Cunha, que teve a iniciativa do grito sedioso, não sabemos a que regimento militar pertencia, podendo-se, entretanto, asseverar ser tropa de milícias [...], pois como negociante não poderia pertencer à tropa de 1ª linha.” (RAIOL, Domingos Antônio. **Motins...** Op. cit., p. 15-35).

²³⁰ SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 34.

²³¹ “A obrigatoriedade de prestação de serviços nas milícias pelos tapuios contribuía ainda para o aumento da instabilidade política e social no período, com um dos seus efeitos colaterais: a deserção”. (MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra...** Op. cit., p. 64).

²³² Ao lado de periódicos como “O Português Constitucional”, “O Pregoeiro Lusitano” e “Templo da Memória”, e mais, do “Diário das Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa” e “Diário do Governo”, circulavam também na Província o “Portugal Regenerado” de Borges Carneiro, o “Catecismo Constitucional” de José Maria de Beja e as “Memórias sobre a Regeneração de Portugal, Oferecidas às Virtudes Sociais, Justiça e Humanidade, por V.J.B.”, e ainda os anônimos “Manual Político do Cidadão Constitucional” e Reflexões Sobre o Pacto Social e Acerca da Constituição de Portugal”, sem falar das constituições da Espanha, dos Estados Unidos e de uma “coleção das constituições antigas e modernas”. (COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes...** Op. cit., p. 36).

por todo o reino. Então, nesse contexto, entendemos que os tapuios finalmente puderam projetar possível similaridade jurídica com relação aos nativos da América espanhola a partir da Constituição de Cádiz e, assim, esperavam ser incluídos como cidadãos portugueses imbuídos de direitos políticos e sociais diante de uma possível elaboração de Constituição do reino português.

O jovem Filipe Patroni não participou das reuniões secretas para aderir às Cortes de Lisboa e nem da instalação da Junta Governamental, apesar de ter estudado em Coimbra e ter presenciado o processo vivido do outro lado do Atlântico. Segundo Coelho, o retorno de Patroni, em 10 de dezembro de 1820, ao Grão-Pará estava atrelado ao seu desejo de se tornar o *grande redentor* da sua terra natal.²³³ Porém, apesar de Patroni estar na capital da Província, em 1º de janeiro de 1821, não participou do levante. Após o grito de adesão à reunião constituinte sem a sua participação, agrupou-se com: Inácio de Cerqueira e Silva, Honório dos Santos, irmãos Vasconcelos, padre Jerônimo Pimentel, padre Siqueira e Queiroz e cônego Batista Campos e, para conseguir força política, iniciaram campanhas convocatórias com escravos, libertos, tapuios e população pobre em geral.

A instalação das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, em 26 de janeiro de 1821, significou a consolidação do movimento Vintista com importantes alterações políticas para os portugueses de ambos os hemisférios e, em particular, para os tapuios do Grão-Pará.²³⁴ Segundo Denis Bernardes, institucionalizou-se um poder soberano separado e independente do poder real — no limite, superior a ele —, até a virada de 1823.²³⁵ A partir da instalação das Cortes em 1821, as alterações políticas foram imediatamente colocadas em prática e, já em 28 de fevereiro do mesmo ano, as Capitanias do Brasil foram elevadas à condição de Províncias, ou seja, dali em diante, tiveram o direito de eleger internamente seu próprio governo sob a forma de Juntas Governamentais.²³⁶

É sabido que as Juntas Governamentais do Grão-Pará e, posteriormente, da Bahia foram instaladas antes de qualquer legislação das Cortes portuguesas sobre o Ultramar e que,

²³³ Ibidem.

²³⁴ Para melhor compreensão, ver: BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**. São Paulo: Hucitec, 1999. Ver também: BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco: 1820-1822. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

²³⁵ Ibidem.

²³⁶ “As Juntas de Governo representaram uma importante mudança político administrativa e refletiram, em sua composição e em seu modo de atuação, as especificidades dos espaços nos quais iam sendo criadas. Surgidas no Brasil em plena erupção do democratismo das Cortes, atuaram até o final de 1823, quando os governadores locais passaram a depender de nomeação imperial. Implantadas, portanto, como forma de administração local, nos primeiros meses de 1821, representaram uma organização político-administrativa vinculada ao constitucionalismo vintista que, em sua primeira fase, desarticulou o centralismo monárquico, então sediado no Rio de Janeiro.” (Ibidem. p. 264-265).

ainda assim, na escolha de governos locais, os dois processos tiveram pronunciamento militar e aclamação popular, o que acarretou, fundamentalmente, a quebra de toda a tradição política da monarquia portuguesa ao dispensar a ordem real para o exercício do poder e forçar a submissão formal do Rei.²³⁷ Porém, associadas ao clamor popular e à “desobediência” ao mandato real, tais Juntas foram instaladas com enorme instabilidade, o que, de fato, ajudou Filipe Patroni a almejar visibilidade mesmo sem pertencer à Junta do Grão-Pará, tendo, assim, dirigido sua campanha às camadas populares: negros e tapuios. Ele escreveu uma carta na capital da Província, ainda em janeiro de 1821, expondo a urgência em escolher um representante provisório — nesta primeira tentativa, sem eleição com a participação do povo — e solicitando, ao contrário das Instruções eleitorais, representantes indicados pelo Governo. Por se julgar mais instruído, ele seria um desses representantes, solucionando assim a urgência e designando-o à reunião das Cortes em Lisboa.

[...] Por ora não se pode observar o que na Constituição da Espanha se acha prescrito sobre as eleições dos representantes. [...]

Feita esta eleição extraordinária, o deputado deverá logo apresentar-se às Cortes. Entretanto dever-se-á proceder à eleição ordinária celebrando-se juntas de paróquias comunais e província. Se acontecer, que seja eleito outro, deverá ser removido o primeiro.

Eis aqui o que julgo dever lembrar ao Senado desta Capital. Obrará, porém o que lhe parecer, na certeza de que o meu intuito é somente promover os interesses da minha Pátria, e fazer ver às Cortes de Portugal, que me esforcei a cumprir exatamente as funções de que me carreguei interrompendo meus estudos acadêmicos e vindo com o intuito somente de libertar minha Pátria.

Pará, casa 24 de janeiro de 1821.

O bacharel Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente.²³⁸

Em meio à organização para iniciar o processo eleitoral, Filipe Patroni, com declarada ansiedade em resolver o envio dos deputados para as discussões constitucionais em Lisboa, enviou uma carta ao Senado da Câmara aconselhando a Junta a não obedecer totalmente à Constituição espanhola e enviar excepcionalmente um deputado provisório até que as eleições fossem concluídas, dizia ele:

Por ora não se pode observar o que na Constituição da Espanha se acha prescrito sobre as eleições dos representantes. Se de fina força houvéssemos de obrar assim; acontecia que mais de um ano, não gozaria de representação

²³⁷ Ibidem, p. 263-268.

²³⁸ Arquivo Público do Pará. Códice manuscrito. Esta carta esta transcrita na íntegra na obra de Palma Muniz. MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 63-65.

nacional a nossa Província cuja extensão incalculável demanda imenso tempo para a celebração das juntas paroquiais.²³⁹

Como veremos no capítulo seguinte, a repercussão dessa carta não causou boa impressão à Junta Provisória do Grão-Pará e Patroni foi afastado das decisões governamentais. Porém, a formação da Junta Governamental do Grão-Pará confirmou a soberania da nação, já *pregada* pelo Vintismo, retirou o controle exclusivo dos governos das mãos do monarca e conferiu este poder ao conjunto dos portugueses através de processo eleitoral. A agitação política foi intensa na Província do Grão-Pará após o grito de adesão em 1º de janeiro; porém, para melhor compreender o objeto desta pesquisa, focalizaremos a participação dos tapuios no início das eleições dos deputados às Cortes reunidas em Lisboa.

Alguns acontecimentos nos aproximam da ideia de que a adesão à Revolução portuguesa, a apologia à Constituição e, conseqüentemente, o processo eleitoral das Cortes Portuguesas elevaram o grau de ebulição política em toda a Província do Grão-Pará. Antonio Ladislau Baena testemunhou e relatou que, no dia 8 de janeiro de 1821, o padre José Joaquim Martins, Vigário da Freguesia de Santana da Campina, 2º bairro de Belém do Pará, fez um sermão que, nas palavras de Baena, era: “desmedido de expressões liberais nos encômios da Constituição Portuguesa depois do Te-Deum, que mandou cantar na dita Igreja”.²⁴⁰ Em 31 de janeiro de 1821, na Vila de Santarém, através de um ato solene, o então vigário geral do Baixo Amazonas, padre Manoel Fernandes Leal, discursou ao povo reconhecendo a soberania das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, residentes em Lisboa, e defendendo os direitos dos cidadãos.²⁴¹

Em maio de 1821, iniciou-se o processo de eleição dos deputados representantes das Províncias do Reino português às Cortes de Lisboa. A Junta nomeou uma comissão para aplicar as Instruções que foram enviadas por Portugal, composta por: juiz de fora Dr. Joaquim Pereira de Macedo, físico-mor Dr. Antonio Correa de Lacerda e coronel Francisco José Rodrigues Barata.

Esta Junta tem nomeado Vmcê. para [...] prepararem a aplicação que nesta Província se deve fazer das Instruções em que em Portugal foram eleitos os Deputados às Cortes, segundo a diferença de população dela. Quando estiver extraído o resultado da população e fogos ser-lhe-á remetido. A ordem por que devem fazer as suas conferências fica ao acordo dos nomeados. O que

²³⁹ APEP. Códice n. 287. Manuscrito. 24 de janeiro de 1821. Ofício enviado aos senhores vereadores e procurador do Conselho.

²⁴⁰ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio...** Op. cit., p. 322.

²⁴¹ APEP. Códice manuscrito, n. 714. Correspondência de diversos com o governo. 1820-1826. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 60.

participo a Vmcê, para sua inteligência, esperando do seu patriotismo queira concorrer para este tão importante objeto dos empreendidos trabalhos. D. G. Vmcê. Pará no Palácio do Governo em 16 de maio de 1821. Sr. Dr. Antonio Corrêa de Lacerda.²⁴²

As normas para as eleições dos deputados às Cortes em Lisboa eram as mesmas as elaboradas nas Cortes de Cádiz e, assim, por definição, as Instruções estabeleciam os indígenas como participantes ativos do processo eleitoral ao incluir essas populações nos censos eleitorais.²⁴³ Assim, como veremos na citação abaixo, a utilização dos critérios espanhóis no processo eleitoral, incluiu automaticamente as populações indígenas catequizadas e, deste modo, consideradas “almas”. Isso repercutiu na Província do Grão-Pará em 1821:

Decreto – de 7 de Março de 1821.

Manda proceder á nomeação dos Deputados ás Cortes Portuguezas, dando instruções a respeito.

Havendo Eu Proclamado no Meu Real Decreto de 24 de Fevereiro próximo passado a Constituição Geral da Monarchia, a qual foi deliberada, feita a accordada pelas Cortes da Nação a esse fim extraordinariamente congregadas na Minha muito nobre e leal Cidade de Lisboa: E cumprindo que de todos os Estados deste Reino Unido concorra um proporcional numero de Deputados a completar a Representação Nacional : Hei por bem ordenar que neste Reino do Brazil e Dominios Ultramarinos se proceda desde logo á nomeação dos respectivos Deputados, na forma das Instrucções, que para o mesmo effeito foram adoptadas no Reino de Portugal, [...]

Instrucções para as eleições dos Deputados das Côrtes segundo o methodo estabelecido na Constituição Hespanhola, e adoptado para o Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves , a que e refere o Decreto acima.²⁴⁴

Segundo Palma Muniz, três mapas das comarcas Pará, Marajó e Rio Negro acompanharam o ofício acima citado e os membros da Junta Provisória chegaram à conclusão de que deveriam ser eleitos três deputados e um suplente às Cortes de Lisboa.²⁴⁵ O cálculo da Junta foi baseado no censo de 1793 e 1799, segundo o qual a Província do Pará contava com um total de 83.454 habitantes, divididos em: 61.212 para a Comarca do Pará, 15.480 para a comarca do Rio Negro e 6.766 para a comarca do Marajó,²⁴⁶ tendo sido incluídos os tapuios,

²⁴² APEP. Códice manuscrito, n. 724. Correspondências de diversos com o governo.

²⁴³ “A revolução liberal portuguesa, que antecedeu e acelerou o processo de Independência do Brasil, iniciou em agosto de 1820 em estreita sintonia com os acontecimentos da Espanha. Incorporou definições, negativas e projeções já amadurecidas durante as sessões parlamentares espanholas desde 1810.” (BERBEL, Márcia Regina. A Constituição espanhola... Op. cit.).

²⁴⁴ Instruções eleitorais de 7 mar. 1821. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

²⁴⁵ MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 107.

²⁴⁶ “Art. 1º - A eleição dos deputados de Cortes será feita pelas Câmara, Comarcas e Capital da Província. Art. 2º

pois constavam todos os habitantes de paróquia, ou seja, os batizados e assim considerados *almas*.

Assim, na letra da lei, os tapuios estavam incluídos no processo eleitoral, pois, no Grão-Pará eles eram considerados índios civilizados, ou seja, catequizados, além de ocuparem cargos públicos como, por exemplo, juízes ordinários.²⁴⁷ Portanto, para essa parcela da população indígena não existiu uma exclusão formal nas Instruções Eleitorais ou na contagem populacional para número de deputados eleitos.

O processo eleitoral foi bastante atribulado e, nas notícias veiculadas por Filipe Patroni no periódico *Indagador Constitucional*, de Lisboa, figuravam a utilização do censo populacional para a contagem de deputados do Brasil a serem enviados às Cortes portuguesas iniciadas em 1820.²⁴⁸ Entendemos que, a partir dessa contagem, despertou-se grande expectativa na população da região, já que os tapuios esperavam ter seus direitos reconhecidos, tal como os indígenas espanhóis, e não serem mais obrigados a trabalhar como escravos domésticos, nas roças, nas manufaturas dos aldeamentos e nas tropas militares. Porém, o Governo Provisório foi acusado por Filipe Patroni de manipular as eleições na Província e a Junta se defendeu culpando as grandes distâncias pela dificuldade em reunir os eleitores, mas também declarou ser um “governo que se encontrava no meio da efervescência das paixões inimigas da ordem social”.²⁴⁹

Em 18 de maio de 1821, a Junta Provisória enviou uma Correspondência às Cortes de Lisboa justificando o atraso nas eleições da Província e o não cumprimento das Instruções eleitorais devido a fatores como: “[as] grandes distâncias da Província, a incerteza das viagens, e mesmo a incapacidade dos Juízes Índios em grande parte”.²⁵⁰ Desse modo, as Instruções não foram seguidas rigorosamente. O censo utilizado foi o de 1797 e uma grande quantidade da população indígena ficou de fora, pois nele foram somadas 83.434 almas, ou seja, um número bem menor do que o registrado no censo de 1816, que era de quase 93.000, apenas contando as Comarcas do Pará e Marajó.²⁵¹

- Cada Câmara elegerá o numero de eleitores correspondentes ao censo do seu distrito.” Códice manuscrito n. 724, fl. 35. Ofício de 18 de maio de 1821 ao Coronel Antonio Joaquim de Barros e Vasconcellos. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 100-101.

²⁴⁷ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit.

²⁴⁸ COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes...** Op. cit.

²⁴⁹ APEP, Códice n. 696. Doc. 34. Correspondência de diversos com o governo. 1817-1823. Ver também: BARATA, Mário. Op. cit., p. 96-97.

²⁵⁰ Arquivo Público do Pará. Códice manuscrito n. 757. Correspondência do Governo com as Cortes. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 92.

²⁵¹ “Desse modo, num primeiro momento, fica evidente a inclusão dos tapuios no processo eleitoral o que representava, em tese, o reconhecimento de que estes indivíduos podiam reivindicar para si as prerrogativas dos homens livres. No entanto, na prática, um exame mais detido revela a persistência de velhos mecanismos que,

Segundo Palma Muniz, tanto Patroni quanto a Junta do Governo Provisório apresentaram a mesma justificativa para o atraso da eleição dos Deputados às Cortes: devido à imensa extensão territorial da Província, se as Instruções fossem utilizadas no processo eleitoral, o Grão-Pará ficaria sem representação nas Cortes Portuguesas por pelo menos um ano e, portanto, ambos requereram uma deputação extraordinária.²⁵² Por esse motivo, enviaram um ofício explicando o possível envio de representantes com a escolha de 20 ou 30 eleitores. Como veremos no documento abaixo:

Ilmos. Srs. – A Junta Provisória do Governo há recebido o ofício de Vmcês. de 27 do corrente que acompanha ao que lhe dirigiu Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente em que lembra a urgência da nomeação de deputado e de um suplente, ou deputado substituto, para como representantes desta Província irem reunir-se às Cortes, que em Lisboa se achavam atualmente organizando a Constituição Portuguesa e cujo deputado e substituto indica o mesmo Patroni podem ser nomeados 20 ou 30 eleitores escolhidos por uniforme vontade desse Senado e desta Junta, **atendendo que por ora não pode observar-se o que na Constituição Espanhola se acha prescrito sobre tais eleições.** [grifo nosso].

Esta Junta tem ocupado suas reflexões e meditações sobre um tal objeto, e apenas há podido concluir que jamais obraria em madureza e acerto quando aprovasse a ilegalidade de uma nomeação que no respeitável Congresso das Cortes só deve aparecer uniformizado com a lei, que deve sempre regular os atos desta Junta. [...]

Esta junta protesta que apesar de se não mandarem os deputados, que talvez chegassem a Lisboa fora de tempo, não perderá de vista os interesses desta Província, os quais procurará reclamar com a madureza que exige a nossa situação atual.

Deus g. a Vmcês. Palácio do Governo em 31 de janeiro de 1821. Sr. Dr. Juiz de Fora presidente e mais Oficiais do Senado da Câmara (assinado os membros da Junta).²⁵³

O documento acima citado indica que, as disputas políticas internas foram acirradas durante o processo de escolha dos deputados paraenses às reuniões das Cortes em Lisboa e, a partir das Instruções eleitorais enviadas por Lisboa, ao contrário do que Patroni solicitou, a Junta Preparatória das eleições estudava os meios para aplicar pela primeira vez um sistema eleitoral de deputados de Cortes no Grão-Pará. Dessa forma, mesmo com exclusão da comarca do Rio Negro, o número de habitantes teve aumento significativo em vinte anos e,

em virtude do enquadramento peculiar desses indígenas na sociedade paraense, excluam essa possibilidade para a grande massa dos tapuios.” (MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra...** Op. cit., p. 109).

²⁵² Ver: PARENTE, Felipe Alberto Patroni Martins Maciel. Carta ao Senado da Câmara em 24 de janeiro de 1821. **Manuscrito do Arquivo Público do Pará**, n. 710; Arquivo Público do Pará. Manuscrito avulso. Parecer da Junta Preparatória das Eleições. Correspondência de diversos com o governo. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 65-107.

²⁵³ Arquivo Público do Pará. Códice manuscrito n. 724. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 65-66.

segundo Palma Muniz: “[o censo de 1816 apontava] 94.125 habitantes, só para as comarcas do Pará e Marajó [...]”.²⁵⁴ Além disso, inicialmente, não há registros de exclusão dos tapuios durante o processo; portanto, ao menos na letra da lei, os índios tinham direito de escolher os representantes da Província.²⁵⁵ O documento abaixo nos indica que todas as povoações da Província participaram do processo eleitoral:

A Junta Preparatória incumbida de redigir o método por que na Província do Grão-Pará se deve proceder as diversas eleições até se ultimar a eleição de deputados que em Cortes hajam de representar esta Província, tem a honra de por na presença de V. Exa. o resultado dos seus trabalhos. A grande demora que houve em os membros da Junta serem entregues das relações do recenseamento de 1793 e 1799, a extrema confusão em que neles se achavam dispostas as povoações, ulteriores averiguações a que foi necessário proceder foram outros tantos motivos que obstaram à pronta execução desta tarefa cujo complemento atraía incessantemente a atenção dos membros desta Junta desde a sua instalação.

Depois de uma madura e séria consideração a Junta Preparatória tomou por linha de sua conduta o chamar à representação nas eleições todas as povoações ainda as mais remotas, e todos os indivíduos que hão de para o futuro entrar em o novo Compacto Social, [grifo nosso] evitando por este modo que um dia apareça algum cidadão queixando-se que foi lesado nos seus direitos e que foi obrigado a entrar em um Compacto sem ser ouvido [...].

D.G. a v. Exa. muitos anos. Pará 25 de junho de 1821.

Ilmo. e Exmo. Snr. Governo Provisório da Província do Pará.

O coronel Francisco José Rodrigues Barata – Joaquim Pereira de Macedo – Antônio Corrêa de Lacerda.²⁵⁶

Segundo a tese de Shirley Nogueira, a repercussão desse documento pode ser percebida já em 1821, quando o juiz ordinário de Alter do Chão, região de Santarém, bastante afastada da capital Belém, divulgou a reunião das Cortes em Lisboa e futura Constituição Portuguesa entre os índios. Por outro lado, Filipe Patroni não desistia de se tornar deputado e difundia entre os escravos de Cametá a necessidade de representação dos negros nas Cortes por meio de um deputado eleito.²⁵⁷ Assim, as origens da ebulição social vivida na Província do Grão-Pará durante esse período não podem ser explicadas, em última análise, pela participação ou não dos tapuios no processo eleitoral de 1821, mas como veremos no capítulo seguinte, pela escassez de projetos políticos voltados às populações nativas América

²⁵⁴ MUNIZ, Palma. Op. cit., p. 107.

²⁵⁵ Segundo André Machado: “Desse modo, num primeiro momento, fica evidente a inclusão dos tapuios no processo eleitoral o que representava, em tese, o reconhecimento de que estes indivíduos podiam reivindicar para si as prerrogativas dos homens livres.” (MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra...** Op. cit., p. 109).

²⁵⁶ Arquivo Público do Pará. Manuscrito avulso. Correspondência de diversos com o governo. 1821. O documento está transcrito na íntegra em: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 103-107.

²⁵⁷ NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 203

portuguesa durante a reunião das Cortes reunidas em Lisboa.

Partindo da afirmação de que “A Revolução Liberal é uma revolução legislativa”,²⁵⁸ entende-se que a Constituinte de 1820 consagrou o início de uma revolução legal e administrativa e marcou a implantação do constitucionalismo, do parlamentarismo e do exercício do direito do cidadão.²⁵⁹ Entendemos então, que os tapuios da Província do Grão-Pará estavam cientes dessa nova cultura política e esperavam que tais direitos estipulados na constituição os livrassem dos trabalhos forçados, tanto domésticos quanto militares. A eficácia da divulgação do direito à cidadania entre os indígenas do Grão-Pará pode ser percebida na leitura da documentação acima citada e transcrita.

O processo eleitoral na Província do Grão-Pará durou até o dia 10 de dezembro de 1821 e, portanto, faz-se necessário acompanhar a continuidade do processo para compreender o resultado final das eleições. Isso será feito no próximo capítulo, a partir da análise de Ofícios da Junta de Governo enviados às Cortes, dos debates parlamentares mapeados das Cortes de Lisboa e das notícias que circulavam na Província do Grão-Pará a fim de compreender o papel do índio no mundo português. O desfecho das eleições dos deputados paraenses às Cortes e as discussões realizadas em Lisboa serão analisadas no capítulo seguinte.

²⁵⁸ VARGUES, Isabel Nobre. **A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)**. Coimbra: Minerva, 2007, p. 22.

²⁵⁹ Ibidem.

3 AS ELEIÇÕES NO GRÃO-PARÁ, AS CORTES DE LISBOA E A POLÍTICA DE FILIPPE PATRONI

3.1 As primeiras eleições no Grão-Pará: Constituição ou morte

Como já é sabido, o processo eleitoral de 1821 foi marcado pela influente experiência constituinte espanhola de 1812, através das reuniões para elaboração da Constituição; porém, o ineditismo deste trabalho está relacionado especificamente à influência de Cádiz no Grão-Pará, tanto jurisprudencialmente, ao designar aos índios, antigos vassalos, o título de cidadãos espanhóis, quanto socialmente, pois, pela primeira vez no Atlântico, os espanhóis tornaram o caso indígena um problema constitucional. Assim, não é novidade imaginarmos que havia elevado o grau de ebulição política em toda a Província do Grão-Pará depois da adesão à reunião das Cortes portuguesas.

A Sagrada voz da liberdade que retumbou em todas as extremidades da Espanha, bem depressa se comunicou ao centro, e se fez por fim ouvir em Portugal. Os habitantes do primeiro destes formosos países que tanto sofreram, e trabalharam pela independência, e bem de seus Príncipes, tiveram uma retribuição bem pouco digna de tão generosos esforços [...] O divino Arguelles, o erudito Gallego, o profundo Ciscar, e tantos envoltos pelo mais hediondo despotismo, e caprichosa prepotência, na desventura, na miséria, na expatriação, ou entregues ao ferro dos assassinos, e vis satélites da tirania; exulta esta, porém é de curta duração seu triunfo, o estandarte da Razão e da Filosofia [...], e em todo o fértil solo da Espanha se repete um único brado: *Constituição ou morte*.²⁶⁰

O texto acima foi publicado em Lisboa por Daniel Garção de Melo,²⁶¹ que era aliado de Filippe Patroni, e demonstra a influência direta no Grão-Pará dos ideais liberais vividos na América espanhola a partir da Constituição de Cádiz. Inclusive, constam, ainda, no documento os nomes de três deputados espanhóis que estiveram presentes na reunião das Cortes espanholas: Arguelles, Gallego e Ciscar.

Como vimos no capítulo anterior, os conflitos estiveram ligados, inicialmente, ao processo eleitoral para a escolha dos deputados paraenses às Cortes de Lisboa, o que sacudiu a elite local e fez explodir disputas ferrenhas para continuar nos elevados cargos públicos. Para além da publicação da Constituição espanhola na íntegra — pelo Correio Braziliense —,

²⁶⁰ MELO, Daniel Garção de. **Peças interessantes relativas a revolução efeituada no Pará, a fim de unir a sagrada causa da regeneração portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

²⁶¹ Tipógrafo português, fez parte da história da imprensa no Grão-Pará ao ter se aliado a Filipe Patroni, João Batista Gonçalves Campos, José Batista da Silva e Antônio Dias Ferreira e ter fundado o jornal “O Paraense” em 22 de maio de 1822. Ver: COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes...** Op. cit.

panfletistas e periodistas também citavam as medidas direcionadas às questões indígenas durante os debates constituintes na Espanha, no desejo de que tais discussões se tornassem uma realidade em Portugal, como veremos no decorrer do capítulo.

Para isso, apresentamos três acontecimentos que julgamos importantes da época: o primeiro, quando Antonio Ladislau Baena testemunhou e relatou que, no dia 9 de janeiro de 1821, o padre José Joaquim Martins, vigário da Freguesia de Santana da Campina, 2º bairro de Belém do Pará, fizera um sermão “desmedido de expressões liberais nos encômios da Constituição portuguesa depois do Te-Deum, que mandou cantar na dita Igreja”.²⁶²

Tal acontecimento nos chamou a atenção porque ali se encontrava Filippe Patroni, o que já indicava a sua pretensão de ser um dos representantes do Grão-Pará na reunião das Cortes em Lisboa no mesmo ano de 1821, sem ser submetido à eleição.²⁶³ Patroni também quis levar consigo o Alferes de Milícias Domingos Simoens da Cunha e ainda pediu ajuda de custo para a viagem de ambos a Portugal.²⁶⁴ Para Baena, isso foi uma tentativa de golpe do jovem estudante cujo principal objetivo era fazer a Junta Provisória acreditar que ele era “o mais zeloso Corifeu da liberdade política” e, acima de tudo, queria passar por cima da Lei, pois, caso fosse para Lisboa como deputado sem ser eleito, estaria descumprindo as Instruções de 22 de novembro de 1820.²⁶⁵

Apesar de o vigário da Freguesia de Santana da Campina, já em 9 de janeiro de 1821, ter rezado uma missa com tom carregado de expressões liberais e falando em Constituição portuguesa, as Bases ainda não tinham chegado oficialmente ao Grão-Pará, já que foram feitas em março daquele mesmo ano. Assim, com a justificativa de dever obediência ao Rei, os maiores Ignácio Antônio da Silva e Manoel Joaquim dos Passos, governadores — o primeiro da Praça de Macapá, e o segundo da Província do Rio Negro —; e o coronel da Legião Miliciania Antonio Joaquim de Barros e Vasconcellos, inspetor dos direitos da Ilha Grande de Joanes, atual Ilha do Marajó, não aderiram à dita revolução, ao que tudo indica devido à aprovação de D. João ter sido explanada somente em fevereiro, e, portanto, seriam acusados de crime de lesa-majestade.

O não alinhamento dos governantes acima citados ao grito de 1º de janeiro de 1821 chamou atenção também de Palma Muniz.²⁶⁶ Foram demitidos ainda em janeiro de 1821 e esta decisão pode ter sido bastante comemorada pelos tapuios, pois “era ele muito odiado

²⁶² BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio...** Op. cit. p. 322

²⁶³ Ibidem, p. 323

²⁶⁴ Ibidem, p. 323

²⁶⁵ Ibidem, p. 322, 323.

²⁶⁶ MUNIZ, João de Palma. Op. cit.

naquela ilha pelas compressões violentas que exercia na cobrança dos impostos”.²⁶⁷ Além disso, como já foi dito em capítulo anterior desta pesquisa, a maioria da corporação de milícias era formada por indígenas, o que aumenta a nossa ideia de demissão comemorada.

O governador da Praça de Macapá, Inácio Antonio da Silva, foi mais além do inspetor e declarou a região de seu comando independente do Grão-Pará, não reconhecendo a autoridade da nova Junta Provisória. Para forçar sua saída do cargo, a mesma Junta suspendeu o pagamento dos soldos, o que criou enorme revolta dos tapuios militares no Forte de Macapá. Desta forma, os ânimos no interior das tropas já estavam bastante exaltados.²⁶⁸ Este primeiro relato serve para mapear a tensão social no Grão-Pará e perceber que não estava resumida somente à sua capital.

Baena também descreveu o segundo acontecimento destacado nesta pesquisa: o *Plano* de eleições de Patroni publicado no exemplar n. 10 do Periódico Indagador Constitucional: “Um deputado deverá corresponder a cada trinta mil almas, entrando neste número os escravos, os quais, mais que ninguém, devem ter quem se compadeça deles, procurando-lhes uma sorte mais feliz, até que um dia se lhes restituam seus direitos. [...] Ah! Quem dera ser o Penn do Pará!”.²⁶⁹ Relatou, ainda, Baena: “o mesmo Patroni achando-se de visita em uma casa pediu agua: um moloque lh’a deo; depois de beber levantou-se, e fallando com o negrinho lhe agradeceo nestes termos = Obrigado; tu és um ente tão livre como eu, o direito da tyrannia te tem escravo; tomara eu...”²⁷⁰

Além desse testemunho, Baena descreveu um Decreto de 24 de fevereiro de 1821 que enviou um juiz de fora para o Pará, mais especificamente para a Vila de Cametá, com o intuito de promover atividades com os juízes ordinários leigos para o conhecimento das leis e, assim, “[...] pelo segundo Diploma o Soberano manda jurar as bazes fundamentaes da Constituição, em que as Cortes da Monarchia Portugueza trabalhão em Lisboa”.²⁷¹ Esses juízes ordinários eram índios, mais precisamente tapuios. Em outras Vilas do Grão-Pará, as adesões foram feitas sem precisar enviar reforços jurídicos, como foi o caso de Santarém, Salvaterra, Soure, Macapá, entre outras; porém, Cametá, por contar com número expressivo de escravos negros e cargos públicos ocupados por tapuios, tinha atenção especial do governo, pois não seria difícil alguma rebelião acontecer.

²⁶⁷ APEP. Códice n. 717. Ofício de 17 de julho de 1821 da Junta Provisória de Governo ao governo de Portugal. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 59-60.

²⁶⁸ APEP. Códice n. 774. Ofício de 28 de fevereiro de 1821 da Junta Provisória do Pará ao Governador da Praça de Macapá; Ofício de 20 de agosto de 1821.

²⁶⁹ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio...* Op. cit., p. 328.

²⁷⁰ Ibidem, p. 328.

²⁷¹ Ibidem, p. 324.

Tanto o governo quanto Patroni estavam atentos à região do baixo Tocantins, visando às eleições e interessados nos negros e nos tapuios, visto que, naquela época, a maior quantidade de escravos negros do Grão-Pará estava principalmente ali, fato explicado por ter abrigado a maior concentração de engenhos de açúcar do norte do Brasil.²⁷² Ao constarmos um número elevado de tapuios ocupando cargos públicos, direcionamos esta quantidade ao controle do grande contingente de escravos negros da região, pois, para o governo, era interessante manter índios e negros em situações diferentes para não haver alianças entre eles e, conseqüentemente, possíveis rebeliões.

[...] chegando àquella capital pretendeo ser introduzido nas Côrtes como Deputado, mas sendo repellido principiou a forjar planos e concebeo o projecto da liberdade dos escravos, o qual fez imprimir no nº 10 do Indagado Constitucional e em Separado; e o mandou distribuir pela gente de Côr, que pela sua leitura concebeo ideias e esperanças de liberdade e a dispoz para a Independencia, para que elle e outros começavam a trabalhar.²⁷³

Filippe Patroni foi acusado de difundir entre os escravos de Cametá a necessidade de representação dos negros nas Cortes por meio de um deputado eleito; o paradoxo tanto dessa interpretação quanto de suas ações com relação aos escravos negros sempre foi pautado ora na ambição política, ora na filantropia. Com relação à atividade política, na época, foi acusado de se autopromover e utilizar da propaganda direcionada aos cativos para se tornar deputado e definitivamente participar da reunião das Cortes em Lisboa, em 1821.²⁷⁴ A relação com a filantropia apareceu em análises historiográficas a partir de 1823, quase sempre descrita juntamente com a ideia de que Patroni teria sido precursor da liberdade aos escravos negros no Pará e colocando-o como seu libertador.²⁷⁵

²⁷² “O açúcar, nervo e vida do nordeste brasileiro, foi igualmente industria amazônica de cotação alta. Os canaviais amazônicos cobriram grandes terras nas localidades circunvizinhas a Belém. Essas terras povoadas pelos plantadores de cana, proliferando-se dezenas de engenhos, que simbolizavam o *status* social da época – como os de Pantoja e os de Moraes Bittencourt, grandes proprietários de engenhos, de imensos canaviais e de grossa escravaria [...]” (CARDOSO, Alanna Souto. **Apontamentos para História da Família e Demografia Histórica da Capitania do Grão-Pará (1750-1790)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008, p. 56). Ver: LIMA, Ana Renata do Rosário de. **Revoltas camponesas no Vale do Acará 1822-1840**, Belém, Prefeitura Municipal de Belém, 2004.

²⁷³ LEAL, Philippe José Pereira. Sobre os acontecimentos políticos que tiveram lugar no Pará em 1822-1823. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 22, 1859, p. 162.

²⁷⁴ Ver: BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Compêndio...** Op. cit.

²⁷⁵ Ver: COELHO, Geraldo Mártires. **Ação e reação na Província do Pará: o conflito político social de 1823**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1978; COELHO, Geraldo Mártires. **Letras e baionetas...** Op. cit.; SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit. “Em 1820, na vila da Cametá, no Pará, desertores e aquilombados atacaram as áreas vizinhas e as embarcações que passavam pelas vias fluviais da região. O governo em Belém, reagiu com tropas e prendeu cerca de 500 escravos. Parte das elites, bastante convulsionadas com as rixas entre brasileiros e portugueses, viu nessa sublevação uma continuidade com a posição do religioso Felipe Patroni publicada no Indagador Constitucional de Lisboa. Ele propunha que o

Para além da ideia de posicionar Patroni como libertador dos escravos africanos ou como ambicioso político do Grão-Pará, nossa análise, aqui, orientar-se-á pela interpretação que este político fez sobre as leis relacionadas às eleições, não esquecendo, ainda, sua formação acadêmica em Direito na Universidade de Coimbra. Desde 1810, durante a reunião das Cortes espanholas em Cádiz, as questões relacionadas à inclusão das pessoas livres originárias da África e ao tráfico negreiro já faziam parte das discussões políticas no Atlântico; porém, não se discutiu a escravidão negra.²⁷⁶ Assim, disseminar a ideia de direito à cidadania aos libertos e demais descendentes de africanos não foi um ato isolado de Patroni e menos ainda do mundo português, embora a liberdade aos escravos negros não tenha sido cogitada nas experiências constitucionais anteriores.

Mais do que traduzir como um ato heroico ou filantrópico, trabalhamos com a hipótese de que Patroni entendeu, na letra da lei, o direito de voto e cidadania aos negros livres a partir das Instruções eleitorais e pelo Decreto para a eleição dos deputados ultramarinos aprovado em março de 1821, além das Instruções eleitorais, que foram as mesmas aprovadas na cidade de Cádiz, em 1812²⁷⁷ e, ao que tudo indica, quis estender este direito aos escravos por conta própria. Tais instruções não faziam referência alguma à liberdade dos escravos ou ao direito ao voto a esta parcela da população;²⁷⁸ porém, entendeu Patroni que toda a população negra e mulata livre tinha direito ao voto, a partir da abolição gradual da escravidão.

Obviamente, não é nosso objetivo fazer aqui uma análise dos debates em Lisboa relacionados ao tema dos africanos e do tráfico negreiro; nosso intuito é ilustrar a interpretação da lei por um político paraense no interior da Amazônia nos primeiros meses de 1821 para entendermos o processo eleitoral daquele momento.²⁷⁹ Portanto, mais uma vez, chegamos à conclusão de que a circulação de ideias referentes aos direitos do cidadão estava presente desde os primeiros anos do século XIX e muito mais próxima dos tapuios e da população paraense em geral.

O terceiro e último acontecimento ocorreu na região do Baixo Amazonas, em 31 de janeiro de 1821, na Vila de Santarém, quando, em um ato solene, o então vigário geral do Baixo Amazonas, padre Manoel Fernandes Leal, discursou ao “povo” reconhecendo a soberania das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes residentes em Lisboa, e

escravo pudesse exercer a representação ao participar das eleições e falava da união das raças com a igualdade de direitos.” (SOUZA, Iara Lis Shiavinatto Carvalho. *Cultura política do primeiro liberalismo constitucional: a adesão das Câmaras no processo de autonomização do Brasil*. *Araucaria*, v. 9, n. 18, p. 13-14, 2007).

²⁷⁶ Ver: BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tamis. Op. cit., p. 116.

²⁷⁷ Ibidem, p. 150-151.

²⁷⁸ Ibidem, p. 150-153.

²⁷⁹ Ver: BERBEL, Márcia Regina. *A nação...* Op. cit.; BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tamis. Op. cit.

defendendo os direitos dos cidadãos.²⁸⁰ Na verdade, várias adesões são descritas em correspondências com o governo de Portugal, na primeira metade de 1821, foram elas: Salvaterra, em 22 de janeiro; Soure, em 2 de fevereiro; Monforte e Vila Nova de Marajó, em 5 de fevereiro; Macapá, em 3 de março; Gurupa, em 14 de março, Mazagão, em 28 de março e, em 31 de março, Bragança e Tury-assú,²⁸¹ mas a escolha de Santarém é justificada pela distância considerável com a capital do Grão-Pará e pela grande quantidade de tapuios existentes ali naquele momento.

A interpretação de Shirley Nogueira da Silva acerca da representação política do Pará nas Cortes portuguesas gira em torno de dois acontecimentos envolvendo indígenas e negros: (i) a acusação, feita pela Junta Provincial, na mesma região acima citada, de que o juiz ordinário de Alter do Chão teria divulgado a Constituição portuguesa entre os índios e (ii) a notícia de que Patroni difundira, no mesmo ano, entre os escravos de Cametá, a necessidade de representação nas Cortes de 1821.²⁸² De qualquer modo, faz-se necessário deixar claro que não havia Constituição em 1821. É bem verdade que o objeto de estudo da autora é a soldadesca do Grão-Pará no período de 1750 a 1850; por isso, não houve análise mais profunda sobre o ano de 1821 — e nem seria necessário, pois o enfoque da pesquisa salta do 1º grito de adesão às Cortes para 1823 e para a adesão da Província à Independência do Brasil. Para ela, os dois acontecimentos parecem mostrar uma ameaça à ordem da sociedade paraense.

De todo modo, ao descrever os dois acontecimentos a autora nos ajuda a refletir sobre a tensão política vivida ali durante os preparativos para as eleições que aconteceriam sem demora e, mais ainda, sobre a relação dos envolvidos com o cumprimento da letra da lei. Como já foi dito anteriormente, o relato envolvendo Patroni está relacionado à interpretação das Instruções eleitorais; nesse relato, não constava qualquer impedimento de voto aos negros livres e o juiz não estava fazendo nada mais do que cumprir a lei ao divulgá-la para a população, portanto, não havia motivos para qualquer acusação.

Em meio à novidade vivida na Província e em todo o Império português, a Junta Provisória de Governo nomeou, em 16 de maio de 1821, uma comissão para dar andamento às eleições no Grão-Pará.²⁸³ Os membros da Junta eram: juiz de fora Joaquim Pereira Macedo, físico-mor Antônio Correa de Lacerda e coronel Francisco José Rodrigues Barata, como

280 APEP. Códice manuscrito, n. 388. Correspondência de diversos com o governo. 1820-1826. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 60

281 APEP Códices n. 319, 378, 387, 388, 391. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 60.

282 NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 203.

283 INSTRUÇÕES para as eleições dos Deputados das Cortes, segundo Methodo estabelecido na Constituição Hespanhola, e adotado para o Reino de Portugal. **Gazeta de Lisboa**, 22 nov. 1820.

indicava o art. 34 do capítulo II das Instruções eleitorais, pois, “para eleição dos Deputados de Cortes, se [deveriam] formar Juntas Eleitoraes de Freguezias, Comarcas e Províncias”.²⁸⁴ As conferências do resultado das eleições ficaram sob responsabilidade dos nomeados, bem como a aplicação das Instruções eleitorais, a qual foi denominada: “importante objeto dos empreendidos trabalhos”,²⁸⁵ não esquecendo ainda que essas foram as mesmas utilizadas em Cádiz.

Os problemas operacionais eram frequentes em todas as Províncias do Reino e se agravavam, principalmente, pela enorme dificuldade de percorrer seu território. Assim, o processo eleitoral de 1821 foi marcado por notícias sobre locomoção e comunicação na Floresta, já que o principal transporte utilizado era a embarcação nos mais variados tamanhos e formatos. Sem dúvida, a extensão territorial e os quilômetros de rios navegados necessários para alcançar comunidades por toda a Província foram as maiores dificuldades durante as primeiras eleições para escolher os deputados paraenses às Cortes portuguesas reunidas em Lisboa.²⁸⁶

A Província do Pará está hoje dividida em três comarcas; Pará propriamente, Marajó, Rio Negro. Não é preciso estar muito versado na topografia paraense: basta atender à extensão desta Província em paralelo com as de Portugal, para se concluir que é necessário dar muito tempo para a celebração das Juntas de Freguesia, Comarca e Província. Eu afianço, talvez com certeza, que isto não se poderá verificar senão passado mais de ano. Combine-se a extensão do país com a dificuldade de navegar. Como há de um leitor da paróquia de S. José de Marabitanas buscar a Barra do Rio Negro, cabeça da Comarca, sem navegar 50 dias o imenso espaço de 250 léguas por onde cavadas? Que incômodos, que males não experimentará, navegando até a capital da Província, sulcando um mar eternamente proceloso de 485 léguas, pelo tempo de 90 dias, e sendo obrigado a sofrer sempre os mesmos incômodos na ida e vinda?²⁸⁷

A Junta Preparatória apresentou seu parecer sobre o andamento do processo eleitoral um mês depois da nomeação de seus membros, em 25 de junho de 1821, os quais apontaram como sua maior dificuldade a demora na entrega da relação dos censos de 1793 e 1799 e, principalmente, a confusão para distinguir povos e comunidades da Província naqueles documentos. Na época, já havia o mapa geral da Comarca do Pará, que compreendia:

²⁸⁴ INSTRUÇÕES para as eleições dos Deputados das Cortes, segundo Methodo estabelecido na Constituição Hespanhola, e adotado para o Reino de Portugal. **Gazeta de Lisboa**, 22 nov. 1820. Artigo 84, Capítulo I: Do modo de formar as Cortes.

²⁸⁵ APEP. Códice manuscrito n. 774.

²⁸⁶ APEP. Manuscrito avulso. Correspondência de diversos com o governo. 25 de junho de 1821. Este parecer esta transcrito na íntegra em: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 103-107.

²⁸⁷ MELO, Daniel Garção de. Op. cit.

todas as vilas de Ministro Vara Branca, Juizes Ordinários e os julgados, declarando a extensão dos Termos de cada uma, as Freguesias que nelas se compreendem, o número de denominação dos engenhos, lugares mais notáveis, ou Aldeias e números dos Fogos, e habitantes, notando também os lugares por onde passam as principais Estradas de comunicações para as diversas capitanias, e a distância que nestes lugares há d'uns a outros.²⁸⁸

Tais vilas somavam mais de 94.000 habitantes das Comarcas do Pará e Marajó sem contar com a Comarca de Rio Negro.²⁸⁹

A população da Província havia aumentado consideravelmente entre os anos de 1793 e 1821 e, obviamente, alguns autores consagrados questionaram a não utilização dos mapas populacionais de 1816 pela Junta Preparatória das eleições, como, por exemplo, Palma Muniz. A resposta está no adendo do Artigo 30 das Instruções eleitorais enviados por Lisboa, que indicava a utilização de censos até 1801.

Art. 30. Para o calculo da povoação dos domínios Europeos, servirá o ultimo cadastro do anno de 1797, até que possa formar-se outro; e formar-se-ha o correspondente ao calculo dos domínios ultramarinos, servindo entretanto os mais authenticos cadastros ultimamente formados.

Ad. Para o calculo do anno da nossa Povoação servirá o Recenseamento de 1801, em quanto se não fórma outro mais exacto. [grifo nosso]²⁹⁰

Durante os preparativos eleitorais, surgiu uma discussão sobre possível desmembramento da Comarca do Pará e união das Comarcas do Rio Negro e Marajó no intuito de render um deputado para cada região, pois havia enorme discrepância populacional entre elas. Porém, no parecer assinado pela Junta de eleições e enviado à Junta de Governo do Grão-Pará, em 25 de junho de 1821, a comissão esclareceu a impossibilidade de desmembramento com base na distância das Comarcas, bem como em razão da dificuldade de locomoção dos eleitores, e defendeu os interesses da Comarca do Pará, onde estava situada a capital da Província:

[...] é inteiramente inadmissível: 1º porque não há lei que a tal desmembramento nos autorize; 2º porque não existindo esta lei nós íamos lesar os direitos da Comarca do Pará que devendo, segundo a sua população, dar dois deputados, se reduzia a dar somente um; 3º porque os eleitores de Paróquia que desde o rio Turiassu e outras partes se deveriam reunir em

²⁸⁸ POMBO, Joaquim Clemente da Silva, Desembargador Ouvidor. **Mapa populacional de 1816**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Manuscrito n. 344.

²⁸⁹ Ibidem.

²⁹⁰ INSTRUÇÕES para as eleições dos Deputados das Cortes... Op. cit. Artigo 84, Capítulo I: Do modo de formar as Cortes.

Marajó, sofrem nisto maior incômodo do que vindo à Cidade do Pará [...]; 4º a mesma sorte tinham de experimentar os eleitores que desmembrados da Comarca do Pará houvessem de subir a Barra do Rio Negro, cabeça daquela Comarca.²⁹¹

No mesmo parecer, a Junta Preparatória justificou algumas alterações no processo tanto com relação às eleições de Compromissários quanto às datas previstas pelas Cortes de Lisboa para a realização do processo, por haver “povoações sem pároco e sem um homem que [soubesse] ler ou escrever, vilas mesmo sem pessoas assaz instruídas para poderem interpretar, explicar e fazer entender as Instruções sem, contudo, atacarem a representação individual”.²⁹² Deste modo, o artigo 43 não seria cumprido, pois claramente estabelecia eleições de Compromissários para nomeação de eleitores paroquiais dependendo do número de fogos²⁹³ e, mesmo que a Freguesia tivesse menos de vinte fogos, tinha o direito de se unir a outras próximas para elegerem seu Compromissário.²⁹⁴

Ainda sobre os Compromissários, apesar de não provar que este critério foi seguido na Bahia ou no Pará, Maria Beatriz Nizza da Silva citou um trecho do periódico baiano *Semanário Cívico*, que foi publicado, na Bahia, em 7 de julho de 1821, ou seja, durante o processo eleitoral para representantes junto à Corte de Lisboa: “As qualidades que devemos procurar nos compromissários são de juízo reto, conhecimento das pessoas da respectiva freguesia, e decidido amor à causa da Constituição. Estas qualidades podem encontrar-se no preto, no branco, no rico, no pobre, no nobre, no mecânico”.²⁹⁵ Chamamos atenção para esta categoria de eleitores, pois a Província do Grão-Pará contava com uma parcela considerável de tapuios e, estes, enquadravam-se nas exigências para tal representação. Vejamos o Ofício citado abaixo:

²⁹¹ APEP. Manuscrito avulso. Correspondência de diversos com o governo. 25 de junho de 1821.

²⁹² Ibidem.

²⁹³ “Por fogo entende-se a casa, ou parte dela, em que habita, independentemente, uma pessoa ou família; de maneira que em um mesmo edificio pode haver dois ou mais fogos”. (NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**: do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 13-20).

²⁹⁴ “Para evitar que as povoações de menos de 200 fogos ficassem sem representação, determinou-se que os lugares de 20 fogos elegeriam um compromissário, os de 30 a 40, dois, de 50 a 60, três, e assim sucessivamente; cada grupo de 11, ou pelo menos de 9 compromissários elegeriam um eleitor de paróquia. Os eleitores de paróquia, por seu turno, reunindo-se na cabeça da comarca, elegeriam os eleitores de comarca, cujo número total deveria ser o triplo dos deputados a eleger, e finalmente os eleitores de comarca, reunindo-se na cabeça da província, elegeriam os deputados a Cortes, na razão de um por trinta mil almas.” (MARTINS, José V. de Pina. **Joaquim de Carvalho**: historiador das instituições e pensador das ideias políticas: a corrente regeneradora do séc. XIX. Disponível em: <<http://www.joaquimdecarvalho.org/artigos/artigo/157-Joaquim-de-Carvalho-historiador-das-instituicoes-e-pensador-das-ideias-politicas-por-Jose-V.-de-Pina-Martins->>. Acesso em: dez. 2012).

²⁹⁵ *Semanário Cívico*, 7 jul. 1821. Ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Op. cit. p. 317.

[...] É muito interessante que às respectivas Autoridades e, em ofício separado, ordene Vmcê, que lhe remetam, logo que possam, a conta da despesa, que por qualquer título se fizer com as respectivas eleições, compreendendo os salários e mantimentos dos Índios, que forem empregados em diligências para este fim.

Recebidas que sejam as ditas contas, Vmcê as remeterá a esta junta para serem examinadas, e se calcular a despesa. [...].²⁹⁶

O documento comprova a utilização de mão de obra indígena pela Junta Preparatória de eleições e, estes nativos, foram remunerados para realizar o trabalho, o que indicaria o cumprimento dos critérios por parte destes tapuios para serem elegíveis Compromissários. Assim, mais uma vez indicamos que, esta parcela da população indígena participou de forma ativa do processo eleitoral.

A Junta de Governo elogiou o relatório classificando-o nos conformes com o espírito das Instruções, mas pediu agilidade no processo e, devido à provável demora na escolha final dos Deputados a partir do cronograma feito pela Junta Preparatória, pediu um novo mapa eleitoral com a exclusão da Comarca do Rio Negro.²⁹⁷ Em resposta ao atraso das eleições de deputados, a Junta Preparatória culpou tanto a distância entre uma Comarca e outra como, também, a incapacidade dos indígenas que ocupavam cargos públicos para colocar o processo em prática, como podemos ver na citação:

Senhor – Quando por ofício de 5 de fevereiro tivemos a honra de participar à Junta Provisional do Governo Supremo de Portugal a heróica resolução que haviam tomado o povo e tropas desta Cidade no memorável dia 1º de janeiro, nada mais então os era possível fazer, por não termos ainda recebido documentos, que nos certificassem à adesão, posto que provável da maior parte da Província.

[...] Temos também a honra de prevenir a V. M. que posto que nos ocupamos já dos trabalhos relativos à eleição dos nossos deputados, esta não se poderá infelizmente verificar tão cedo como desejamos, atendidas as grandes distâncias da Província, a incerteza das viagens, e mesmo a incapacidade dos Juizes Índios em grande parte.²⁹⁸

Assim, mais que confirmar a hipótese de que a participação dos tapuios no processo eleitoral para as Cortes de Lisboa foi, de fato, ativa, o documento acima indica a nomeação destes naturais a cargos públicos, como Juizes Ordinários. É sabido que, este cargo não era de grande importância na administração do Estado Português, porém, não podemos ignorar a

²⁹⁶ APEP. Códice n. 774, fls. 127. 30 de julho de 1821. Ofício da Junta de Governo ao Ouvidor Geral da Comarca do Pará e ao Desembargador da Ilha do Marajó Dr. José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada.

²⁹⁷ APEP. Códice manuscrito, n. 774. 30 de junho de 1821.

²⁹⁸ AHU, ACL, CU 013, cx. 150, D. 11.616. APEP. Códice n. 717. Correspondência do Governo com as Cortes. 1821-1822. 18 de maio de 1821. Cópia transcrita em: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 92.

autoridade, mesmo que mínima, destes índios e, sem dúvida, a possibilidade de tornarem-se cidadãos era real.²⁹⁹

Enquanto a Junta Preparatória das eleições preparava a logística para implementar o sistema eleitoral enviado pela península, em 17 de julho de 1821, a Junta Provisória de Governo enviou uma correspondência às Cortes suplicando que a Comarca do Rio Negro, com 15.000 almas, fosse contemplada, excepcionalmente, com o envio de um deputado à Constituinte de 1821, sob a justificativa da distância entre as Comarcas:

[...] Muitas razões persuadem a necessidade desta Providência. Primeiramente a grande e incalculável demora das eleições, se os eleitores daquela comarca devem concorrer a esta Cidade a formar a Junta Eleitoral de Província na forma do Cap. 5º. das Instruções.

[...] São, além disso, muito incertíssimas as viagens pelos rios do Sertão. De quantas causas produzem esta incerteza é a mais frequente, e inevitável a inconstância dos Índios, os melhores, ou antes, os únicos práticos daquela navegação, sujeitos a abandonarem as canoas sejam de serviço público, ou particular, sem que haja contra isso remédio algum eficaz de temor, ou de interesse, porque nada é capaz de os fixar; [...].³⁰⁰

A Junta de Governo sofria forte oposição na Província e a exclusão da Comarca do Rio Negro foi um forte indicativo de tensão no Grão-Pará. Ainda na mesma correspondência, a Junta pediu demissão às Cortes alegando falta de força moral e existência de facções contrárias às decisões do Governo.³⁰¹ Justificou, ainda, a não utilização da força para não perturbar a tranquilidade da Província, o que nos induz a interpretar que tais facções eram compostas por membros da elite provincial, podendo ser tanto contrárias à forma como a Junta governava ou até mesmo às eleições.

Em 26 de julho de 1821, finalmente, o mapa eleitoral foi finalizado: Comarca do Pará, 9.950 fogos, 449 compromissários e 50 eleitores de paróquia; Comarca do Marajó, 854 fogos, 44 compromissários e 4 eleitores de paróquia.³⁰² Após o término da contagem de eleitores, as

²⁹⁹ APEP. Códice n. 717. 18 de julho de 1821. Correspondência do Governo com a Corte. 1821-1822. “Desse modo, num primeiro momento, fica evidente a inclusão dos tapuios no processo eleitoral o que representava, em tese, o reconhecimento de que estes indivíduos podiam reivindicar para si as prerrogativas dos homens livres. No entanto, na prática, um exame mais detido revela a persistência de velhos mecanismos que, em virtude do enquadramento peculiar desses indígenas na sociedade paraense, excluía essa possibilidade para a grande massa dos tapuios.” (MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra...** Op. cit., p. 109).

³⁰⁰ APEP. Códice manuscrito, n. 717. Correspondências do Governo com as Cortes. 17 de julho de 1821.

³⁰¹ Ibidem.

³⁰² “O mapa relativo às Comarcas do Pará e Marajó, apresentado pela Junta Preparatória, em resumo oferece as estatísticas seguintes: Comarca do Pará – N. S. da Graça: Sé 772 fogos e Penacova, 12 fogos, 31 compromissários, 4 eleitores de paróquia. **Santa Anna: Campina, 1222 fogos e Benfica 19 fogos, 31 compromissários, 6 eleitores de paróquia.** S. Espírito Santo: Ourém, 62 fogos; Tentugal, 10 fogos; Porto Grande, 91; S. Miguel (Cachoeira) 62 fogos, N. S. da Piedade (Irituia) 64 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. S. José (Acará) 197 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Espírito Santos (Mojú) 228

datas das eleições foram definidas: o último domingo de outubro para as eleições de paróquia, o último domingo de novembro para as eleições de comarca e o segundo domingo de dezembro para as eleições da Província — com a Comarca do Rio Negro (1.500 fogos, 84 compromissários e 6 eleitores) excluída. Com base na documentação, verificamos que, dentro da Comarca do Pará, 2 paróquias tiveram o maior número de eleitores, no total de 6 para cada uma. A de Santa Anna — palco do 1º acontecimento relatado no início do capítulo, quando o vigário da Freguesia fez um sermão com ênfase para a Constituição portuguesa, logo após o grito de adesão — e a de Santa Cruz — que abrigava a Vila de Cametá, também relatada como um barril de pólvora no 2º acontecimento vivido na Província às vésperas do processo eleitoral.

Assim, a Vila de Cametá, com 1.143 fogos — ou seja, “a casa, ou parte dela, em que habita, independentemente, uma pessoa ou família registradas”³⁰³ — e uma população total de 9.450, dividida em 8.068 livres e 1.382 escravos,³⁰⁴ nos aponta uma média de 7 pessoas livres por casa. Além disso, segundo a historiadora Alanna Cardoso, o emprego de militar era exercido por 23,72% dos cabeça de famílias da Vila na virada do século XVIII para o XIX, sendo este o maior contingente do Grão-Pará.³⁰⁵

fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Sant’Anna (Igarapé-miri) 223 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia, **Santa Cruz: Cametá 1.143 fogos, Azevedo 110 fogos, Baião 14 fogos, Itaboca 12 fogos, 31 compromissários, 6 eleitores de paróquia.** Oeiras 292 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Portel 740 fogos, 31 compromissários, 4 eleitores de paróquia. Gurupá: Gurupá 95 fogos, lugar anexo 12 fogos, Carrazedo 43 fogos, Villarinho 61 fogos, Porto de Moz 31 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Pombal 215 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Sousel, 229 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Santarém: Santarém 130 fogos, Alter do Chão 104 fogos, Villa Franca 85 fogos, 20 compromissários, 2 eleitores de paróquia. Boim 80 fogos, Pinhel 58 fogos, Aveiro 78 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Óbidos: 140 fogos, Faro 98 fogos, Alenquer 57 fogos, 21 compromissários, 2 eleitores de paróquia. Monte Alegre: Monte Alegre 117 fogos, Outeiro 49 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de Paróquia. Arraiolos: Arraiolos, 58 fogos, Espozende, 56 fogos, Almeirim, 36 fogos, Fragoso 22 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Mazagão: Mazagão 155 fogos, Cajary 14 fogos, 11 compromissários, Macapá: 416 fogos, Villa Vistosa 19 fogos, 21 compromissários, 2 eleitores de paróquia. N. S. da Conceição (Abaeté) 214 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Beja, 92 fogos, Conde 82 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Barcarena 158 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Villa de Cintra: Cintra 68 fogos, Salinas 13 fogos, Villa Nova d’El Rei 46 fogos, Santarém Novo 32 fogos, Odivellas 28 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Villa da Vigia: Vigia 341 fogos, Porto Salvo 37 fogos, Penhalonga 7 fogos, Collares 32 fogos, 21 compromissários, 2 eleitores de paróquia,. Bragança 225 fogos, Vimioso 76 fogos, 21 compromissários, 2 eleitores de paróquia. Turi-assu 54 fogos, S. José do Piriá 16 fogos, Serzedello 57 fogos, Vizeu 57 fogos, Redondo 17 fogos, 16 compromissários, 1 eleitor de paróquia. *Comarca da Ilha de Joannes* – Villa Nova de Marajó 96 fogos, Monsarás 73 fogos, Condexas 9 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. Monforte 156 fogos, Salvaterra, 77 fogos, Soure 43 fogos, Mondim 28 fogos, 11 compromissários, 1 eleitor de paróquia. S. Francisco do Muaná 186 fogos, Ponta de Pedras 46 fogos, Villar 18 fogos, 11 compromissários.” (APEP. Códice manuscrito avulso, n. 774. Correspondência de diversos com o governo. 1821. 26 de julho de 1821). Ver também: MUNIZ, João de Palma, p. 109.

³⁰³ NICOLAU, Jairo. Op. cit., p. 13-20.

³⁰⁴ MACHADO, André Roberto de Arruda. A quebra... Op. cit., p. 307.

³⁰⁵ “Pode-se constatar que a freguesia com maior participação de Cabeças de Famílias que exerciam o emprego de militar era a de Cametá, com 23,72% das cabeças, seguida pela Freguesia da Sé com 17,54%, Santana com 15,60%, Moju, com 6,54%, Macapá, seguida por Abaeté com 4,31%, Cachoeira do Arary com 3,31% e Mazagão

Ora, se a maioria do corpo militar da Província era formada por tapuios e a maior parte estava centralizada na região do Baixo Tocantins e na capital, sem dúvida eles foram contabilizados nos fogos de 1821, fazendo, então, parte do bojo eleitoral para a escolha de deputados das Cortes de Lisboa. Votaram, portanto, e em todas as instâncias. De certa forma, seguindo as mesmas orientações das Cortes de Cádiz, a contagem era feita através de “almas” e, no mundo católico apostólico romano dos Impérios português e espanhol, tanto para justificar a escravidão negra africana quanto a indígena, para ter alma o indivíduo deveria ser catequizado e, portanto, constar nos autos de batismos das Paróquias americanas.

Os tapuios no Grão-Pará eram considerados índios civilizados, ou seja, catequizados e, portanto, havia registros deles nas Paróquias. Assim, na letra da lei, os tapuios estavam incluídos no processo eleitoral, como veremos na citação abaixo:

A Junta Preparatória das Eleições opina que as Assembleias Paroquiais para a nomeação dos Eleitores de Paróquia se devem congregar no segundo domingo de outubro, assim nesta comarca como na de Marajó; as de Comarca no último domingo de novembro, e a de Província no segundo domingo de dezembro, devendo as Assembleias Paroquiais, quando não concluíam a eleição no dia marcado continuar nos dias seguintes até que a ultimem. [...] A Junta Preparatória se compraz de ter desta maneira concluído a sua tarefa, e estimará que mereçam os seus limitados trabalhos a aprovação de V. Exa.³⁰⁶

A partir da leitura do documento, não há dúvida, portanto, de que os indígenas civilizados conhecidos como tapuios participaram de forma direta do processo eleitoral para a escolha dos deputados enviados às Cortes de Lisboa. Nesta pesquisa, foram transcritos, inclusive, trechos de documentos oficiais da época, em que esses índios aparecem como responsáveis pelos transportes das documentações eleitorais. É bem verdade que jamais tantos habitantes haviam sido mobilizados para cumprir um processo de cunho eleitoral; obviamente, pelo ineditismo do Constitucionalismo na América portuguesa, tais eleições sacudiram o Pará politicamente, em todas as esferas.

Tanto o ouvidor geral da Comarca do Pará quanto o da Ilha de Marajó — Dr. José Ricardo da Costa Aguiar Andrada, da família dos Andradas, eleito por São Paulo — receberam ordens para iniciar o processo eleitoral e, nesse Ofício, nada consta em relação à Comarca do Rio Negro. Receberam, ainda, como já vimos ordem de pagamento aos índios que trabalharam no processo.

com 2,59%. As demais freguesias contribuíram com este tipo de emprego com valores abaixo de 1%.” (CARDOSO, Alanna Souto. Op cit., p. 106).

³⁰⁶ APEP. Manuscrito avulso. Correspondência de diversos com o governo. 26 de julho de 1821.

Seguindo as Instruções eleitorais, após as eleições dos compromissários e dos eleitores de paróquia, em 10 de dezembro de 1821, ocorreu a eleição dos dois deputados e um substituto como representante do Grão-Pará nas Cortes de Lisboa, como veremos na citação abaixo:

A mesa da Junta eleitoral da Província do Grão-Pará, reunida nesta Capital da Província, tendo efetuado na conformidade das Instruções de Eleições, a Eleição de dois Deputados e um Deputado Substituto, pertencentes a esta Província, apressa-se a levar a conhecimento de V. Exa. por meio da cópia inclusa do Auto das ditas Eleições, os resultados das votações, da mesma Junta. D. G. a V. Exa. Pará nos Paços do Conselho aos 10 dias do mês de dezembro de 1821. Ilmo. e Exmo. Snr. Governo Provisório da Província do Pará – Antônio Correa de Lacerda, presidente – Thomas Tavares Basto, secretário – João Pedro Ardasse, escrutinador – Theodósio Constantino Chermont, escrutinador.³⁰⁷

Como consta no documento acima, os eleitores foram: Dr. Antônio Correia de Lacerda; vigário geral reverendo Romualdo Antônio de Seixas, João Pedro Adasse, tenente coronel Theodósio Constantino de Chermont, João Antônio Dantas, Thomaz Tavares Bastos. Os deputados eleitos foram: o bispo Dom Romualdo de Souza Coelho e o Doutor Francisco de Souza Moreira, sendo substituto o desembargador Joaquim Clemente da Silva Pombo. Em 23 de abril de 1822, embarcaram para Lisboa.³⁰⁸

Não podemos afirmar que as eleições no Grão-Pará aconteceram de forma tranquila, principalmente pela exclusão de uma Capitania, a do Rio Negro, justificada pela distância com relação a capital Belém. Caso a Capitania não tivesse sido excluída, o número de “almas”, ou seja, população catequizada e registrada nas paróquias teria sido mais elevado e, deste modo, o Grão-Pará teria direito a eleger três deputados — e não dois, como aconteceu. A postura da Junta Provisória demonstrou não somente a preocupação de apenas cumprir as ordens decretadas pelas Cortes, mas, também, ao ter excluído a Capitania do Rio Negro das eleições, deixou aparente a enorme disputa pelo poder entre a elite provincial.

Com a intenção de se inteirar melhor nos assuntos da Província, o deputado eleito D. Romualdo Coelho enviou um pedido à Junta de Governo pedindo dados sobre os negócios, finanças (receita e despesa), o estado das tropas militares, o número e qualidade das propriedades estatais e o modo de arrecadação do dízimo. A Junta não atendeu ao pedido do deputado, que embarcou para a península sem muitas outras informações.³⁰⁹ D. Romualdo

³⁰⁷ APEP. Códice manuscrito avulso. Correspondência com diversos do governo. 1821. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 115.

³⁰⁸ APEP. Códice n. 718. Correspondência do governo com a metrópole. 1822-1823. 23 de abril de 1823.

³⁰⁹ APEP. Códice n. 288. Correspondência de diversos com o governo. 1820-1826.

embarcou imediatamente para Lisboa e chegou à sua primeira sessão em 1º de abril de 1822. Em 23 de abril de 1822, embarcaram para Lisboa os deputados Doutor Francisco de Souza Moreira, também eleito pelo Pará, e o desembargador José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada, que foi eleito por São Paulo e, na época, exercia a magistratura na Província do Grão-Pará, na Ilha do Marajó.³¹⁰ O atraso do embarque destes deputados aconteceu por falta de verba da Junta Provisória de Governo.

Assim, os deputados eleitos foram escolhidos após significativas mudanças dos governantes que eram opositores à Junta de Governo e, mais ainda, após a exclusão da Capitania do Rio Negro, deixando os interesses das elites da Comarca do Pará à frente das demais. Portanto, assegurou-se a manutenção do controle sobre os nativos e sobre os escravos negros, bem como do contato com Lisboa. Por outro lado, a troca do coronel de milícias da Ilha de Joanes antes das eleições foi a favor dos tapuios, pois o tratamento violento que ele ministrava a essa parcela importante da população do Marajó, além de sua relação direta com o trabalho compulsório, através da cobrança de impostos, o fizeram ser temido pelos nativos.

Tanto Campina quanto Cametá, principais centros urbanos do Pará na época, tiveram o maior número de eleitores do processo e foram destacados pelos principais autores sobre o período. Foram localidades que tiveram na figura de Filipe Patroni, através de seus atos e debates políticos que englobaram índios e negros e a interpretação da lei, um possível representante político. O jovem político paraense entendeu na letra da lei o direito ao voto dos negros libertos e, por isso, fez campanha em Cametá para este contingente populacional, sacudindo, assim, a região com maior número de escravos negros da Província. Não obstante, entende-se que teria feito campanha para que os escravos negros fossem eleitores no intuito de conseguir finalmente ser eleito através de votos desta parcela da população. Desta forma, o processo eleitoral, então, foi um período importantíssimo para a disseminação da ideia de direitos dos cidadãos, dos ideais liberais e para o início da construção do índio mais cidadão e menos escravo. Esta disseminação contou, sem dúvida, com o auxílio de Filipe Patroni, através de suas tentativas de tornar-se representante da Província do Pará nas Cortes de Lisboa. Dentre suas frases mais famosas está a seguinte: “Sou civil, mas nunca serei servil [...]”³¹¹.

3.2 A atuação política de Filipe Patroni e as Cortes de Lisboa: “o vintista exaltado”

³¹⁰ APEP. Códice n. 718. Correspondência do governo com a metrópole. 1822-1823. 23 de abril de 1823.

³¹¹ PARENTE, Felipe Alberto Patroni Martins Maciel. **Carta ao redator do periódico Astro da Lusitânia**, n. 305, publicada em 29 de novembro de 1821 em resposta ao seu caloroso discurso na presença do rei D. João VI nas Cortes de Lisboa.

A trajetória de Filipe Patroni sempre foi atrelada à reunião das Cortes portuguesas em Lisboa, ao desejo do fim do “isolamento político” vivido pela Província até aquele momento, desde a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, e à sua participação ativa na Imprensa portuguesa. Segundo Palma Muniz:

Mesmo sem auxílio da imprensa, não deixava o pensamento de circular em manuscritos, de mão em mão passando, sem responsabilidade de autor, mas preenchendo, ainda que acanhadamente, a lacuna já sensível do papel impresso, surgido em Belém, em linguagem mais livre, nos periódicos de Lisboa, contando de revolução de Portugal, e trazidos por Patroni em fins de 1820.³¹²

Patroni não fez parte do grito de 1º de janeiro de 1821, porém, mesmo assim, foi destacado como uma das principais personagens do ato, fama que lhe rendeu muitos adjetivos pejorativos. A pesquisa mais atual e completa sobre Filipe Patroni é a dissertação de mestrado intitulada “Constituição ou revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)”, defendida em 2007 por José Alves de Souza Júnior, a qual, por isso, será utilizada como referência neste subitem.

O primeiro trabalho historiográfico com referências a Filipe Patroni foi o “Compendio das Eras da Província do Pará”, de Antonio Ladislau Monteiro Baena. Publicado em 1829, descreveu fatos ocorridos na Província entre os anos de 1615 e 1823. Embora não estivesse presente em 1º de janeiro de 1821 na cidade de Belém, Baena, anos depois, narrou a Adesão ao constitucionalismo português e destacou a atuação política de Patroni, caracterizando-a como ambiciosa, já que pretendeu, sem resposta satisfatória, convencer a Junta Provisória de Governo enviá-lo às Cortes de Lisboa como deputado provincial extraordinário. **Disse Baena:**

Patroni, que sempre se moveu debaixo de máos principios reguladores das suas faculdades intellectuaes, largou a votiva carreira dos seus estudos da Jurisprudencia Civil para tambem figurar na melindrosa e arriscada scena politica, que se havia aberto em Portugal: fallou, e incumbio-se de estender por meios immoraes e insidiosos a insurreiçaõ nacional á Provincia do Pará, que vivia em seo socego usado sem embargo que lhe fossem odiosos os procedimentos illegaes e arbitrarios do Governo Provisional [...].³¹³

Baena sempre descreveu a trajetória política de Patroni como oportunista, desde sua

³¹² MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 95.

³¹³ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio...** Op. cit., p. 320.

chegada à Belém em 1820, durante as eleições para escolha de deputados às Cortes em Lisboa e no desenrolar desse processo. O plano eleitoral escrito pelo jovem político foi publicado no número 10 do periódico *Indagador Constitucional*, com tiragem em Lisboa e editado pelos irmãos Vasconcelos, detentores do jornal e aliados do estudante paraense.³¹⁴ Apesar disso, Patroni convidou Antônio Ladislau Baena para assumir a redação do jornal *O Paraense* no período em que esteve preso em Portugal, em 1822, na tentativa do governo português de frear a “imprensa revolucionária”.³¹⁵ No entanto, o major recusou.³¹⁶ Inclusive, afirmou que os discursos publicados no periódico eram perturbadores à ordem da sociedade paraense, disse Baena sobre Patroni:

Esquivou-se a isso porque não se considerava homem benemérito das Letras para ser útil pelos seus escritos aos seus Concidadãos; e porque lhe faltava o ânimo para emparelhar com os que se fingem os mais cálidos partidistas da liberdade política, e que diluviando a Sociedade com os seus contemptíveis e abomináveis discursos extraviam o espírito público, assopram desconfianças e animosidades, proferem impropérios da honra e solapam lentamente o edifício político. Tais escritos acabando no desprezo universal da geração presente ficam sepultados no esquecimento sem chegar à notícia das gerações futuras.³¹⁷

A segunda obra que enfatizou a atuação política de Patroni foi “*Motins políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*”, de autoria de Domingos Antonio Raiol, publicada em 1865.³¹⁸ Assim como Baena, descreveu os acontecimentos políticos da Província, inclusive o 1º de janeiro de 1821, no qual destacou a atuação de Patroni durante o Movimento Vintista. Em Raiol, os motins políticos foram abordados em cinco tomos; o primeiro, publicado em 1865, é o que interessa nesta pesquisa, pois se trata justamente do período da convocação às Cortes de Lisboa, em 1821, até o reconhecimento da Independência do Brasil na Província do Grão-Pará, em 1823.

³¹⁴ Ver: *Ibidem*.

³¹⁵ “A liberdade de imprensa era uma incongruência que implicava fraturas na autoridade militar e política dos dominadores. “*O Paraense*” foi empastelado e, posteriormente, foram lançados “*O luso-Paraense*” e outros jornais que serviam como porta-vozes de áulicos, contra a mudança social.” (BARROS, Thiago Almeida. **Manifestações da modernidade no Pará Provinciano**: a imprensa como arma na disputa de poder na Cabanagem (1833-1839). Belém: Núcleos de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, p. 2).

³¹⁶ “Contudo, cabe-nos a pergunta sobre quais motivações teriam levado Filipe Patroni a convidar o referido major para assumir a redação do jornal. Possivelmente a postura monarquista de Baena e seu apego às letras, tivessem influenciado Patroni em sua escolha.” (BARROS, Michelle Rose Menezes. Op. cit., p. 20-21).

³¹⁷ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio...** Op. cit., p. 338. Ver também: BARROS, Michelle Rose Menezes. Op. cit., p. 20.

³¹⁸ “*Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, escrita pelo barão de Guajará, o bacharel paraense Domingos Antonio Raiol, entre 1865 e 1890. A partir da noção de operação historiográfica tomada de empréstimo de Michel de Certeau, trabalhou-se a narrativa considerando-a como obra inaugural da historiografia paraense e situando-a como marco fundador da escrita sobre a Cabanagem”. (REIS, Nathacha Regazzini Bianchi. **Memória, historiografia e identidade regional**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2003, sob orientação do Professor Doutor Fernando Antonio Fraia).

Nesta obra, o autor defendeu a ação política de Patroni, enfatizando-a com carregados sentimentos, eminentemente patrióticos e desinteressados financeiramente, e, ainda, acusou Baena de tendencioso. Porém, no livro “Juízo crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni”,³¹⁹ publicado pela Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, em 1900, analisou-se as produções literárias de Patroni e, chegou-se à conclusão de que, apesar de seu “amor ardente pelo bem da pátria”, seus textos truncados e suas preposições sem nexos o confirmariam como mentalmente perturbado e moralmente enfermo.³²⁰

Em “Adesão do Grão-Pará à independência e outros ensaios”,³²¹ escrito por João de Palma Muniz, em 1922, Patroni foi visto como um germe dos ideais emancipacionistas e, ao contrário do que se encontra em “Motins políticos”, foram dedicadas páginas relevantes à sua atuação política. Em resumo, Patroni foi, para Muniz, um idealista vintista e não teve participação ativa na proclamação do constitucionalismo português; porém, após a sua nomeação como Procurador dos interesses do Pará junto às Cortes de Lisboa, sua atuação política adquiriu relevância, pois teria sido o pontapé inicial do processo independentista brasileiro,³²² como se vê abaixo:

A Filipe Patroni deve o Grão-Pará ainda essa primeira tentativa de independência, destinada a ficar em propaganda, mas engrandecida pelos atos de devassa, exercitados, contra os patriotas ousados, portadores dos seus escritos.³²³

Já Vicente Salles, em 1971, no estudo “O negro no Pará sob o regime da escravidão”, minimizou a atuação política de Filipe Patroni, afirmando que seu exacerbado oportunismo político o transformara em imperativo e arbitrário. Porém, o autor não deixou de indicar as contribuições, ao menos para uma “consciência de luta”, do jovem Patroni, destacando o envio da carta aos Irmãos Vasconcelos, classificado como “realmente revolucionário”, e a

³¹⁹ RAIOL, Domingos Antônio. Juízo crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará**. Belém: Imprensa Oficial, v. 1, n. 3, 1900.

³²⁰ Ver: LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. **Os motins políticos de um ilustrado liberal**: história, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

³²¹ MUNIZ, João de Palma. Op. cit.

³²² “[...] logo no início de sua tese ‘Adesão do Grão-Pará à Independência’, incorporada na supracitada revista do IHGP, Palma Muniz pretendeu inverter este sentimento retardatário da província através de uma de suas argumentações mais polêmicas: para Muniz o Pará, na verdade, é quem teria dado o primeiro passo decisivo no caminho da emancipação política do Reino do Brasil por ter sido a província que pioneiramente alinhou-se às Cortes de Lisboa, episódio que, segundo ele, foi um ‘formidável abalo inicial nas multisseculares colunas absolutistas do trono português’ e o estopim da ‘série de revoluções que, mudou a ordem das coisas no Brasil’.” (MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra...** Op. cit., p. 30-31).

³²³ MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 129.

fundação da imprensa no Pará, com o jornal *O Paraense*.³²⁴

O historiador Mário Barata, em “Poder e independência no Grão-Pará 1820-1823”, de 1975, confirmou a relevância de Patroni na disseminação do Vintismo no Grão-Pará e classificou sua atuação como um “elemento catalítico”. Porém, Patroni teria tido suas ideias aceitas positivamente porque já havia, mesmo que moderadamente, mudança de pensamento entre os membros da elite paraense, que já imaginavam o fim do absolutismo e a mudança das instituições para garantir os “indispensáveis” direitos humanos.³²⁵ Para o autor, Patroni chegou ao Grão-Pará depois da notícia da Revolta na Península e, antes dele, os periódicos já noticiavam os acontecimentos de Portugal; portanto, não foi o primeiro a falar em tons liberais na Província.³²⁶ Além disso, Barata considerou Patroni mentalmente perturbado, como veremos na citação abaixo:

A grande importância de Patroni prossegue pelo fato de ele haver compreendido cedo, ainda em 1821, que a luta no Brasil deveria ser pela Independência ou separação de Portugal, sobretudo em face da marcha das Cortes, em Lisboa, com suas atitudes recolonizadoras, já amplamente estudadas por vários historiadores. E, ainda por ter sido o responsável maior pela introdução da tipografia e da imprensa no Pará e dirigido algum tempo — até a sua prisão e envio forçado para Lisboa, em 1822 — o jornal *O Paraense*, e por haver desde 1821, lutado pela abolição da escravidão negra no Grão-Pará, em documentos escritos que colocam fora de qualquer dúvida essa sua atitude, na época [...].³²⁷

Em 1993, Geraldo Mártires Coelho defendeu sua tese de doutorado intitulada: “O Vintismo no Grão-Pará: relações entre imprensa e poder (1820-1823)” e publicada como “Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822”. Para ele a história da Amazônia se insere num “processo social e político fundado na transição da antiga ordem colonial para as novas ditadas pela emancipação política do Brasil e pela formação do Estado Nacional brasileiro”. Assim, para ele, Patroni foi introdutor da imprensa no Pará com a publicação do jornal *O Paraense*, em 1822 e, no bojo das discussões constitucionalistas, foi, para Coelho, um homem que estava sempre atento às mudanças de seu tempo, fiel defensor do Vintismo.

José Alves de Souza Júnior, na dissertação de mestrado defendida na Universidade de Campinas, em 1997, e intitulada: “Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820-1823)”, levantou

³²⁴ SALLES, Vicente. **O negro no Pará**. Belém: UFPA; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970, p. 248.

³²⁵ BARATA, Mário. Op. cit., p. 82.

³²⁶ Ibidem, p. 68.

³²⁷ BARATA, Mário. Op. cit., p. 72-74.

questões da política paraense a partir da obra de Geraldo Mártires Coelho. Para Alves, a participação de Patroni foi de suma importância durante o processo de emancipação política no Grão-Pará, pois, como membro da elite econômica provincial, percebeu nas conquistas vintistas, a possibilidade de ascender politicamente e assumir cargos públicos de alto escalão.

Filippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente estava morando em Portugal e estudando na Universidade de Coimbra no curso de Direito desde 1816 e, no período da Revolução do Porto, retornou ao Brasil, embarcando em 28 de outubro de 1820 e chegando a Belém no dia 10 de dezembro do mesmo ano, carregado de ideias constitucionalistas.³²⁸ O arcediogo Antônio da Cunha, o ouvidor Antônio Maria Carneiro de Sá, o intendente da Marinha João Antonio Rodrigues Martins — tio de Philippe —, membros do Governo, e também o coronel João Pereira Villaça — comandante do 1º Regimento de Infantaria de Linha — foram abordados por Patroni na tentativa de aliança para proclamar o constitucionalismo no Pará; porém, todos recusaram suas propostas.³²⁹

Durante a eleição da Junta de Governo, após o movimento de 1º de janeiro de 1821, ficou claro o desconhecimento de Patroni em relação às reuniões que antecederam a adesão do Pará às Cortes de Lisboa; assim, da mesma forma que não se pode afirmar seu protagonismo na difusão das ideias liberais no Pará, também não se pode negar sua ativa e intensa participação no movimento vintista amazônico. As duas únicas notícias que afirmaram sua importância no processo de adesão à constituinte foram o relato, sem assinatura, presente na edição 71 de *O Portuguez Constitucional*, publicado em Lisboa em 29 de março de 1821, e o opúsculo de Daniel Garção de Melo, também publicado em Lisboa em 1821, mas após o 1º de janeiro do mesmo ano, que foi custeado por Patroni.³³⁰ No documento oficial enviado ao Governo Supremo de Portugal, Domingos Simões da Cunha (alferes de milícias), José Batista da Silva e Joaquim Carlos Antônio de Carvalho foram os proclamadores constitucionais no Grão-Pará.³³¹

Após o anúncio dos nomes que iriam fazer parte do novo governo, o jovem Philippe

³²⁸ “Decorridos mais de 40 dias, Patroni chegou a Belém em 10 de dezembro de 1820 tomado pela pretensão de ser o promotor da adesão de Pará ao Movimento Constitucional iniciado na Europa. No entanto, nesta terra que ele considerava dominada pelas trevas, as notícias sobre a insurreição em Portugal já haviam chegado em outubro, despertando burburinhos em toda a parte. A situação política da capitania era confusa na ocasião. Fazia pouco menos de 6 meses que o Governador e Capitão-General Conde de Vila-Flor, uma figura com grande autoridade na província, tinha nas mãos de um governo provisório que logo foi desmoralizado por diversas acusações de corrupção. Grande parte dos autores que se deteve sobre este período destacou a relevância desta conjuntura para os desdobramentos seguintes, pois entendiam que no Pará vivia-se um “vácuo de poder”. (MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra...* Op. cit., p. 119-120).

³²⁹ COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes...* Op. cit.

³³⁰ Ibidem; *O PORTUGUEZ Constitucional*. Lisboa, n. 71, 29 mar. 1821; MELO, Daniel Garção de. Op. cit.

³³¹ APEP. Códice, n. 717. Sem numeração. Ofício de 5 de fevereiro de 1821 da Junta Provisória do Pará ao Governo Supremo de Portugal.

apresentou uma contraproposta às possíveis nomeações, justificada pelo insignificante número de paraenses na Junta Provisória — apenas um. Defendeu, então, a eleição de mais paraenses para o governo e fez campanha ao coronel Giraldo José de Abreu, ao intendente da Marinha José Antonio Rodrigues Martins, seu tio, e, ainda, ao negociante Pedro Rodrigues Henriques. Porém, o primeiro e o último não faziam parte do mesmo grupo político, o que confirma a disputa política na Província.

No entanto, Patroni foi acusado pelo coronel Barata e por Domingos Simões da Cunha de promover “baderna” e advogar em causa própria, pois, na verdade, tinha interesse em participar do governo. Mesmo assim, após o recurso, uma nova eleição foi feita e dois paraenses foram eleitos: o coronel Giraldo José de Abreu, indicado por Patroni, e José Rodrigues de Castro. Após a conclusão das eleições para a Junta, Patroni ajudou a redigir os atos de posse e juramento no Auto de Vereação extraordinária e houve um juramento coletivo de obedecer à futura Constituição portuguesa.³³²

Em 31 de janeiro de 1821, o tenente José Batista da Silva e o alferes Domingos Simões da Cunha apresentaram o “Memorial que tinham feito com uma porção de assinaturas em que requeriam que fosse despedido de presidente da Junta do Governo (o vigário capitular Romualdo Antonio de Seixas) por crimes que no mesmo declaram”.³³³ O mesmo presidente, já na posse da Junta Provisória, não participou dos atos políticos e, ainda, pediu demissão do cargo durante a solenidade, obviamente tomado pelo receio de ser acusado posteriormente de traição ao rei de Portugal. Segundo Palma Muniz, a representação foi recusada unanimemente pelos membros da Junta e foi publicado um comunicado aos habitantes da Província³³⁴. Na tentativa de acalmar os ânimos políticos no Grão-Pará a Junta de Governo da Província publicou à população o comunicado abaixo:

Proclamação – Habitantes do Pará! No dia sempre memorável 1º de janeiro do corrente ano, terminadas as fatais épocas da desgraça que sobre nós assentara a inobediência das leis; julgastes que, desaparecendo a discórdia, ficaria esta substituída por bem entendida unanimidade de opinião, que tendesse ao bem público, julgastes que entregando o Poder Executivo da lei às pessoas que escolhesteis para presidente e deputados da Junta Provisória de Governo, só nos restava o cuidar nas nossas obrigações domésticas e públicas, para gozardes os efeitos da paz e da boa ordem de que dependia vossa e nossa felicidade. [...]

Alguns habitantes, conduzidos por seus próprios interesses, esquecidos do Amor da Pátria e não menos do sagrado juramento que prestaram, têm promovido sedições, para desorganizar a estabelecida ordem do governo,

³³² COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes...** Op. cit.

³³³ Arquivo da Intendência Municipal de Belém. Códice manuscrito. Livro das Vereações de 1821. Sessão de 31 de janeiro de 1821. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 67.

³³⁴ Ibidem, p. 67,68.

pois que eles se inculcam muito dignos e mesmo para serem empregados nas diversas repartições e empregos públicos [...].³³⁵

No mesmo dia da proclamação aos habitantes do Pará, acima transcrita, a Junta nomeou Patroni como “Encarregado de Comissão da Junta para com a Junta Provisional do Governo Supremo de Portugal”, uma espécie de procurador especial, representando a Província em Lisboa, com poderes de “suplicar a V. Exas. quanto for compatível com as circunstâncias desta Província, que por tantos títulos deseja que se estreitem cada vez mais os laços, que sempre nos têm unido”.³³⁶ De certo modo, tal nomeação pode ser interpretada como uma estratégia política da Junta, pois, enviando Filipe Patroni e seus dois aliados para Portugal, a oposição estaria desmembrada e enfraquecida politicamente, diminuindo, assim, os ataques que o governo provisório estava recebendo.³³⁷

Houve também problema com relação às eleições dos deputados que representariam a Província nas Cortes de Lisboa, pois Patroni estava pressionando a Junta Provisória a eleger um deputado provisório, entre vinte e trinta eleitores, para enviá-lo imediatamente à reunião constituinte. Obviamente, Patroni se encaixava nos requisitos políticos para ser o deputado extraordinário; porém, a Junta negou seu pedido e preferiu nomeá-lo encarregado de comissão da Junta.

Em Portugal, tanto Patroni quanto Domingos Simões da Cunha foram apresentados às Cortes, em 5 de abril de 1821, pelo ministro secretário de Estado dos negócios da Marinha.³³⁸ Sem perder a oportunidade, o jovem paraense discursou longamente e exaltou, dentre outras coisas, os pioneiros agentes da adesão constitucionalista no Grão-Pará:

Cunhas, Batistas, Carvalhos, Villaças e Baratas; eis os sagrados nomes que devem doirar as páginas dos fastos paraenses. Disputando-se muitos a palma e a vitória, sobre qual deveria ser mais assíduo e fervoroso nos trabalhos, que deviam preceder os cimentos do vasto edifício da nossa regeneração; apenas raiou a aurora do sempre memorando dia primeiro de janeiro deste ano, dia remarcável na história do Novo Mundo [...] Seria outra a mente dos meus concidadãos, proclamando a Constituição livre, e prestando o solene juramento de obediência às Cortes Nacionais: Ah! não. A distância infinita, com que a natureza física nos separa, em nada, Senhor, em nada altera a união moral de ambos os Mundos. Animados dos mesmos sentimentos, apreciando os mesmos direitos; vinculados com o mesmo sangue; os Paraenses querem, por uma compenetração política, fazer um e mesmo corpo

³³⁵ APEP. Códice n. 774, fls. 18-19. 5 fev. 1821. Manuscrito avulso. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 68-69.

³³⁶ APEP. Códice manuscrito de 5 de fevereiro de 1821. Ver também: RAIOL, Domingos Antônio. **Motins...** Op. cit., p. 15.

³³⁷ SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 144-150.

³³⁸ Ibidem, p. 179.

com os Lusitanos. [...] Tremei déspotas, que o Tejo e o Amazonas já são livres.³³⁹

Como sua tentativa de tornar-se deputado provincial foi fracassada diante da Junta Provisória de Governo do Grão-Pará, optou por tentar também diretamente à Comissão de Constituição e Pareceres das Cortes, que também não lhe concedeu o título de deputado, baseando-se nas Instruções eleitorais de 22 de novembro de 1820. Mesmo assim, Patroni formulou e publicou um Plano eleitoral e enviou uma carta ao Governo do Pará, em 1º de maio de 1821.³⁴⁰ Com certo teor que beira o desespero, suplica sua nomeação e de Domingos Simões da Cunha como deputados provinciais e, ainda, insinua que as Instruções eleitorais de Cádiz não deveriam ser levadas ao *pé da letra*, como se pode ver na citação abaixo:

[...] nenhuma outra coisa nos resta; se não mandar nossos Deputados ao Soberano Congresso.

Eu propus às Cortes a admissão extraordinária dos nossos Representantes: dei um no Plano para se fazerem as Eleições no Pará; o que tudo consta do “Indagador Constitucional” Nº 10; e da última nota do folheto intitulado – Peças interessantes relativas à Revolução efetuada no Pará [...]

Logo que cheguei, a Regência do Reino remeteu ao Congresso o ofício de V. Exa. A Comissão de Constituição e Pareceres o examinou, e decidiu-se, como era evidente, que eu não vinha autorizado para Deputado de Cortes. Todavia no mesmo dia em que fui apresentar-me ao Congresso, 5 de abril, muitos Deputados, mesmo alguns Membros daquela Comissão, como foi Soares Franco, disseram que se V. Exa. tivesse concordado com o Senado sobre a enviatura do Deputado extraordinário, eu e Domingos Simões ficaríamos aceitos [...]

Outra vez repito, que não é necessário ligar-se V. Exa. à Constituição Espanhola sobre esta matéria. [...].³⁴¹

De fato, o processo para as eleições da escolha de deputados que representariam a Província do Grão-Pará nas Cortes extraordinárias reunidas em Lisboa foi conturbado e longo — e este assunto será abordado com mais detalhes no subitem posterior. Porém, a Junta de Governo continuou o processo eleitoral seguindo as Instruções enviadas por Lisboa e, como resposta, redigiu apenas um curto ofício ao encarregado de comissões, que segundo Palma Muniz, “nem logrou as honras de registro no livro das suas correspondências oficiais”.³⁴² Assim, percebemos que era inegável a falta de prestígio que Patroni desfrutava do Governo Provisório, pois todas as suas insistentes súplicas para ser eleito deputado provincial foram

³³⁹ Discurso na íntegra em MELO, Daniel Garção de. Op. cit, p. 19-35.

³⁴⁰ MELO, Daniel Garção de. Op. cit., 1821.

³⁴¹ APEP. Códice manuscrito. Documentos avulsos. Correspondência de diversos com o governo. 1º de maio de 1821. A carta está transcrita na íntegra em: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 88-90.

³⁴² MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 91.

ignoradas. Abaixo veremos uma das poucas respostas da Junta ao jovem político:

Sr. Filippe Alberto Patroni Miz Maciel Parente. Recebeu esta Junta a sua carta do 1º de maio do corrente ano, e lhe agradece o zelo infatigável que Vmcê. tem mostrado pelos interesses deste Povo. Logo que seja pública a representação que a Junta dirige às Cortes Nacionais sobre a matéria das eleições, poderá Vmcê. ver o partido que ela tem tomado, e que passa a executar. Espera que Vmcê. lhe continue as notícias que julgar importantes.

D. G. a Vmcê. Pará no Palácio do Governo em 18 de julho de 1821.³⁴³

O último discurso de Patroni nas Cortes foi em 22 de novembro de 1821 e, na presença de D. João VI, iniciou sua fala com tom de voz elevado e alterado. Seu discurso foi incrementado de acusações e insultos. Afirmou que o rei estava cercado de aduladores e mentirosos, acusou a Junta Provisória de Governo do Grão-Pará de incompetente por não haver nomeado, até aquele momento, o governador de armas, desde a publicação do Decreto de 29 de setembro de 1821, ameaçou a proclamação de independência do Brasil, denominou o ministro da Marinha de inábil acusando-o ainda de velho e anticonstitucional. Obviamente, foi interrompido e, acusado de ofender e desrespeitar o rei.³⁴⁴ Abaixo veremos um trecho do discurso de Filipe Patroni ao Rei:

Acreditai, Senhor, no que lhe vou expor. V. M. ainda está cercado de aduladores, de homens que lhe não falam a pura verdade. Toda a gente, que o cerca ainda o ilude e engana, comprometendo de tal forma a honra do chefe da Nação. Não se estranhe o que acabo de dizer: eu o provo com um fato assaz papável.

Seiscentas vezes tenho reclamado providências, para que de uma vez se derroque o montão de males, que oprimem a Província do Pará. O ministério concordou comigo nos meios, que conduziam à sua execução, desculpando-se com o Congresso. O Congresso enfim desatou as mãos do ministério, decretando em 29 de setembro a criação das Juntas ultramarinas, e nomeação dos governadores das armas: cinquenta dias tem já decorrido, depois que se expediu aquele decreto, e até agora os ministros estão a dormir!!! [...].³⁴⁵

O decreto citado por Patroni foi enviado pelas Cortes em 29 de setembro de 1821 e dizia que tanto as Juntas Provisórias quanto os Governos das Armas ficariam, a partir daquele momento, independentes uns dos outros, sendo que, o Governador das Armas da mais alta patente era indicado pelo Rei e pelas Cortes, uma novidade política até então, separando os

³⁴³ APEP. Códice n. 717. 18 de julho de 1821. Correspondência do Governo com a Corte. 1821-1822.

³⁴⁴ AHU. Ofício de 27 de novembro de 1821 da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça ao Corregedor do Crime da Corte e Casa; AHU. Diário do Governo, n. 289, de 6 de dezembro de 1821.

³⁴⁵ MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 121.

governos em civil e militar.³⁴⁶ Porém, em 8 de março de 1882 ocorreu a solenidade de posse do coronel Joaquim Felipe dos Santos indicado pela Junta de Governo que, logo depois foi revogada com a chegada do militar peninsular oriundo de Pernambuco, o brigadeiro José Maria de Moura, este sim, indicado pelo Rei e pelas Cortes.³⁴⁷ De certa forma, a independência de um poder em relação ao outro era uma nova possibilidade de apoio político para Patroni, já que não contava com a Junta de Governo, principalmente após ser acusado de apoiar a liberdade dos escravos negros, como veremos na citação abaixo:

Todo o cidadão tem direito (quando a segurança pública o exige) de levantar a voz até fazer que ela chegue aos ouvidos do Governo [...] Filipe Alberto Patroni foi daqui para Lisboa incumbido por V. Exa. de apresentar os seus despachos a Regência do Reino; o seu primeiro passo foi querer logo introduzir-se como Deputado desta Província, o que o Soberano Congresso não admitiu; então esteve a forjar planos, e concebeu a ideia do parágrafo décimo do Plano das Eleições, que fez publicar no nº 10 do Indagador Constitucional, de que mandou grande cópia de folhas para aqui ser distribuída: a leitura daquele artigo (que ofereço) deu grande choque aos escravos; que conceberam ideias de liberdade, e julgaram que as figuradas expressões, de que se serviram os autores da nossa regeneração política, quando disseram “quebraram-se os ferros, acabou-se a escravidão, somos livres, e outras semelhantes” [...] começaram a encarar Patroni como seu libertador; [...] por mim o julgo, eu e todos estamos prontos a obedecer a voz da lei [...] em defesa da Religião, da Pátria, do Trono e de nossos sagrados e inalienáveis direitos.³⁴⁸

Assim, a discussão sobre a liberdade dos escravos negros acirrou a disputa política entre a Junta de Governo e Filipe Patroni. O discurso de Patroni pronunciado nas Cortes teve grande repercussão em Portugal; vários periódicos publicaram cartas a favor ou contra sua apresentação e, dentre outros adjetivos, foi acusado de louco, anarquista e demagogo.³⁴⁹ Depois de apurar as denúncias, a Junta de Governo resolveu dar ordem de prisão a Filipe Patroni logo em seu desembarque no Grão-Pará, que provavelmente não seria feito em Belém, capital da Província, mas em Salinas, balneário próximo à capital. Ordenou, ainda, a apreensão de todos os bens e pertences de Patroni até averiguação na Fortaleza da Barra, local

³⁴⁶ “A transição, entre a forma de governo que tinha os capitães-generais à frente e a organização de Juntas segundo as regras estabelecidas em Lisboa no final de 1821, foi tão diversificada quanto foram diferentes os processos de adesão às Cortes em cada uma das então Capitânias. Neste sentido, enquanto no Pará e na Bahia o alinhamento ao Movimento Constitucional se deu por meio de uma revolução que depôs os antigos governos sem mesmo saber qual seria a atitude de D. João VI, em Pernambuco o processo inicial de adesão foi tutelado pelo antigo governador quando este já sabia das decisões tomadas no Rio de Janeiro.” (MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra...** Op. cit., p. 140-141).

³⁴⁷ APEP. Códice n. 774, fl. 113. 11 mar. 1822.

³⁴⁸ APEP. Correspondência de diversos com o governo. 1821. 2 nov. 1821. Publicado na íntegra em: RAIOL, Domingos Antônio. **Motins...** Op. cit., v. 1, p. 20-23.

³⁴⁹ Conforme o título da obra “Anarquistas, demagogos e dissidentes” (COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes...** Op. cit.), amplamente citada nesta dissertação de mestrado.

em que ele ficaria preso, sob a acusação de promover a “causa da independência”.³⁵⁰ Quando a denúncia foi feita, tanto Patroni quanto os irmãos Vasconcellos ainda estavam atravessando o Atlântico.

Patroni retornou a Belém com Julião Fernandes de Vasconcellos e Manoel Fernandes Vasconcellos, os irmãos Vasconcellos, que o ajudaram a redigir e distribuir anonimamente impressos considerados subversivos pelo governo e foram denunciados assumidamente por José Ribeiro Guimarães que, segundo Palma Muniz, foi, em agosto de 1823, um dos precursores da adesão do Pará à Independência do Brasil, tendo sido eleito secretário da Junta de Governo. Dois meses depois da ordem de prisão, ela foi revogada em 16 de janeiro de 1822,³⁵¹ e, segundo José Alves, por causa das várias denúncias publicadas nos periódicos lisboetas contra a Junta de Governo. Os irmãos Vasconcellos foram enviados de volta a Lisboa e os possíveis panfletos que também evocariam a liberdade dos escravos nunca foram encontrados.³⁵² Apesar disso, vários atos de rebeldia dos escravos foram documentados, principalmente em Cametá, local de nascimento de Patroni, que contava com boa parte da população escrava da Província paraense.³⁵³ Com o nível de tensão elevado, a Junta de Governo reforçou a segurança na Vila de Cametá, como veremos na citação abaixo:

A Junta Provisória do Governo Civil desta Província leva ao conhecimento de V. Exa. o edital incluso que esta Junta julgou de necessidade mandar afixar na vila de Cametá para tranquilizar os ânimos dos Povos daquele distrito, que podendo esquecer-se dos seus deveres para com a Pátria, podia motivar queixas julgando infringida a ordem do Soberano Congresso de 16 de maio de 1821. [...] 2 de julho de 1822.³⁵⁴

Depois de o ano de 1821 ter sido, no mínimo, conturbado para Filipe Patroni, em 1822 ele de fato teve o pioneirismo que tanto almejava, pois, em 22 de maio de 1822, instalou, com a ajuda de Daniel Garção de Mello, a imprensa na Província do Pará com a

³⁵⁰ APEP. Códice n. 717. Correspondência do Governo com a Corte. 1821-1822. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 141; APEP. Códice n. 774, fl. 210. 12 nov. 1821.

³⁵¹ APEP. Códice n. 774, fls. 210-211. 16 jan. 1822. Junta Provisória ao Comandante da Fortaleza da Barra.

³⁵² APEP. Códice n. 774. Ofício de 2 de novembro de 1821 da Junta Provisória do Pará ao Ouvidor Geral; SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 231-256.

³⁵³ “Quanto ao Marajó, podemos constatar que, à exceção dos anos 1885 e 1888, a referida área em vários momentos aparece em quarto lugar, em número de escravos, atrás do Baixo Amazonas que, então, ocupava usualmente uma distante terceira colocação em relação ao Baixo Tocantins e a Belém e suas cercanias. De uma forma ou de outra, contudo, ambas regiões reuniam cada uma contingentes escravos bem menos significativos que as áreas de lavoura existentes na área tocantina e em torno de Belém, haja vista a própria natureza da economia escravista vigente nas mesmas.” (BEZERRA NETO, José Maia. Op. cit., p. 106).

³⁵⁴ APEP. Códice n. 771, fl. 63. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 167; Códice n. 717. Ofício de 16 de setembro de 1822. Correspondências da Junta de Governo do Pará as Cortes.

fundação do periódico *O Paraense*.³⁵⁵ Através deste instrumento, foi ferrenho defensor do constitucionalismo, exaltou o “Liberal Sistema Constitucional” e, temeu, expressando com artigos de vários redatores, a “desmembração do Brasil” caso o príncipe Pedro não cumprisse os decretos das Cortes, dentre eles o que lhe ordenava embarcar para Lisboa.³⁵⁶

A divisão dos poderes entre a Junta Provisória do Governo Civil e o governador das armas gerou sérios conflitos na administração pública e, enquanto ambos se preocupavam em demonstrar quem obtinha maior poder na Província, Patroni, através de *O Paraense*, fazia denúncias contra as duas frentes de governo. Obviamente, isso causou sérias consequências ao seu fundador, pois foi indiciado pelo Governo de Portugal sob a denúncia de fazer propaganda subversiva, e mais uma vez teve ordem de prisão decretada. Foi preso e enviado à Fortaleza de São Julião, em Lisboa. Foi libertado em 1823, após a proclamação da Independência do Brasil.

De um modo geral, o político Filipe Patroni era a favor da preservação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, defensor das Cortes, desde que com todos os direitos e deveres do Estado liberal para ambos os hemisférios. Assim, os conflitos que o envolveram eram pela liderança política na Província e não por uma ideologia independentista, pelo menos não de início, como defendeu a maioria dos trabalhos realizados sobre o Patroni, que o colocaram como precursor das ideias de separação de Portugal desde sua chegada a Belém, no final de 1820.

O movimento político do jovem paraense esteve atrelado às mudanças significativas do Império português nos anos 1820, exaustivamente discutidas por historiadores de ambos os hemisférios. Não interpretamos, de maneira alguma, Patroni como salvador da Província do Pará, tampouco como idealizador da liberdade dos tapuios ou dos escravos negros. Porém, foi, sem dúvida, importantíssimo agente na difusão do ideário liberal, atrelado, é claro, aos direitos do cidadão e da interpretação da lei.

³⁵⁵ AHU. Carta de Filipe Patroni ao Diretor da Imprensa Nacional, de 1º de dezembro de 1821. Relação de Devedores da Imprensa Nacional de Lisboa. 1821. Ver também: SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 231.

³⁵⁶ “Associaram-se Simões da Cunha e Batista da Silva na aquisição de uma tipografia, conseguindo ainda interessar nela o tipógrafo Daniel Garção de Melo, que figurava como responsável do opúsculo em que estão publicados os discursos de Patroni, já tantas vezes por nós citado, e amigo pessoal do ilustre patriota paraense. As ligações de Garção de Melo com Filipe Patroni, o assentimento daquele em seguir para manter a imprensa no Pará, são outros tantos motivos que conduzem a admitir-se como direta a intervenção do patriota na implantação do periodismo no Grão-Pará. [...] Obtidas as necessárias licenças, montaram a sua tipografia em uma casa situada à Ilhargá do Palácio, hoje Rua D. Thomázia Perdigão, denominando-a “Imprensa Liberal” de Daniel Garção de Melo & Comp.” (MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 146-147).
 Periódico “*O Paraense*”, nº 5, de 5 de junho de 1822.

3.3 A escassez das questões indígenas nas Cortes de Lisboa

A nova cultura política que emergiu a partir da Constituinte de 1820 e que, de fato, consagrou o início de uma revolução legal e administrativa, marcou a implantação do constitucionalismo, do parlamentarismo e do exercício dos direitos do cidadão.³⁵⁷ A partir daquele momento, ser cidadão constitucional consistia em uma ruptura com o passado, ao transformar: “vassalo, servo ou escravo [em] cidadão, súbdito ou patriota”.³⁵⁸

Assim, este subitem servirá para testar uma das principais hipóteses que nortearam esta pesquisa: os tapuios da Província do Grão-Pará estavam cientes dessa nova cultura política e esperavam que os possíveis direitos presentes na futura Constituição os livrassem não só dos trabalhos forçados, domésticos e militares, mas também, categoricamente, os transformassem em cidadãos portugueses com direitos e deveres de um Estado liberal.

Como já foi dito, após o movimento de adesão à Constituinte, havia pessoas que se julgavam fiéis ao Rei D. João que não obedeceram à Junta Provisória de Governo e, conseqüentemente, não reconheceram sua autoridade. Foi o caso de Inácio Antônio da Silva, governador da Praça de Macapá, localidade que na época abrigava um dos maiores fortes da Província e que, por ser próxima a Caiena, contava com expressiva quantidade de tapuios militares, provenientes, principalmente da desocupação da Guiana Francesa em 1817.

Ao ser informado sobre a adesão do Pará à Constituinte de Lisboa, o governador de Macapá comparou o movimento ao ocorrido em Pernambuco em 1817. Acusou os manifestantes de traidores do rei e ameaçou desligar-se do Grão-Pará.³⁵⁹ Como resposta, a Junta provisória de Governo suspendeu o pagamento de soldos e forçou o governante a pedir demissão. A ação de Inácio Antonio da Silva de negar apoio político à nova Junta de Governo justificava-se não apenas pelo medo de ter sido indiciado pelo crime de *lesa-majestade*, mas também pelo pânico de gerar rebeliões dentro e fora dos quartéis, pois as possibilidades de abolição do trabalho compulsório eram, enfim, reais.³⁶⁰

Como vimos anteriormente, o processo eleitoral foi bastante atribulado e nas notícias figuravam os pedidos de Patroni para a inclusão de escravos negros no censo eleitoral para a contagem de deputados do Brasil a serem enviados às Cortes portuguesas iniciadas em 1820,

³⁵⁷ VARGUES, Isabel Nobre. Op. cit., p. 22-26.

³⁵⁸ Ibidem, p. 24-25.

³⁵⁹ APEP. Códice n. 774. Ofício de 18 de fevereiro de 1821 da Junta Provisória do Pará ao Governador da Praça de Macapá. Ofício de 20 de agosto de 1821 da Junta Provisória do Pará ao Governador da Praça de Macapá.

³⁶⁰ “Os grupos desalojados uniram-se a intelectuais como Felipe Patroni, Inácio de Cerqueira e Silva, Honório dos Santos, aos Irmãos Vasconcelos e aos membros progressistas do clero, como o padre Jerônimo Pimentel, o padre Siqueira e Queiroz e o Cônego Batista Campos. Para apoiá-los, convocaram escravos e membros da população livre, pobres e libertos.” (NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 31).

despertando receio entre as elites escravagistas da região. Vale ressaltar que, além do político paraense, durante a reunião das Cortes de Lisboa nunca se cogitou a inclusão de escravos na contagem populacional para o processo eleitoral. Além disso, tal processo gerou grande expectativa dos tapuios quanto a terem seus direitos reconhecidos e não serem mais obrigados a trabalhar como escravos domésticos, nas roças, nas manufaturas dos aldeamentos e nas tropas militares, assim como os vizinhos indígenas espanhóis.

Durante o processo eleitoral, a Junta de Governo sofreu sérias acusações, figurando em notícias a sua ação corrupta e manipuladora com relação às eleições. Tais tensões foram estimuladas, principalmente, por Filipe Patroni, que o fazia devido ao atraso das eleições para deputados. Como já foi dito anteriormente, a Junta se defendeu e culpou as grandes distâncias, pois, assim, era difícil reunir os eleitores³⁶¹. No intuito de acalmar a população, o Governo pediu demissão coletiva ao rei, cumprindo aviso prévio até a conclusão da eleição dos deputados às Cortes.³⁶² A citação abaixo é um exemplo dos comunicados que foram enviados pela Junta para se defender das várias denúncias e ataques contra o governo:

[...] a Junta Provisória do Governo acaba de ser informada de que pessoas ociosas e mal intencionadas trabalham por suscitar discórdias e inimizades que talvez arrastem funestas consequências, e isto por meio de sátiras e libelos famosos e infamatórios, em que designam até por seus próprios nomes alguns cidadãos e famílias. [...].³⁶³

Ao mesmo tempo em que o governo tentava se defender das diversas acusações contra sua atuação, nos dias 11 e 12 de março de 1822 foram deliberadas novas eleições para compor a antiga Junta Provisória do Governo, que passou a denominar-se Junta Provisória do Governo Civil do Grão-Pará. Foram eleitos: Antônio Corrêa de Lacerda, presidente; João Pereira da Cunha e Queiroz, secretário; Chantre Joaquim Pedro de Moraes Bitancourt, capitão de fragata; José Joaquim da Silva; major Balthazar Alves Pestana, lavrador; José Rodrigues Lima e capitão Manoel Gomes Pinto.³⁶⁴ Tomaram posse sobre fortes promessas constitucionais, publicaram uma proclamação aos “Cidadãos da Província” com ênfase na manutenção ao juramento de obediência às Cortes, ao rei e a união entre Grão-Pará e

³⁶¹ APEP. Códice n. 378. Doc. 34. Correspondência de diversos com o governo. 1827-1823. Ver também: BARATA, Mário. Op. cit., p. 96-97.

³⁶² APEP. Códice n. 717. Correspondência do Governo com as Cortes. 1821. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 111-112.

³⁶³ APEP. Códice manuscrito, n. 774. Cit. fls. 80, 4 de maio de 1821. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 98-99.

³⁶⁴ APEP. Códice n. 718. Ofício de 22 de abril de 1822 da Junta Provisória do Governo Civil ao Secretário d’Estado dos Negócios do Reino. Correspondência do Governo com a Corte. 1822-1823; SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 215; MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 165-166.

Portugal.³⁶⁵ A Junta Provisória recebeu as boas vindas do Rei e das Cortes e, no mesmo documento, foi informada sobre a nomeação do novo governador de armas, como veremos na citação abaixo:

Presidente e Membros da Junta Provisória do Governo da Província do Governo da Província do Pará — Eu El-Rei vos envio muitos saudar. Havendo Eu encarregado do Governo das Armas dessa Província ao Brigadeiro do Exército Nacional e Real José Maria de Moura pela carta Régia em data desta, para o exercitar, enquanto Eu assim Houver por bem, e não Mandar o contrário, vos Faço esta participação, para vossa inteligência, e para que assim o reconheçam. Escrita no Palácio de Queluz em 9 de dezembro de 1821. Rei Cândido José Xavier. [...] 19 de agosto de 1822.³⁶⁶

Após o Decreto de 29 de setembro de 1821, o governador de armas foi enviado pelas Cortes ao Grão-Pará.³⁶⁷ O brigadeiro José Maria de Moura foi o escolhido para ocupar o cargo. Nascido na península, oriundo de Pernambuco desembarcou em Belém no dia 2 de abril de 1822 e assumiu oficialmente o cargo máximo militar provincial no dia seguinte, dois dias após a apresentação do deputado D. Romualdo Coelho às Cortes. O brigadeiro substituiu o coronel Joaquim Felipe dos Reis, que havia tomado posse em 11 de março de 1822, indicado pela Junta durante o aguardo do governador militar indicado pelas Cortes.

A eleição dos Governos provinciais efetuada nas localidades e o envio do Comando Militar pelas Cortes acirrou o confronto entre Lisboa e Rio de Janeiro, principalmente após a primeira cidade ter voltado a ser sede da Monarquia e, assim, consequentemente, a convocação do retorno do príncipe regente ao continente europeu ter sido feita.³⁶⁸

Segundo Palma Muniz, já nos primeiros instantes de convivência, o Governo das Armas e a Junta de Governo fizeram questão de demonstrar quem possuía mais poder político na Província. O primeiro acontecimento foi quando o brigadeiro nomeou para seu secretário um civil, Joaquim Antônio Moreira Guimarães; no mesmo instante, a Junta Civil o denunciou ao ministro de guerra Cândido José Xavier.³⁶⁹ Assim, a briga quase que diária travada através de ofícios entre os dois poderes repercutiu nas Cortes, após a Junta Civil denunciar a intromissão do governador das armas nos assuntos administrativos, econômicos e políticos da Província.

Além disso, o brigadeiro havia proibido qualquer indígena de ocupar serviços públicos, o que seria, segundo a Junta Civil, um desastre para a sociedade e para a economia

³⁶⁵ APEP. Códice n. 771. 15 mar. 1822. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 166.

³⁶⁶ APEP. Códice n. 757. Correspondência da Corte com o Governo. 1822.

³⁶⁷ APEP. Códice n. 774, fl. 113. 8 mar. 1822. Ver também: MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 164.

³⁶⁸ BERBEL, Márcia Regina. **A nação...** Op. cit., p. 98.

³⁶⁹ MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 167-169.

local. A Junta de Governo enviou um comunicado às Cortes denunciando a proibição de trabalho indígena sem o consentimento do governador de armas, como veremos na citação abaixo:

[...] o mencionado Governador declarou esta Província um País militar, reputando todos os seus habitantes (que se acham arrançados em corpos de milícias ligeiras, que no seu estabelecimento, na conformidade da Carta Régia sobre os índios desta Província de 12 de maio de 1798, são novas ordenanças) como verdadeiros milicianos, e a ele somente sujeitos, e não podendo em consequência ser chamados para qualquer serviço público sem o seu consentimento [...].³⁷⁰

Obviamente, o que nos interessa aqui é, mais uma vez, a confirmação da importância dos indígenas tanto na parte administrativa quanto militar do governo português e, sem filantropias, a Junta Civil não estava defendendo os nativos da exploração militar, mas, sim, reivindicando o uso dos tapuios em outras atividades não militares. Junto com a denúncia foi uma ameaça, pois, ao final do ofício, os membros da Junta deixaram seu cargo à disposição caso o governo peninsular não tomasse atitudes.³⁷¹ As Cortes responderam em 5 de agosto de 1822, condenando o governador das armas pelos seus atos pretéritos e exaltando a Junta de Governo, pois “O Povo Paraense o primeiro que na América se declarou a favor de V. M., e da Nação Portuguesa, e que inabalável se tem conservado em seus princípios, [...] suplica, que V. M., volte sobre ele os olhos de compaixão [...]”.³⁷²

Sem ver solução para o problema, a Junta Provisória do Governo Civil do Grão-Pará decidiu criar uma polícia civil, independente da jurisdição do governador das armas, sem dúvida como represália ao tratamento dado aos indígenas.³⁷³ Segundo Palma Muniz, a Junta também acusou o periódico *O Paraense* de ser representante do “surto do jornalismo indígena” por fazer propaganda de ideias separatistas e, para sanar este inconveniente, um Corpo de Polícia sob seu comando seria mais eficiente no combate aos “inimigos” do governo.³⁷⁴ Portanto, este era o cenário político da Província do Grão-Pará no período do envio de seus deputados à reunião das Cortes de Lisboa.

³⁷⁰ APEP. Códice n. 718. Correspondência do Governo com a Corte. 1822-1823. 27 de junho de 1822.

³⁷¹ MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 169-171.

³⁷² APEP. Códice n. 718. Correspondência do Governo com a Corte. 1822-1823. 5 de agosto de 1822.

³⁷³ Além disso, “[a] subordinação do aparato policial à autoridade civil fazia parte do processo de desmilitarização do poder público iniciado pela Revolução do Porto. Ao redimensionar o espaço político do poder civil na Colônia, as Cortes restringiram a intervenção militar aos assuntos de segurança externa, desde que requisitada, desmontando o esquema militar de controle do espaço público concentrado nas mãos dos capitães-generais. Desse modo, a autoridade do Governador das Armas ficava completamente esvaziada de caráter político e reduzida simplesmente à assuntos referentes à burocracia militar.” (SOUZA JÚNIOR, José Alves. Op. cit., p. 240).

³⁷⁴ MUNIZ, João de Palma. Op. cit., p. 212.

A discussão sobre o estatuto dos indígenas entre os deputados hispânicos nas Cortes de Cádiz foi considerada rica e coerente, mas não deixaram de ser acaloradas e de certa forma violentas quando o estatuto de outros grupos populacionais americanos esteve em pauta.³⁷⁵ O caso português, no entanto, nos permite afirmar que o silêncio dos deputados durante a reunião das Cortes de Lisboa foi uma estratégia política utilizada com frequência, tanto em relação à escravidão negra quanto ao problema indígena.³⁷⁶

Na opinião independentista de Palma Muniz, a presença dos deputados paraenses foi extremamente discreta e, sem dúvida, diferente da realidade da Província, que vivia na época intensas disputas social e politicamente. Os dois deputados partiram em embarcações e períodos diferentes para a península — D. Romualdo de Souza Coelho, desde 1º de abril de 1822; Francisco de Souza Moreira, desde 2 de julho de 1822. Este foi enviado como deputado provincial no lugar do eleito Joaquim Clemente da Silva Pombo, que foi substituído por não dispor de poder aquisitivo para pagar as despesas de viagem a Lisboa e sem ter recebido auxílio financeiro da Junta de Governo.³⁷⁷

Durante os debates constituintes, nas poucas vezes que o bispo D. Romualdo discursou ele sempre colocava o Pará como aliado incondicional de Lisboa, inclusive quando se discutiu a quantidade de delegações do executivo no Brasil. Para os deputados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a ideia de ter mais de uma delegação do poder executivo era uma estratégia dos deputados de Portugal para enfraquecer a unidade do Brasil. Porém, ao justificar mais de uma delegação, D. Romualdo explana a enorme distancia geográfica que há entre o Rio de Janeiro, centro do Brasil, em relação às demais Províncias da região amazônica brasileira.³⁷⁸

Ainda sobre a questão das delegações do Poder executivo, o deputado português Soares Franco defendeu a criação de uma delegação no Rio de Janeiro, que abrangeria também as Províncias do sul do Brasil; outra na Bahia, para as Províncias do Nordeste; e que Pará e Maranhão dependessem diretamente de Lisboa.³⁷⁹ Além disso, os próprios deputados paraenses demonstraram vontade em manter a Província do Grão-Pará unida a Portugal.³⁸⁰

A aliança entre os deputados representantes da região norte do Brasil e os de Portugal ficou aparente em um elogio das Cortes à Província do Grão-Pará após a Junta de Governo ter

³⁷⁵ RIEU-MILLAN, Marie Laure. Op. cit.

³⁷⁶ Ver: MARQUES, João Pedro. **Os sons do silêncio**: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999.

³⁷⁷ GOMES DE CARVALHO, Manuel Emílio. **Os deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa**. Brasília: Senado Federal, 1979, p. 176.

³⁷⁸ Diário das Cortes de Lisboa, 7 ago. 1822.

³⁷⁹ Diário das Cortes de Lisboa, 6 jul. 1822..

³⁸⁰ Ibidem.

se negado a cumprir o Decreto de 16 de fevereiro de 1822, enviado pelo Rio de Janeiro.³⁸¹ O decreto continha uma convocação para eleição de um Conselho de Procuradores das Províncias do Brasil, o que foi considerado pelas Cortes prejudicial à Constituição política da Monarquia, pois alteraria o sistema constitucional e a regulação do Governo do Brasil.³⁸²

De fato, a participação dos deputados paraenses na reunião das Cortes em Lisboa foi quase despercebida, provavelmente, esta postura deveu-se à ligação intensa com parte significativa da elite paraense, que tinha enorme interesse econômico no retorno da sede da Monarquia à Lisboa. Assim, o alinhamento destes políticos com os de Portugal foi em prol da manutenção da centralidade de Lisboa. Além disso, a Província contava não somente com a mão de obra escrava negra para suas produções agrícolas, mas também contava com a maior parcela indígena para efetuar o trabalho. Assim, não havia interesse da elite paraense em modificar o estatuto referente a ambas as minorias³⁸³ raciais.

Diferentemente da Espanha, em que índios automaticamente fizeram parte da cidadania para ambos os hemisférios desde a Constituição de Cádiz, para que o Estado continuasse recebendo tributos da maior parte da população do Império espanhol, em Portugal não foi formulada qualquer solução. Podemos indicar o fato de, na América portuguesa, como um todo, terem sido utilizados mais escravos negros, a partir do lucrativo tráfico negreiro, do que nativos como mão de obra — ao contrário do que aconteceu na maior parte da América espanhola. Assim como no Pará, a maioria das Províncias do lado espanhol utilizou indígenas como principal fonte de mão de obra.

Mesmo fora do recorte desta pesquisa, a eficácia da divulgação do direito à cidadania entre os indígenas do Grão-Pará pode ser percebida na leitura de uma correspondência que data de 1823. O capitão Jacinto Monteiro de Oeiras escreveu para a Junta Provisória da Província e, nesta carta, verifica-se o entendimento dos direitos dos cidadãos sobre os nativos, como veremos na citação abaixo:

O Capitão denunciava à Junta Provisória a ameaça de morte que lhe fizeram os infantes cafuzos, mulatos e pretos forros. Eles pretendiam matá-lo em represália à sua tentativa de obrigá-los ao serviço real. Segundo o comandante, recusavam-se porque diziam-se ser “cidadãos e não índios”.³⁸⁴

³⁸¹ Diário das Cortes de Lisboa, 19 ago. 1822.

³⁸² Diário das Cortes de Lisboa, 23 jul. 1822.

³⁸³ A palavra “minoria”, neste contexto, foi utilizada com o significado de “subgrupo racial, religioso, político, étnico, cultural etc. que faz parte de um grupo maior e deste recebe tratamento discriminatório, de modo que não usufrui dos mesmos direitos e oportunidades” (Dicionário Caldas Aulete).

³⁸⁴ APEP. EC, Códice n. 671. Ofício 10, nov. 1823. Ofício de 17 de novembro de 1823. Correspondência de diversos com o governo. Ver também: NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. Op. cit., p. 216.

Em “Constitucionalismo e Império”, a autora portuguesa Ana Cristina Nogueira da Silva faz um breve resumo sobre as formulações teóricas acerca da cidadania para abordar o estatuto político e civil das populações do ultramar português. Assim, concluiu que, com relação à representatividade, “a parte ultramarina da ‘terra’ portuguesa esteve longe de incluir toda a população que a habitava, que nela tinha nascido, que era nela domiciliada”.³⁸⁵ Sem dúvida a inclusão não foi total; porém, de novo, na letra da lei existia uma parcela da população apresentada nesta pesquisa, os tapuios, que não teve exclusão formal na Constituição ou nas Instruções Eleitorais.

Na interpretação de Ana Cristina, o critério da religião também foi o responsável pela exclusão das populações não católicas do ultramar português; além disso, para ela, do ponto de vista jurídico, os indígenas não haviam adquirido hábitos e valores civilizados — portanto, eram considerados como não cidadãos.³⁸⁶ A religião católica foi considerada a religião do Império Luso, e teve papel importante nas discussões sobre cultos e outras crenças daquela enorme cadeia miscigenada com colônias em quase todos os continentes.³⁸⁷ Contudo, os tapuios do Grão-Pará eram índios catequizados, batizados e registrados nas Paróquias, sendo, então, considerados católicos e, portanto, foram contabilizados no critério da inclusão no processo eleitoral para a escolha dos deputados às Cortes de Lisboa.

Na sessão de 9 de janeiro de 1822, o deputado do Rio de Janeiro Villela Barbosa, que defendia legislaturas diferentes para cada um dos Reinos, defendeu também que a igualdade de direitos para peninsulares e americanos deveria ser total.³⁸⁸ É obvio que os “lusodescendentes” seriam incluídos como cidadãos da Monarquia constitucionalista portuguesa; assim, o apelo que alguns deputados fizeram sobre igualdade de direitos nos faz acreditar que incluíam os nativos da América — ou, pelo menos, a parte deles, os tapuios, que falavam a mesma língua que os peninsulares, tinham o mesmo governo, a mesma religião, ou seja, eram civilizados.

Ainda em 26 de agosto de 1822, as Cortes deram o Parecer sobre o projeto voltado aos indígenas do Rio Negro, de autoria do Coronel Francisco Ricardo Zany, nascido na Itália e

³⁸⁵ SILVA, Ana Cristina Nogueira da. Op. cit., p. 160.

³⁸⁶ “Eram indígenas aqueles nativos que não se distinguem culturalmente, do ‘comum da sua raça’. Ou mesmo os nativos que, estando já distanciados, culturalmente, daqueles com quem partilhavam a ‘raça’, ainda não tinham adquirido, pelo menos em grau suficiente, os hábitos e valores ‘civilizados’. Por um motivo ou pelo outro, estes *indígenas* não podiam ser sujeitos de formas representativas de governo ou exercer direitos civis e políticos iguais aos dos cidadãos das metrópoles europeias. O seu estatuto jurídico era, portanto, o de não cidadão.” (SILVA, Ana Cristina Nogueira da. Op. cit., p. 22-23).

³⁸⁷ Ibidem, p. 181-187.

³⁸⁸ Diário das Cortes de Lisboa, 9 fev. 1822.

residente da Província do Pará.³⁸⁹ Segundo o parecer, seria nomeado um inspetor geral dos índios da Província, com residência na capital da Província; este inspetor deveria nomear um delegado em cada vila e este deveria residir na referente vila; estes delegados deveriam entregar uma vez por ano uma lista com a quantidade exata de índios e também dos que trabalhavam nas casas particulares; os índios ficariam proibidos de sair dos distritos em que viviam sem a autorização e conhecimento do inspetor ou do delegado; os governos deveriam pedir ao inspetor geral caso necessitassem de índios para trabalhar no serviço público, e por no máximo três meses; as autoridades civis também teriam que pedir autorização ao inspetor caso precisassem dos serviços de algum indígena; o índio civilizado e avizinhado, que fosse lavrador, deveria também participar da distribuição dos descimentos.³⁹⁰ Assinaram este documento: Francisco Soares Franco, D. Romualdo (bispo do Pará), Alexandre Thomaz de Moraes Sarmiento, José Lourenço da Silva, Manoel Fernandes Thomas.³⁹¹

Francisco Ricardo Zany era um importante comerciante da Capitania do Rio Negro e, era acusado de capturar e comercializar ilegalmente indígenas da região³⁹². O parecer de sua autoria não fez menção alguma a possíveis direitos de cidadão ao indígena, ao contrário, era um pedido de legalização do domínio sobre os nativos com escravização destes por sete anos. Mesmo os tapuios – civilizados e avizinados – caso fossem lavradores, seriam obrigados a trabalhar em locais pré-estabelecidos pelos inspetores de índios.

O parecer de residente do Grão-Pará Francisco Ricardo Zany foi o único projeto sobre indígenas discutido e aprovado, segundo Carlos Araújo Moreira Neto, nas Cortes Gerais de Lisboa³⁹³. O deputado do Pará Bispo D. Romualdo era um dos responsáveis pela Comissão do Ultramar, órgão responsável pela seleção e encaminhamento dos projetos que deveriam ser analisados pelas Cortes de Lisboa e, para George Boeher isso explica o encaminhamento do projeto para análise dos deputados³⁹⁴.

No que tange à ideia de representação política, Ana Cristina Nogueira da Silva aponta a utilização das “Instruções para as eleições de deputados às Cortes”, publicadas em 31 de outubro de 1821, como a primeira ideia de igualdade nas relações entre Portugal e suas “antigas colônias”.³⁹⁵ Porém, ela afirma que as mesmas Instruções ficaram sem efeito após o

³⁸⁹ Diário das Cortes de Lisboa, 26 ago. 1822.

³⁹⁰ Descimento: “transladação de grupos de índios de seus territórios para locais determinados pelo governo.”

³⁹¹ Diário das Cortes de Lisboa, 26 ago. 1822.

³⁹² SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011. p. 290.

³⁹³ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Op. cit., p. 40.

³⁹⁴ Apud: SPOSITO, Fernanda. Nem cidadãos, Nem brasileiros – indígenas na formação do estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.p. 37.

³⁹⁵ SILVA, Ana Cristina Nogueira da. Op. cit., p. 100-102.

golpe da Martinhada, ocorrido em 11 de novembro de 1820.³⁹⁶ De fato, ocorreram algumas modificações, no “método prescrito na Constituição espanhola”; no entanto, tratavam-se apenas de adequações à realidade portuguesa e davam continuidade aos critérios para que os eleitores fossem iguais para ambos os hemisférios.³⁹⁷

É dizer: as normas para as eleições dos deputados às Cortes em Lisboa eram as mesmas elaboradas nas Cortes de Cádiz e, assim, por definição, as Instruções estabeleciam os indígenas como cidadãos ao incluir essas populações nos censos eleitorais.³⁹⁸ No limite, isso se repetiu na Província do Grão-Pará em 1821. Além de constituir uma expressiva parcela da população de homens livres da região, os tapuios esperavam, pela experiência espanhola, que a decisão de transpassá-los de vassalos a cidadãos, como aconteceu com os “vecinos” hispânicos, traria melhores condições de trabalho, direitos e a abolição do trabalho compulsório.

Assim, comparando com as Cortes espanholas, a escassez de discussões e projetos políticos voltados aos naturais do Brasil pode ser visto como uma estratégia eficiente de gerenciar a relação entre Estado, Igreja e grupos indígenas. Portanto, esta pesquisa pretende contribuir para a compreensão dos debates parlamentares ibéricos como uma prática política que cria bases para a ação dos atores do início do século XIX e é fundamental como perspectiva de análise para redimensionar o debate sobre a cidadania indígena na construção dos Estados nacionais americanos.

³⁹⁶ “A Martinhada foi o pronunciamento militar ocorrido em Lisboa [em 11 de novembro de 1820], promovido por descontentes de várias matizes apoiados por forças militares e pelo Juiz do Povo da Casa dos 24. Em resultado dessa conjugação de esforços foi determinado: a) que se jurasse a Constituição espanhola e que se reunissem os deputados em Cortes eleitos em proporção da população do reino [...]” (VARGUES, Isabel Nobre. *Op. cit.*, p. 58).

³⁹⁷ *Ibidem*, p. 59.

³⁹⁸ “A revolução liberal portuguesa, que antecedeu e acelerou o processo de Independência do Brasil, iniciou em agosto de 1820 em estreita sintonia com os acontecimentos da Espanha. Incorporou definições, negativas e projeções já amadurecidas durante as sessões parlamentares espanholas desde 1810.” (BERBEL, Márcia Regina. *A Constituição espanhola* *Op. cit.*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fato de que o Grão-Pará foi o primeiro local do Império Luso na América a aderir às Cortes de Lisboa e a última Província a declarar apoio à Independência do Brasil sempre deu a impressão de muitos conflitos com o Rio de Janeiro e de aliança profunda com Lisboa. Várias justificativas já foram publicadas para explicar tais acontecimentos, mas a novidade que esta pesquisa traz é a relação entre os conflitos relacionados à unidade do Brasil e a construção do estatuto de cidadão para os indígenas. Assim, para além da influência francesa na Província, incluímos a Espanha a partir da experiência constitucional de Cádiz que, antes do início das reuniões da constituinte de 1812, já se contava com o índio cidadão.

A investigação deste estudo verificou a disseminação da notícia dos direitos dos indígenas, definidos na Constituição espanhola de 1812, em periódicos, entre a população e as tropas militares no Grão-Pará, compostas majoritariamente por tapuios, indicando um forte indício para as tensões e os conflitos sociais da época. Assim, o enfoque foram as três formas principais de circulação do ideário liberal ibérico no início do século XIX: (i) através das tropas enviadas à ocupação de Caiena, (ii) das fluidas fronteiras entre a América espanhola e o Brasil, principalmente na Comarca do Rio Negro, e (iii) da imprensa periódica que relatava todos os acontecimentos das Cortes desde a segunda década dos Oitocentos.

No caso espanhol, a questão do índio cidadão esteve relacionada ao pagamento de impostos, pois, ao discutir a questão tributária, tão presente no modelo de Estado liberal, os deputados de ambos os hemisférios não ignoraram o volume do pagamento de tributos dos naturais da América desde o início do modelo de colonização. Assim, obviamente, seguindo o sistema liberal, os índios deixaram de ser vassalos e se tornaram cidadãos da Monarquia Constitucional espanhola, na teoria e na prática, por serem legítimos pagadores de impostos, igualados aos demais cidadãos espanhóis. Dessa maneira, os deputados espanhóis presentes nas Cortes de Cádiz, no início do século XIX, transformaram os vassalos indígenas em cidadãos, com direitos e deveres próprios do Estado liberal.

No caso do Grão-Pará, o processo eleitoral de 1821 foi marcado pela influente experiência constituinte espanhola em 1812, e os conflitos estiveram ligados, inicialmente, às disputas ferrenhas entre a elite para continuar nos elevados cargos públicos do governo da Província. Para além da publicação da Constituição espanhola na íntegra — pelo Correio Braziliense —, panfletistas e periodistas também citavam as medidas direcionadas às questões indígenas durante os debates constituintes na Espanha.

Ainda durante o processo eleitoral, o paraense Filipe Patroni tentou tornar-se

deputado provincial e levou seu desejo até a Comissão de Constituição e Pareceres das Cortes, que não lhe concedeu o título de deputado, baseando-se nas Instruções eleitorais de 22 de novembro de 1820. Mesmo assim, o jovem político formulou e publicou um *Plano* eleitoral e enviou uma carta ao Governo do Pará, em 1º de maio de 1821. Com certo teor que beira o desespero, suplica sua nomeação e de Domingos Simões da Cunha como deputados provinciais e, ainda, insinua que as Instruções eleitorais de Cádiz não deveriam ser levadas ao *pé da letra*. Nesta tentativa de ser representante do Pará nas Cortes, Patroni fez inclusive campanhas a favor dos escravos negros tornarem-se eleitores, fato que causou enorme antipatia na elite paraense.

De fato, o processo para as eleições da escolha de deputados que representariam a Província do Grão-Pará nas Cortes extraordinárias reunidas em Lisboa foi conturbado e longo. Concluiu-se com deputados eleitos após significativas mudanças dos governantes e, também, após a exclusão da Capitania do Rio Negro, deixando os interesses das elites da Comarca do Pará à frente das demais. Dessa forma, manteve-se o controle sobre os nativos e sobre os escravos negros, bem como se assegurou o contato direto com Lisboa.

Ainda durante os debates constituintes, nas poucas vezes em que o bispo D. Romualdo discursou, ele sempre colocou o Pará como aliado incondicional de Lisboa, inclusive quando se discutiu a quantidade de delegações do executivo no Brasil. Para os deputados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a ideia de ter mais de uma delegação do poder executivo era uma estratégia dos deputados de Portugal para enfraquecer a unidade do Brasil. Porém, ao justificar mais de uma delegação, D. Romualdo expôs as dificuldades causadas pela enorme distância geográfica entre o Rio de Janeiro, centro do Brasil, e as demais Províncias da região amazônica brasileira.

Finalmente, consideramos que as normas para a eleição dos deputados às Cortes em Lisboa eram as mesmas elaboradas nas Cortes de Cádiz e, assim, por definição, as Instruções estabeleciam os indígenas como cidadãos ao incluir essas populações nos censos eleitorais. Ao se repetir, em 1821, na Província do Grão-Pará — cuja população era constituída por uma expressiva parcela de homens livres, os tapuios — a decisão de torná-los cidadãos, como aconteceu com os “vecinos” hispânicos, automaticamente, e sem dúvida, isso traria melhores condições de trabalho, direitos e a abolição do trabalho compulsório.

De fato, a atuação discreta dos deputados paraenses nas Cortes de Lisboa sempre foi apontada pela historiografia como simples falta de prática política daqueles homens. Ao ser analisada a documentação, ficou claro que esse silêncio deveu-se à ligação intensa que a elite paraense tinha com Portugal e ao enorme interesse econômico no retorno da sede da

Monarquia à península, com suas devidas exceções e, tomamos como exemplo, a participação do jovem político Felliipe Patroni. Assim, o alinhamento desses políticos com os de Portugal foi aparente em nome da manutenção intacta da integração da nação portuguesa. Além disso, a Província contava não somente com a mão de obra escrava negra para suas produções manufatureiras, mas também com a maior parcela indígena para efetuar o trabalho. Portanto, manter os indígenas sob tutela e sem direitos constitucionais, era mais interessante.

Assim, entendemos que a dinâmica da causa indígena nos processos constitucionais ibéricos foi uma particularidade da América. As experiências constitucionais ibéricas não puderam excluir as questões americanas. Por isso, consideramos que, tanto a inclusão dos indígenas como cidadãos do Império espanhol quanto a discreta atuação dos deputados paraenses no caso do Império português estiveram ligados à questão da organização de poderes na unidade dos dois Impérios.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Capistrano Honório de. **Correspondência**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1954.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. A influência da Revolução Francesa no Grão-Pará. In: CUNHA, José Carlos C. (Org.). **Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia**. Belém: UFPA/UNAMAZ, 1992. Série Cooperação Amazônica.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. **Estudos Econômicos**, v. 15, n. especial, 1985.

ADALBERTO, Príncipe da Prússia. **Brasil: Amazonas-Xingu**. Brasília: Senado Federal, 2002. Coleção “O Brasil visto por estrangeiros”, n. 382.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da Vida Privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais.

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português**. Porto: Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Directório dos índios: um projecto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

ARMELLADA, Fray Cesáreo de. **La causa indigena americana en las Cortes de Cádiz**. Madrid: Cultura Hispanica, 1959.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das Eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará**. Belém, Typografia de Santos e Menor, 1839.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARATA, Mário. **Poder e independência no Grão-Pará (1852-1823): gênese, estrutura e fatos de um conflito político**. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

BARROS, Michelle Rose Menezes. **Germes de grandeza**: Antonio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma Província do Norte durante a formação do Império brasileiro (1823-1850). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BARROS, Thiago Almeida. **Manifestações da modernidade no Pará Provinciano**: a imprensa como arma na disputa de poder na Cabanagem (1833-1839). Belém: Núcleos de Altos Estudos Amazônicos da UFPA.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.

BERBEL, Márcia Regina. A Constituição espanhola no mundo luso-americano (1820-1823). **Revista de Índias**, v. 68, p. 225-254, 2008.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERBEL, Márcia Regina. Cortes de Cádiz: entre a unidade da nação espanhola e as independências americanas. In: PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (Orgs.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**: Nova Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tamis. **Escravidão e política**: Brasil e Cuba: 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco: 1820-1822. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. Pernambuco e sua área de influência: um território em transformação (1780-1824). In: JANCSÓ, István. (Org.). **Independência**: História e Historiografia. 1a. ed. São Paulo: Editora Hucitec / FAPESP, 2005, v. 1, p. 17-48.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará**: sécs. XVII-XIX. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BRASING, David. A Espanha dos Bourbons e seu império americano. In: BETHELL, Leslie. **História da América Latina**. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, v. 1, p. 391-445.

BRITO, Adilson Junior Ishihara. **Viva a Liberté!** Cultura política popular, revolução e sentimento patriótico na Independência do Grão-Pará, 1790-1824. Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

CARDOSO, Alanna Souto. **Apontamentos para História da Família e Demografia Histórica da Capitania do Grão-Pará (1750-1790)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CHUST, Manuel. **La cuestión nacional americana en las Cortes de Cádiz (1810-1814)**. Mexico: Centro Francisco Tomás y Valiente UNED Alzira- Valencia; Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad Autónoma de México, 1999.

CLEARY, David. **Cabanagem**: documentos ingleses. Belém: Arquivo Público do Pará; SECULT, 2002.

COELHO, Geraldo Mártires. **Ação e reação na Província do Pará**: o conflito político social de 1823. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 1978.

COELHO, Geraldo Mártires. **Anarquistas, demagogos e dissidentes**: a imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: Cejup, 1993.

COELHO, Geraldo Mártires. **Letras e baionetas**: novos documentos para a história da imprensa no Pará. Belém: Cultural; Cejup, 1989.

COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar**: um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798). Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CORREIO BRAZILIENSE, n. 33, p. 114-115, fevereiro de 1811. **Correio Braziliense ou o Armazem Literario**. Londres: W. Lewis, Paternoster, 1808-1822. 175 fasc. Mensal. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/060000-033#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 21 out. 2013.

CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Fapesp, 1992.

D'AZEVEDO, J. L. **História de Antonio Vieira**. Lisboa: Livraria Clássica, 1918.

DEL PRIORI, Marie; GOMES, Flavio (Org.). **Os senhores dos rios**: Amazônia, margens e história. Rio de Janeiro, 2003.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos**: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

ESPAÑA. **Constitución Política de la Monarquía Española (1812)**.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagens Filosóficas ao Rio Negro**. Belém: MPGE; CNPq, 1983.

FLAMARION, Ciro Santana Cardoso. **Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas**: Guiana Francesa e Pará (1750-1817). Rio de Janeiro, 1984.

FRADERA, Josep Maria. A cultura de “castas” e a formação do cidadão moderno (Um ensaio sobre a particularidade do Império espanhol. In: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). **A experiência constitucional de Cádiz**: Espanha, Portugal e Brasil. São Paulo, Alameda, 2012.

FRADERA, Josep María. **Filipinas**: la colonia más peculiar: la hacienda pública en la definición de la política colonial, 1762-1868. Madrid: CSIC, 1999.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel**: a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: Eduerj; Atlântica, 2004.

GOMES DE CARVALHO, Manuel Emílio. **Os deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa**. Brasília: Senado Federal, 1979.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Valente. **As casas e as coisas**: um estudo sobre a vida material e domesticidade nas moradias de Belém (1808-1850). Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

HERZOG, Tamar. **Vecinos y extranjeros**: hacerse español en la edad moderna. Madrid: Alianza, 2006.

INSTRUÇÕES para as eleições dos Deputados das Cortes, segundo Methodo estabelecido na Constituição Hespanhola, e adotado para o Reino de Portugal. **Gazeta de Lisboa**, 22 nov. 1820.

JANCSÓ, István. A sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Mello e (Orgs.). **História da vida privada na América portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 388-445.

JANCSÓ, István. Independência, independências. In: JANCSÓ, István. (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005, v. 1, p. 17-48.

KANTOR, Iris. A academia brasílica dos renascidos e o governo político da América portuguesa (1759): contradições do cosmopolitismo acadêmico luso-americano. In: JANCSÓ, István (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec, 2003.

LEAL, Phelippe José Pereira. Sobre os acontecimentos políticos que tiveram lugar no Pará em 1822-1823. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 22, 1859.

LIMA, Ana Renata do Rosário de. **Revoltas camponesas no Vale do Acará 1822-1840**, Belém, Prefeitura Municipal de Belém, 2004.

LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. **Os motins políticos de um ilustrado liberal: história, memória e narrativa na Amazônia em fins do século XIX**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

LIMA, Manoel de Oliveira. **D. João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MACHADO, André Roberto de Arruda. A difícil tarefa de acomodar a província do Grão-Pará ao Império do Brasil: a atuação dos representantes paraenses no Parlamento do Império do Brasil: 1826-40. **Revista Almanaque Braziliense**. São Paulo, n. 6, nov. 2007.

MACHADO, André Roberto de Arruda. **A quebra da mola real das sociedades: a crise política do antigo regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MACHADO, André Roberto de Arruda. As esquadras imaginárias: no extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil. JANCSÓ, István. (Org.) **Independência: história e historiografia**. São Paulo, Hucitec, 2005.

MAIA, José; ALENCAR, Decio de (Orgs.). **Terra Matura: historiografia e história social da Amazônia**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Índios da Amazônia: de maioria a minoria. **Diário de Bordo: Resenhas**, 23 jun. 2011. Resenha de: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de maioria a minoria. 1750-1850. Petrópolis, Vozes, 1988.

MARQUES, João Pedro. **Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999.

MARTINS, José V. de Pina. **Joaquim de Carvalho: historiador das instituições e pensador das ideias políticas: a corrente regeneradora do séc. XIX**. Disponível em: <<http://www.joaquimdecarvalho.org/artigos/artigo/157-Joaquim-de-Carvalho-historiador-das-instituicoes-e-pensador-das-ideias-politicas-por-Jose-V.-de-Pina-Martins->>. Acesso em: dez. 2012.

MELO, Daniel Garção de. **Peças interessantes relativas a revolução efetuada no Pará, a fim de unir a sagrada causa da regeneração portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. **A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759: t. 1**. Rio de Janeiro, IHGB, 1963.

MONTEIRO, John Manuel. **Os negros da terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: de maioria a minoria. 1750-1850**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István. **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Fapesp; Hucitec, 2005.

MUNIZ, João de Palma. Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Reedição, ano 6, v. 4, 1922. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Guerra aos franceses: a política externa de Dom João VI e a ocupação de Caiena. **Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, v. 6, n. 11, p. 70-82, 2011.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823)**. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Bastos Paschoal; PRADO, Maria Emilia (Org.). **O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e práticas**. Rio de Janeiro: Revan; UERJ, 2001.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **A soldadesca desenfreada: politização militar no Grão-Pará da era da Independência (1790-1850)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humana da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

O PORTUGUEZ Constitucional. Lisboa, n. 71, 29 mar. 1821.

O'PHELAN GODOY, Scarlett. Los diputados peruanos en las Cortes de Cádiz y el debate sobre el tributo, la mita y la ciudadanía indígena. **Revista de Historia Iberoamericana – HIB**, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <http://revistahistoria.universia.net/pdfs_revistas/articulo_171_1340980159250.pdf>. Acesso em: 21 out. 2013.

OLVEDA, Jaime. **Los discursos opuestos sobre La independencia de la Nueva España**. Madrid: Fundacion Mapfre, 2008.

PALTI, Elias José. O século XIX brasileiro, a nova política e os esquemas teleológicos. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Coords.). **Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 583-597.

PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva, Barão do Rio Branco. **Tratados de limites**: v. 3: Guiana Francesa. Rio de Janeiro: MRE, 1945.

PARENTE, Felipe Alberto Patroni Martins Maciel. **Carta ao redator do periódico Astro da Lusitânia**, n. 305, publicada em 29 de novembro de 1821 em resposta ao seu caloroso discurso na presença do rei D. João VI nas Cortes de Lisboa.

PARENTE, Felipe Alberto Patroni Martins Maciel. Carta ao Senado da Câmara em 24 de janeiro de 1821. **Manuscrito do Arquivo Público do Pará**, n. 710.

PARENTE, Filipe Alberto Patroni Martins Maciel. **Dissertação sobre o direito de caçar**: carta a Salvador Rodrigues do Couto. São Paulo: Loyola; Giordano, 1992.

PÁUCAR, Samuel A. Villegas. La participación de Dionisio Inca Yupangui en las Cortes de Cádiz, 1810-1814. **Tiempos, Revista de Historia y Cultura**. Lima, n. 4, nov. 2009.

PEREIRA, Vantuil. **Ao soberano Congresso: direitos do cidadão na formação do Estado Imperial Brasileiro (1822-1831)**. São Paulo: Alameda, 2010.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os principais da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Fapesp, 1992.

POMBO, Joaquim Clemente da Silva, Desembargador Ouvidor. **Mapa populacional de 1816**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Manuscrito n. 344.

PORTILLO VALDÉS, José Maria. **Crisis atlántica**: autonomia e independencia en la crisis de la monarquía hispana. Madrid: Fundación Carolina; Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RAIOL, Domingos Antônio. Juízo crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará**. Belém: Imprensa Oficial, v. 1, n. 3, 1900.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, v. 1.

REIS, Arthur César Ferreira. Portugueses e brasileiros na Guiana Francesa. **Cadernos de Cultura**. Brasília: Ministério da Educação e Saúde; Departamento de Imprensa Nacional, 1953

REIS, Arthur Cezar Ferreira Reis. A ocupação de Caiena. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**: t. 2: o Brasil monárquico: v. 1: o processo de emancipação. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Síntese de história do Pará**, Belém-Pará: Amada, 1972.

REIS, Nathacha Regazzini Bianchi. **Memória, historiografia e identidade regional**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2003.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, v. 11, n. 22, p. 5-30, 2007.

RICCI, Magda. Fronteiras da nação e da revolução: identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840). **Boletín Americanista**, v. 58, n. 58, p. 77-95, Barcelona, 2008.

RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do Novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RIEU-MILLAN, Marie Laure. **Los diputados americanos en las Cortes de Cádiz: igualdad o independencia**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

RODRIGUEZ, Jaime E. Una cultura política compartida: los orígenes del constitucionalismo y liberalismo en México. In: CHUST, Manuel; MÍNGUEZ, Victor (Eds.) **El Imperio sublevado: monarquía y naciones en España e hispanoamérica**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2004.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará**. Belém: UFPA; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SAMPAIO, Patrícia M. Administração colonial e legislação indigenista na Amazônia Portuguesa. In: GOMES, Flávio dos Santos; DEL PRIORE, Mary. **Os senhores dos rios**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2003.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Maria Helena C. dos. Imprensa periódica clandestina no século XIX: “O Portuguez” e a Constituição. **Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, v. 16, n. 61-62, p. 429-445, 1980.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da. **A cidadania nos trópicos: o ultramar no constitucionalismo monárquico português (1820-c. 1880)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2004.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. **Corografia paraense ou descrição física, histórica e política da província do Grão Pará**. Salvador: Typografia do Diário, 1833.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na colônia**. São Paulo: Unesp, 2005.

SOUZA JÚNIOR, José Alves. **Constituição ou revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820/23)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SOUZA, Iara Lis Shiavinatto Carvalho. Cultura política do primeiro liberalismo constitucional: a adesão das Câmaras no processo de autonomização do Brasil. **Araucaria**, v. 9, n. 18, p. 13-14, 2007.

SPIX, Johnn Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Von. **Viagens pelo Brasil: 1817-1820**: v. 1. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

SPOSITO, Fernanda. Nem cidadãos, Nem brasileiros – indígenas na formação do estado nacional brasileiro e conflitos na Província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

TOMICH, Dale. O Atlântico como espaço histórico. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 26, p. 221-240, maio/ago. 2004.

VALDÉS, José M. Portillo. **Crisis atlántica**: autonomia e independencia en la crisis de la monarquía hispana. Madrid: Fundación Carolina; Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos, 2006.

VARGUES, Isabel Nobre. **A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)**. Coimbra: Minerva, 2007.

VIRGOLINO-HENRY Anaisa; AZEVEDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

WEHLING, Arno et al. Dossiê “Tomada de Caiena”. **Revista Navigator**, v. 6, n. 11, 2011.

ANEXOS

FONTES MANUSCRITAS

1) AHU – Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Documentos Avulsos da Capitania do Pará. “Projeto Resgate”

AHU, ACL, CU 013, cx. 147, D. 11.228. Projeto Resgate. Disco 2, n. 159, 0172.

AHU, ACL, CU 013, cx. 150, D. 11.616.

AHU, ACL, CU 013. Projeto Resgate. Disco 1, n. 158, 116.

AHU, Pará, cx. 22 (742). Bando promulgado por João Pereira Caldas regulando o salário dos índios, de 30 de maio de 1773.

AHU. Carta de Filipe Patroni ao Diretor da Imprensa Nacional, de 1º de dezembro de 1821. Relação de Devedores da Imprensa Nacional de Lisboa. 1821.

AHU. Diário do Governo, n. 289, de 6 de dezembro de 1821.

AHU. Ofício de 27 de novembro de 1821 da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça ao Corregedor do Crime da Corte e Casa.

AHU. Projeto Resgate. Disco 1, n. 158, 106.

AHU. Projeto Resgate. Disco 1, n. 158, 116. Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco. Documentos manuscritos avulsos da Capitania do Pará (1805-1815). Conselho Ultramarino.

2) APEP – Arquivo Público do Pará

Código n. 065. Correspondência dos governadores com diversos. 1751-1821 (microfilme rolo 18).

Código n. 287. Manuscrito. 24 de janeiro de 1821. Ofício enviado aos senhores vereadores e procurador do Conselho.

Código n. 288. Correspondência de diversos com o governo. 1820-1826.

Código n. 378. Doc. 34. Correspondência de diversos com o governo. 1827-1823.

Código n. 388. Correspondência de diversos com o governo. 1820-1826.

Código n. 449. Doc. s/n. Ofício de 29 de janeiro de 1811 do intendente geral de Caiena ao governo interino do Grão-Pará.

Código n. 627. Correspondência dos governadores com diversos: 1806-1808 (microfilme rolo 09).

Código n. 628. Época Colonial. correspondência de diversos com o governo (1806-1808).

Código n. 640. Época Colonial. correspondência de diversos com o governo (1808-1810).

Código n. 641. Época Colonial. correspondência do ajudante de ordens com o governo (1808-1810).

Código n. 642. Época Colonial. Correspondência da metrópole com os governadores (1808-1813).

Código n. 643. Época Colonial. Alvarás, Cartas Régias e Decisões (1808-1816).

Código n. 644.

Código n. 644. Correspondência de 10 de junho de 1809.

Código n. 647. Época Colonial. Correspondência de diversos com o governo (1809-1810).

Código n. 650. Correspondências de diversos com o governo.

Código n. 653. Correspondência de diversos com o governo.

Código n. 655. Correspondência de diversos com o governo do Grão-Pará. 1811-1812.

Código n. 661. Correspondência da Junta com diversos.

Código n. 663. Correspondência da Junta com diversos.

Código n. 671. Correspondência de diversos com o governo.

Código n. 693.

Código n. 714. Correspondência de diversos com o governo. 1820-1826.

Código n. 717. Correspondência do governo com a Corte. 1821-1822.

Código n. 718. Correspondência do governo com a Corte. 1822-1823.

Código n. 724. Correspondências de diversos com o governo.

Código n. 751. Ofício de 18 de maio de 1809.

Código n. 757. Correspondência da Corte com o governo. 1822.

Código n. 771.

Código n. 774. Correspondência de diversos com o governo. 1821.

Código n. 798. Doc s/n. Representação de setembro de 1819 ao Conde de Vila Flor.

Código UD 015-353. Doc. 96. Ofício de 9 de dezembro de 1815 do Intendente Geral da Polícia de Caiena ao Governo do Grão-Pará.

Código UD 015-683. Doc. 09. Ofício de 15 de abril de 1810 do Intendente Geral da Polícia de Caiena ao Governador do Grão-Pará. Correspondência de Diversos com os Governadores. 1810-1818.

Código UD 017-354. Doc. 18, p. 21. Termos do interrogatório do réu Bento Manuel. Correspondência de diversos com os governadores. 1811-1812.

Código UD 09-647. Doc. 38. Ofício de 9 de julho de 1808 do Governador Interino de Caiena ao Governo do Grão-Pará. Correspondência de diversos com os governadores. 1809-1810.

Código UD 647. Doc. 06. Ofício de 28 de novembro de 1809 do Governador de Caiena ao Governo do Grão-Pará. Correspondência de Diversos com os Governadores. 1808-1810.

3) Periódicos

Correio Braziliense

O Paraense

O Português

ANAIIS

Diário das Cortes de Cádiz

Diário das Cortes de Madri

Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa de 1821 e 1822 (completo no site <http://debates.parlamento.pt>)